



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**A MULHER QUE LUTA SOB A ÓTICA DA MÍDIA NINJA E DO MBL:
O 8M E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PARA PAZ NAS MÍDIAS
DIGITAIS**

ESTER ALKIMIM ZANCO RODELLA

BAURU

2020

Ester Alkimim Zanco Rodella

**A MULHER QUE LUTA SOB A ÓTICA DA MÍDIA NINJA E DO MBL:
O 8M E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PARA PAZ NAS MÍDIAS
DIGITAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof^a Dra. Raquel Cabral.

BAURU

2020

Rodella, Ester Alkimim Zanco.

A mulher que luta sob a ótica da Mídia Ninja e do MBL: o 8M e os desafios da comunicação para paz nas mídias digitais / Ester Alkimim Zanco Rodella, 2020
128 f.: il.

Orientadora: Raquel Cabral

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020

1. Feminismos. 2. Greve de mulheres. 3. Ciberativismo. 4. Mídia independente. 5. Mídias digitais. 6. Jornalismo para a paz. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Ester Alkimim Zanco Rodella

**A MULHER QUE LUTA SOB A ÓTICA DA MÍDIA NINJA E DO MBL:
O 8M E OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO PARA PAZ NAS MÍDIAS
DIGITAIS**

Área de Concentração: COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

Linha de Pesquisa: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

Banca examinadora:

Profª Dra. Raquel Cabral

Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom)
(orientadora)

Profª Dra. Eliza Bachega Casadei Escola Superior de Propaganda e Marketing
(ESPM) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da
(PPGCOM)

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros

Universidade Estadual Paulista (Unesp)
Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCom)

Nota: Este trabalho foi desenvolvido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ESTER ALKIMIM ZANCO RODELLA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2020, às 14:00 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ESTER ALKIMIM ZANCO RODELLA, intitulada **A mulher que luta sob a ótica da Mídia Ninja e do MBL: o 8m e os desafios da comunicação para paz nas mídias digitais**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Doutora RAQUEL CABRAL (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP, Professor Doutor LAAN MENDES DE BARROS (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Professora Doutora ELIZA BACHEGA CASADEI (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Práticas de Consumo / Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM. Após a exposição pela mestrande e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final **APROVADA**.

Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professora Doutora RAQUEL CABRAL

AGRADEÇO

Minha mãe Iraci e meu pai Mario (saudades), que sempre me incentivaram à leitura e aos estudos. Simone e Murilo, mãe e pai de coração. Sam, Tomás e Lucas, minhas metades. Meus irmãos David e Dario e irmãs Vera, Lucilene, Camila, Cíntia e Ane.

A todos os professores que me mostraram, desde a pré-escola até o presente, os caminhos para uma educação libertadora. À minha orientadora, Raquel Cabral, que me ajudou a manter a fé em um jornalismo mais humanizado e ao professor Laan Mendes de Barros, referência para mim desde os meus tempos de criança. Viva Paulo Freire!

À Rede Panapanã de Mulheres do Noroeste Paulista, em especial Terezinha Gonzaga e Angelita Toledo, que tanto me inspiraram para este mestrado.

A todas as mulheres que, de alguma forma, sofrem violências. Que eu, como jornalista, feminista e agora pesquisadora, possa contribuir para que suas vozes não se calem e gerem transformação nas políticas de prevenção e apoio.

A todos os meus amigos e familiares de militância, companheirismo e diversão (e são muitos!); quem ler se identificará. Aos amigos Yasmim, Danilo, José Felipe, Aracéli, Karla, Mateus, Carol, Eduardo, Rafael, Diuan, Débora, Vitória e Diana que, durante o mestrado, acolheram-me, compartilharam conhecimentos e me deram forças para concluir esta pesquisa. A todos da secretaria da Faac/Unesp (Sílvio, Helder, Ana Paula e outros) que, pacientemente, auxiliaram-me nas questões técnicas. Amo vocês.

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Conceitos-chave das mídias digitais segundo Martino (2014)	57
Quadro 2 - Comparativo do Jornalismo para Paz e Jornalismo de Guerra/Violência	77
Quadro 3 - Categorias de análise do 8M no Facebook da Mídia Ninja e do MBL	83
Tabela 1 - Quantificação - Facebook Mídia Ninja	85
Tabela 2 - Quantificação - Facebook MBL	86

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2	FEMINISMOS, LUTAS E O 8M	17
2.1	As ondas feministas - O antes	20
2.2	A primeira onda.....	24
2.3	A segunda onda	26
2.4	A terceira onda	30
2.5	A quarta onda	35
2.6	Mobilizações e o 8M: contextos histórico e cultural.....	39
3	JORNALISMO NA INTERNET, MÍDIA NINJA E MBL: DIÁLOGOS NA PERSPECTIVA DO JORNALISMO PARA A PAZ	52
3.1	Convergência midiática.....	54
3.2	Mídias digitais independentes	55
3.3	Mídia NINJA e MBL	59
3.4	Jornalismo para a paz	64
3.5	Experiências	70
3.6	Como fazer?	73
3.7	Guerra e paz na mídia.....	76
4	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	79
4.1	Análise imagética	79
4.2	Definição do corpus para análise	81
4.3	Categorias de análise.....	83
5	ANÁLISES	85
5.1	A Comunicação	85
5.2	Personagens.....	96
5.3	Contextos histórico, político e econômico	98
5.4	A imagem	100
5.5	Jornalismo para a paz/conflito.....	104
5.6	Jornalismo de guerra/violência.....	107
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	113

RESUMO

Este trabalho pretende analisar e interpretar as estratégias de comunicação utilizadas pela Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) e pelo MBL (Movimento Brasil Livre), via Facebook, durante a realização do 8M (Parada Internacional de Mulheres)/Dia Internacional da Mulher, nas edições brasileiras de 2017, 2018, 2019 e 2020. Como percurso metodológico principal, partimos dos princípios do jornalismo para a paz como categorias analíticas para realização de análise de conteúdo combinada com a hermenêutica em profundidade. A intenção é observar se em suas estratégias de comunicação esses grupos contribuem para dar voz ao movimento das mulheres ou o desqualificam e deslegitimam. A abordagem da construção desses processos de produção de sentidos pautados em interesses políticos e sociais distintos e conflituosos (em período pós-impeachment de Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, e eleição de Jair Bolsonaro, um presidente de orientação política conservadora) é essencial para compreender a dinâmica da produção e do consumo de comunicação na atualidade.

ABSTRACTC

This work intends to analyze and interpret the communication strategies used by the Ninja Media (Independent Narratives, Journalism and Action) and MBL (Movimento Brasil Livre), via Facebook, during the 8M (International Women's Parade) / International Women's Day, in the Brazilian editions of 2017, 2018, 2019 and 2020. As the main methodological path, we start from the principles of journalism for peace as analytical categories for conducting content analysis combined with in-depth hermeneutics. The intention is to observe whether in their communication strategies these groups contribute to giving voice to the women's movement or disqualify and delegitimize it. The approach to the construction of these processes of production of meanings based on distinct and conflicting political and social interests (in the post-impeachment period of Dilma Rousseff, the first female president of Brazil, and the election of Jair Bolsonaro, a president of conservative political orientation) is essential to understand the dynamics of communication production and consumption today

Palavras-chave: feminismos; greve de mulheres; ciberativismo; mídia independente; mídias digitais; jornalismo para a paz

1. INTRODUÇÃO

Enquanto finalizamos esta pesquisa, em meio à pandemia mundial de Covid-19, temos consciência de que os casos de feminicídio cresceram 22,2 % entre março e abril de 2020, em 12 estados do país, comparativamente ao mesmo período de 2019. Os dados são do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, em um estudo denominado Violência Doméstica Durante da Pandemia de Covid-19). A convivência mais próxima dos agressores (no cenário de confinamento e isolamento social), o desemprego e a dependência financeira são alguns dos fatores que dificultam a mulher cogitar sair de casa para fugir dessa violência. E estes são casos que entram para as estatísticas, então imaginemos os subnotificados! Enquanto finalizamos esta pesquisa temos consciência de que, a cada hora, quatro meninas de até 13 anos são estupradas no país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Sabemos que, conforme o IBGE, no mercado de trabalho brasileiro as mulheres ganham menos que os homens, mesmo sendo maioria com ensino superior e acumulando outras funções paralelas (cuidar de casa, dos filhos ou dos pais, estudos etc.).

São questões como estas que nos levaram a abordar, neste estudo, a Parada Internacional de Mulheres (8M)/Dia Internacional das Mulheres. Como mulher, mãe, filha, feminista, jornalista e pesquisadora iniciante (orientada nos estudos também por uma mulher), preocupo-me com os lugares de fala, de luta e de ocupação das mulheres que ainda são tão violentadas tanto física como cultural e estruturalmente. Jornalista por natureza utópica de "querer transformar o mundo", ao longo de minha carreira em jornais, revistas e outros meios, sempre questione e lutei contra as construções estereotipadas e misóginas que, muitas vezes, os veículos de comunicação utilizam ao se referir às lutas das mulheres, à mulher violentada, à mulher que batalha pelo seu reconhecimento na sociedade. Nesse contexto é fundamental compreender que a comunicação violenta ajuda a naturalizar e perpetuar as barbáries. Por essa razão, partimos dos princípios do jornalismo para paz como categorias analíticas, neste trabalho, para ir ao encontro do que almejo como comunicação mais humanizada e inclusiva.

Em tempos de tantas notícias falsas e pós-verdade, em um dos países mais violentos para as mulheres (e inclusive para jornalistas), identificar estratégias comunicacionais que valorizem ou denigrem as lutas destas é importante como trabalho de investigação, denúncia e de tentativa de modificar as formas de se fazer e consumir

informação. A Internet facilita a produção e a disseminação de comunicação, mas também, como ocorre nas mídias tradicionais hegemônicas, mesmo que em âmbitos diferentes, expõe relações de poder. Os dois grupos que analisamos quanto às suas abordagens comunicacionais em relação ao 8M, no Facebook, a Mídia Ninja e o MBL, evidenciam seu “poder” na quantidade de seguidores e de interações que conquistam em suas postagens. É um poder de mobilizar, através de uma publicação, em poucos segundos, seja física ou virtualmente.

Nossa pesquisa parte de 8 de março de 2017, quando mulheres do mundo inteiro se mobilizaram na Marcha 8M, uma convocatória à greve geral para demonstrar a importância da produção feminina no sistema capitalista, contra a violência e o feminicídio e pelos direitos sociais, sexuais e reprodutivos, entre outras pautas feministas. A iniciativa, inédita no nome e no formato dentro dos movimentos feministas, originou-se das diversas marchas organizadas por mulheres no Brasil e no mundo nos últimos anos: *Ni Una Menos* na Argentina, Chile e Uruguai (2014), *Marcha das polonesas contra a criminalização do aborto* (2016), *Mulheres brasileiras contra Eduardo Cunha e a criminalização do aborto* (2015), *Marcha das mulheres contra Trump* (2017), além dos grupos de ativismo feminista que tradicionalmente organizam atos em datas estratégicas, como a *Marcha Mundial das Mulheres* (MMM). No Brasil, em 2018, 2019 e 2020, respectivamente ano de eleição presidencial e anos de um novo mandato com Jair Bolsonaro (ex-PSL, agora sem partido), as manifestações ocorreram, em grande parte, em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários, como enfrentamento à conjuntura socioeconômica e política do país.

A convocatória para a Parada 8M deu-se via redes sociais na Internet, principalmente por meio do Twitter com o “twittaço” #8M e o resultado foi a manifestação, nas ruas, de milhares de pessoas no mundo todo. O universo da Internet serviu de caixa de ressonância para esses protestos, com poder de aglutinar apoios em questão de segundos. A mobilização em massa visando a melhoria das condições de vida da população, principalmente dos mais excluídos, não é novidade na história da humanidade. Não se conhece com exatidão a origem dos movimentos sociais desde os primórdios da existência humana, mas encontramos relatos que indicam que, desde as eras mais remotas, grupos divergentes se rebelavam ou manifestavam suas inquietações, seja por meio de desenhos, de gestos, da oralidade ou da escrita.

Em seu artigo “Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico”, o sociólogo François Houtart (2007) fala sobre a existência de movimentos

sociais e sua relação com a origem do cristianismo, por exemplo, nos tempos de Jesus Cristo. O movimento liderado pela figura cristã, Jesus de Nazaré, era de protesto social e incomodava o império romano. A Bíblia relata Jesus organizando multidões de seguidores e defendendo minorias.

A história da humanidade caracteriza-se por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de direitos e protagonistas de protestos e lutas. Recordemos, por exemplo, a revolta dos escravos, as resistências contra as invasões na África e na Ásia, as lutas camponesas da Idade Média na Europa, as numerosas resistências dos povos nativos da América, os movimentos religiosos de protesto social no Brasil, Sudão e China. Um salto histórico dá-se quando o capitalismo constrói, depois de quatro séculos de existência, as bases materiais de sua reprodução, que são a divisão do trabalho e a industrialização. Nasce o proletariado como sujeito potencial, a partir da contradição entre capital e trabalho (HOUTART, 2007, p.5)

Fato é que o processo de mobilização coletiva se transformou ao longo da nossa história. Se antes os grupos/comunidades se reuniam em acampamentos, praças ou casas para discutir melhorias e transformações de suas realidades, hoje, apesar dessas reuniões tradicionais ainda ocorrerem, a internet se firma como um campo ainda de experiências para discussão e propagação de reivindicações/ideias. Facebook, Twitter, Instagram e blogs, entre outras mídias digitais, possibilitam visibilidade e mobilização não apenas em âmbito local, mas mundial.

Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boato, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível. Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história (CASTELLS, 2017, p.29).

A Internet abre espaço para que grupos de mobilização social divulguem suas propostas, muitas vezes apoiados por jornalistas e grupos independentes que “abraçam” suas causas e elaboram estratégias que sustentam e ampliam a participação coletiva. Como jornalista e fotógrafa voluntária na Rede Panapanã de Mulheres do Noroeste

Paulista¹, sediada em Votuporanga-SP, acompanho de perto a relevância das mídias sociais para a divulgação de ideias e ações do grupo. É neste campo de comunicação que mais obtemos resultados nas estratégias de mobilização. Essas ações de produção, edição e veiculação de conteúdo não estão restritas apenas a mim, como jornalista, mas também a outros membros da Rede que propagam informações pelas mídias sociais do grupo. Tais procedimentos remetem à proposta de criação de inteligência coletiva (LÉVY, 1994), na qual a comunicação, entre outros saberes, não é “engessada”, mas coletiva, compartilhada. Para Lévy (2003), a inteligência coletiva é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados. Lévy afirma que a “democracia só progredirá explorando da melhor forma as ferramentas de comunicação contemporânea” (LÉVY, 1999, p.62).

Ao amplificaram as vozes dos movimentos feministas, as redes e mídias sociais digitais geraram o que muitos especialistas chamam de “a quarta onda do feminismo”, definida pela tecnologia. O movimento 8M nas edições 2017, 2018, 2019 e 2020 não teve grande repercussão nas mídias tradicionais como jornais, revistas, rádios e redes de TV, mas na Internet viralizou e gerou elogios e críticas à sua realização.

Na medida em que as redes se caracterizam pela existência de laços firmados a partir de interesses comuns, é possível identificar todo tipo de agrupamento [...], não apenas uma interação entre os participantes [...] mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais. [...] Assim como o mundo real é levado para as redes sociais digitais, as discussões online têm potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico. (MARTINO, 2014, p. 58).

Neste estudo nos dedicamos especificamente a analisar postagens no Facebook pelo fato de que essa mídia digital é a mais acessada no mundo todo² e permitir uma interação maior entre os usuários, com divulgação e compartilhamento tanto de textos mais extensos como de fotografias e vídeos. O nosso problema de pesquisa se refere ao modo como os grupos Mídia Ninja e MBL utilizam o Facebook para abordar o 8M-Parada Internacional de Mulheres/Dia Internacional da Mulher, nos anos 2017, 2018,

¹ Rede Panapanã de Mulheres do Noroeste Paulista. Disponível em: www.facebook.com/redepanapana

² Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>

2019 e 2020. A grande questão orientadora deste projeto é: esses grupos praticamente polarizados e que surgiram de movimentos sociais, ao abordarem um movimento social feminista utilizam uma comunicação que promove inclusão e rompe com as violências ou uma comunicação agressiva e excludente? Como se dá a produção de sentidos nesse caso? Há a preocupação em utilizar, nos textos e imagens veiculados, uma comunicação voltada para a paz ou para incitar a violência? Considerando que no Brasil ainda somos uma democracia recente (desde 1985), esses veículos midiáticos digitais estão cumprindo seu papel de fortalecimento da participação popular e cidadania?

Segundo explica Shinar (2008, p. 42):

O Jornalismo para a Paz (JP) e a mídia voltada para a paz são essenciais para promover e encorajar o desenvolvimento das estruturas democráticas de comunicação. A combinação de tais estruturas com o JP pode aumentar a eficácia de programas de desenvolvimento, reduzir a desigualdade socioeconômica, a corrupção e a exploração; além disso, incrementa o respeito social e o respeito pessoal para com os componentes mais fracos das sociedades em desenvolvimento.

Partindo dessa definição, podemos compreender que o jornalismo para paz, na perspectiva dos Estudos para Paz (*Peace Studies*), oferece subsídios teóricos e metodológicos para refletirmos e analisarmos a produção de conteúdo em mídia. Assim, assumindo essa perspectiva, nosso **objetivo geral é analisar e interpretar o 8M a partir das perspectivas comunicacionais apresentadas nas fanpages do Mídia Ninja e MBL à luz do jornalismo para paz, a fim de identificar estratégias para legitimação ou desqualificação do movimento feminista.**

Para a consecução deste objetivo geral, nossos objetivos específicos são: a) analisar a trajetória dos movimentos feministas ao longo da história; b) identificar, analisar e dar visibilidade às pautas diversas do 8M/Dia Internacional da Mulher na mídia; c) analisar se os grupos Mídia Ninja e MBL, por meio de sua mídia digital Facebook, concebem e produzem uma comunicação de forma democrática e representativa, visando o respeito, a representatividade e a compreensão “do outro”.

Como referencial teórico, nossa pesquisa bibliográfica parte de autoras como Carla Cristina Garcia, Hannah McCann, Céli Regina Jardim Pinto, Simone de Beauvoir e Heloísa Buarque de Hollanda, que abordarão as lutas feministas ao longo da história. Também trabalharemos com James M. Jasper e Maria da Glória Gohn, que nos oferecem reflexões sobre os movimentos sociais e sua relevância para as transformações

das sociedades. Por outra parte, Manuel Castells e Pierre Lévy com suas abordagens sobre a cibercultura, cibercultura e sociedade da informação. Ainda Johan Galtung, Annabel McGoldrick, Jake Lynch, Dov Shinar, Raquel Cabral e Jorge Salhani, que tratarão dos aspectos teórico-conceituais sobre os Estudos para Paz (*Peace Studies*) e, especificamente o Jornalismo para Paz.

Para a análise do material coletado (postagens publicadas pela Mídia Ninja e MBL, em suas páginas no Facebook, referentes ao evento 8M de 2017, 2018, 2019 e 2020, dois dias antes, no dia do evento, e dois dias depois, partimos dos princípios do jornalismo para a paz (*Peace Journalism*) como categorias analíticas para a análise de conteúdo de Lawrence Bardin, e aos estudos de conotação imagética de Roland Barthes. Assim, criamos categorias que foram adaptadas do jornalismo para paz e que nos ajudarão no entendimento do material midiático (LYNCH; MCGOLDRICK, 2000).

Em linhas gerais, vale destacar que este estudo nos permitiu analisar e interpretar que os grupos Mídia Ninja e MBL utilizam as mídias digitais em suas estratégias de comunicação, mas com finalidades distintas. E que os dois (apesar de um mais que o outro), estão distantes das práticas do jornalismo para a paz, o que ocorre também nos espaços das mídias hegemônicas. Porém, como as mídias digitais figuram como campos de experimentação, são menos onerosas e têm grande poder de mobilização e de participação democrática, faz-se necessário estudar possibilidades para que novas formas de se comunicar possam ser estabelecidas nesses territórios virtuais.

No capítulo 1, “Feminismos, lutas e o 8M/Dia Internacional da Mulher”, fazemos um resgate histórico das pautas das mulheres ao longo do tempo até os dias atuais. No capítulo 2, “Jornalismo na era da Internet, Mídia Ninja e MBL e Jornalismo para a Paz: diálogos possíveis”, discutimos as transformações na forma de se produzir e consumir informação. Também verificamos como os grupos Mídia Ninja e MBL utilizam as plataformas digitais para suas estratégias comunicacionais e apresentamos o jornalismo para a paz como alternativa para se pensar e praticar uma comunicação mais democrática e inclusiva. O capítulo 3 traz o percurso metodológico desta pesquisa e o 4 as análises e inferências sobre a mesma. Por último, apresentamos nossas considerações finais, apontando reflexões gerais e linhas futuras de investigação.

Cabe destacar que minhas experiências como comunicadora no âmbito dos movimentos feministas e (outros) são na prática construídas desde antes de concluir minha graduação como jornalista na Universidade Metodista, em 1999. Como pesquisadora ainda sou iniciante, mas vejo que, com tantos cenários complexos no

Brasil e no mundo quanto aos direitos das mulheres (e direitos humanos como um todo), há necessidade de transpor o ambiente acadêmico e aplicar o conhecimento que adquiri junto a esses grupos ativistas, focando em uma comunicação integradora e transformadora.

Este trabalho valoriza a pesquisa teórica aliada à empírica; referenciamos o sociólogo Michel Thiollent (1986) em sua defesa da pesquisa-ação “enquanto linha de pesquisa associada a diversas formas de ação coletiva e que é orientada em função da resolução de problemas ou de objetivos de transformação” (THIOLLENT, 1986, p.7). O autor destaca que unir a pesquisa à ação é uma forma de buscar soluções para problemas de nossa realidade (como educação, práticas públicas e informação) para os quais os métodos convencionais pouco contribuem. Nessa perspectiva, o autor destaca “...os procedimentos a serem escolhidos devem obedecer a prioridades estabelecidas a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez” (THIOLLENT, 1996, p.8). Como jornalista, pesquisadora e ativista busco analisar e compreender nuances comunicacionais relacionadas à violência de gênero, tendo em vista que minha vivência na militância e agora na pesquisa sobre o tema possam colaborar com uma visão mais ampla sobre as variáveis que afetam esse fenômeno. Portanto, devo dizer que tenho consciência sobre os limites da base empírica nesta pesquisa, por isto acredito numa ciência engajada que possa contribuir com as práticas comunicacionais junto à Rede Panapanã de Mulheres do Noroeste Paulista e a outros grupos, assumindo um compromisso efetivo com a mudança social.

Participação na Parada 8M/Dia Internacional da Mulher 2020 em São Paulo-SP



Foto: Murilo Rodella

2 FEMINISMOS, LUTAS E O 8M

Em nossa sociedade contemporânea ainda é comum vermos a expressão “feminismo” associada a visões estereotipadas ou equivocadas, principalmente entre grupos hegemonicamente masculinos. “*Feministas não se depilam*”, “*não se maquiham*”, “*são solteironas*”, “*mal amadas*”, “*odeiam os homens*” e “*vestem-se mal*” são algumas frases associadas a essa visão reducionista dos ativismos feministas. No plural, sim, porque não existe apenas um feminismo, mas várias vertentes com pautas muitas vezes distintas.

A pesquisadora Carla Cristina Garcia (2015, p.12) afirma que “o termo *feminismo* foi primeiramente empregado nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-lo no lugar de expressões utilizadas no século XIX tais como “movimento das mulheres e problemas das mulheres”.

Esse novo feminismo visava ir além do sufrágio e de campanhas pela moral e pureza social buscando uma determinação intelectual, política e sexual. O objetivo das feministas americanas era um equilíbrio entre as necessidades de amor e de realização, individual e política, o que parecia algo muito difícil de conseguir. (GARCIA, 2015, P.13)

Em sentido amplo, todas as vezes na história da humanidade em que as mulheres se manifestaram contra as injustiças que o sistema patriarcal lhes impunha, estamos falando de feminismos.

Feminismo, então, é a tomada de consciência de que as mulheres não são “reprodutoras” ou “objetos de desejo e de pertencimento do homem”, mas atuantes na construção das sociedades e participantes das mesmas. Quando as mulheres se conscientizam que seu papel na sociedade é muito maior do que a cultura patriarcal prega e se propõem a questionar os discursos que confundem intencionalmente o masculino com o universal, temos o feminismo em toda a sua pluralidade, ou os feminismos, pautados em reflexões, lutas e discursos distintos pelo mundo todo.

Antes da redefinição crítica feminista do que é patriarcado, entendia-se que era um governo de patriarcas (homens mais velhos e mais sábios). A antropóloga Dolores Reguant (1996) define o patriarcado como: (1996, p.20):

Forma de organização política, econômica, religiosa e social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, no qual se dá o predomínio dos homens sobre as mulheres, do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, dos velhos sobre os jovens e da linhagem paterna sobre a materna. O patriarcado surgiu da tomada de poder histórico por parte dos homens que se apropriaram da sexualidade e reprodução das mulheres e seus produtos: os filhos, criando ao mesmo tempo uma ordem simbólica por meio dos mitos e da religião que o perpetuam como única estrutura possível (REGUANT, 1996, p.20)

É a partir da “redefinição” do que é patriarcado que se moldam as lutas feministas, focadas em desconstruir a teoria de que a sociedade só se forma com o patriarcado à frente de tudo. Ao longo do tempo, além das lutas de contestação ao patriarcado, as mulheres passaram a utilizar termos de enfrentamento a esse sistema, como “*femenagem*” (contrário de homenagem, por exemplo), sororidade (apoio recíproco entre as mulheres), feminicídio (assassinato de uma mulher simplesmente em função de seu sexo), misoginia (ódio ou aversão a mulheres), entre outros. As lutas das mulheres sempre foram além do âmbito de conquistas de direitos; envolvem questões de linguagem, comunicação e cultura.

Os feminismos analisam o patriarcado como um sistema político que prevê alguns “direitos ou poderes” (limitados) às mulheres, mas é um paradoxo. Ao mesmo tempo em que as mulheres conquistaram direitos, elas também aumentaram sua carga de trabalho. Ao mesmo tempo em que foram para o mercado de trabalho e chegaram às universidades, ainda continuam, em sua maioria, cuidando dos filhos e da casa (dupla ou tripla jornada).

As mulheres que conseguem delegar essas tarefas a terceiros também contratam mulheres que são mais pobres ou mais velhas (empregadas ou avós). Alguns países, principalmente da Europa, estão avançando nas políticas de igualdade de gênero visando uma sociedade na qual homens e mulheres gozem das mesmas oportunidades, rendimentos, direitos e obrigações em todas as áreas.

Na Suécia, por exemplo, governo e empresas incentivam a divisão do cuidado com os filhos e a casa. O país nórdico possui a mais alta taxa de emprego de mulheres da União Europeia (UE), de 78% (EL PAÍS BRASIL, 2017)³. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, o país registra um dos maiores níveis de violência de gênero da UE. Para explicar essa contradição, o psicólogo social

³ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/eps/1489066869_454079.html Acesso em 24 fev.2020

da Universidade de Valência, Enrique Gracia, e o epidemiologista da Universidade de Lund, Juan Merlo, chamam isto de *paradoxo nórdico*. Em um artigo publicado no El País Brasil⁴ eles propõem várias linhas de trabalho para compreender o que ocorre. A primeira hipótese é que nos países nórdicos as mulheres conquistaram mais poder e isso suscitaria uma reação violenta dos homens. A segunda seria que nesses países se denuncia mais. E outra possibilidade proposta pelos pesquisadores no artigo do El País está relacionada com um fator de risco que os nórdicos possuem, e consiste em um padrão de consumo de álcool diferente do de outras regiões. “Não temos resposta, é preciso pesquisar”, afirma Gracia (EL PAÍS BRASIL, 2017). Lá, país considerado modelo na igualdade de gênero, são 13 mortes de mulheres por ano, segundo fala no artigo Asa Regnér, ministra da Igualdade da Suécia.

No Brasil, segundo os dados do Ministério da Saúde compilados pelo Atlas da Violência divulgado em agosto de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁵, uma mulher foi assassinada a cada duas horas em 2018. Apesar da taxa apresentar uma queda de 9% entre 2017 e 2018, o Atlas mostra que de 2008 a 2018 o Brasil teve um aumento de 4% nos assassinatos de mulheres. A grande maioria das vítimas (68%) é a mulher negra. Em alguns estados como Ceará, Roraima e Acre a taxa de homicídios em 2018 mais do que dobrou em relação a 2008. Imaginemos os casos que ficam fora das estatísticas oficiais! O país também tem números alarmantes sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018⁶ apontam que, mesmo com uma pequena queda na desigualdade salarial entre os anos de 2012 e 2018, mulheres ganham, em média, 20,5% menos que os homens, mesmo sendo maioria com ensino superior. De acordo com o estudo, um dos fatores que explicam essa diferença no rendimento médio entre os gêneros é o fato de a mulher ter uma carga horária nas empresas menor que a dos homens, no geral, sendo 37h54min semanais para mulheres e 42h42min semanais para homens. Isto, porém, não reflete o tanto que as mulheres trabalham, já que geralmente são elas quem se dedicam aos afazeres domésticos e aos cuidados com pessoas. O estudo mostra, ainda, que há muita

⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/eps/1489066869_454079.html. Acesso em 24 fev. 2020

⁵ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em 01 out. 2020

⁶ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso em 02 mai. 2020

diferença salarial entre homens e mulheres de acordo com as profissões escolhidas. Esses dados servem para nos mostrar que, apesar das lutas feministas, a violência contra as mulheres, sob várias formas, ainda apresenta estatísticas alarmantes, portanto necessita ser constantemente combatida.

Os dados também nos alertam para o ato de que as mulheres continuam sendo vistas como o que Simone de Beauvoir (1970) chama de “o outro”, um ser secundário, em condição de subjugação ao “um” que seria o homem, o patriarcado como um todo. Para a escritora francesa, os papéis destinados ao homem e à mulher são construídos socialmente, desprovidos de fundamento científico e a subjugação não apresenta justificativa biológica (utilizada muitas vezes para argumentar que a mulher não consegue realizar as mesmas tarefas feitas pelo homem). Para Beauvoir (1970, p.14), homens e mulheres nunca partilharam o mundo em igualdade de condições e, embora a condição da mulher tenha evoluído, ela ainda arca com um pesado *handicap*⁷.

Economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas; em igualdade de condições, os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Ocupam na indústria, na política, etc, maior número de lugares e os postos mais importantes. Além dos poderes concretos que possuem, revestem-se de um prestígio cuja tradição a educação da criança mantém: o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. (BEAUVOIR, 1970, P.14)

Se em uma obra escrita em 1949 Beauvoir observou situações que se repetem nos dias de hoje, qual a importância dos movimentos feministas para a transformação dessas realidades das mulheres? Se não existissem as lutas, a desvantagem (*handicap*, como denomina Beauvoir) da mulher ainda seria maior? Veremos, a seguir, as ondas que marcaram as lutas das mulheres e quais as principais conquistas e desafios em cada uma delas, e então teremos nossas percepções quanto a esses questionamentos.

2.1 As ondas feministas - O antes

⁷ Desvantagem, em inglês

A importância das mulheres se mostra desde a pré-história, tempo do “homem das cavernas” (e por que não mulher?), período em que exerciam as funções de observar, coletar e cuidar. Pesquisar alguns trabalhos sobre a mulher nessa época é importante para entender a representação da figura feminina até chegar ao momento presente. Antes de passarmos às chamadas quatro ondas que caracterizam os feminismos no mundo faremos esta observação rápida sobre o que as antecedeu. Para a escritora e pesquisadora Rose Marie Muraro (1993), uma das maiores representantes feministas no Brasil, a centralidade não só dos grupos de proto-humanos⁸ como também dos mamíferos em geral, principalmente dos ungulados⁹, onde se incluem os primatas, era a dupla mãe/filho. A pesquisadora explica que:

[...] ao contrário do pensamento convencional de que os bandos animais se reúnem em torno de um macho dominante que escraviza os outros e se apropria das fêmeas, o que aparece hoje é que estes grupos são matricêntricos e matrilocais, isto é, vão seguindo a sua linhagem feminina, mas nem os animais nem os proto-humanos são matriarcais, pois não são em geral governados pelas fêmeas (MURARO, 1993, p. 13).

Muraro ressalta que provavelmente nunca existiu uma organização social realmente matriarcal, seja animal ou humana, porque por analogia ao patriarcal (que veio depois), seria uma “sociedade governada por mulheres da mesma maneira que os homens governam as nossas sociedades atuais, isto é, de maneira autoritária, de cima para baixo” (MURARO, 1993, p.13-14). Muraro afirma que a patrilocidade e o patriarcado devem ter entre suas causas a descoberta do papel do homem na reprodução (MURARO, 1993), “o que permitiria a estes controlar a fecundidade das mulheres e, portanto, controlar as próprias mulheres, porque o poder advinha do controle da reprodução” (MURARO, 1993, p.24). Antes de o homem impor esse seu “poder divino”, a centralidade dos grupos estava nas mãos das mulheres.

Na Antiguidade, mesmo que algumas mulheres como Cleópatra, Artemísia e Boadiceia tenham conseguido prestígio individualmente, isto não se traduziu, necessariamente, no empoderamento de outras mulheres. Até mesmo as que se sobressaíam tinham limites ao desafiar o sistema da época, senão também poderiam perder seu lugar de poder.

⁸ Hominídeo que possuía algumas das características, mas não todas, do moderno homo sapiens

⁹ Animais com casco

Contudo, nosso interesse neste estudo se volta principalmente aos mundos pré-moderno, moderno e contemporâneo, nos quais os feminismos surgem como agente de tensão sobre as forças políticas, sociais e econômicas dominantes. No Renascimento (1300-1600), o culto ao gênio e à inteligência trazia ainda ecos medievalistas de inferioridade da mulher. O debate sobre os direitos e deveres dos sexos nessa época ganhou o nome de *querelle de femmes* (*briga de mulheres*) que, para algumas autoras e autores, seria a célula *mater* do feminismo. Virginia Woolf chamou as mulheres que participaram desse debate de “as filhas dos homens cultos, educadas por humanistas e que se rebelaram contra a sociedade que restringia a liberdade e a participação das mulheres” (GARCIA 2015, P.26).

[...] os três elementos básicos desse pensamento são a oposição dialética à misoginia; o embasamento dessa oposição na ideia de “gênero”, tal como a entendemos hoje em dia e a possibilidade de universalizar a questão e transcender o sistema de valores de seu tempo, apresentando uma autêntica concepção geral da humanidade” (GARCIA, 2015, p.26)

Uma importante figura dessa época foi a italiana Christine de Pizan (1364-1430), que pode ser considerada a primeira mulher escritora profissional, pois sendo viúva, sustentou seus três filhos com seus escritos. Em 1405 escreveu seu livro mais famoso “A cidade das mulheres”, no qual questiona a autoridade masculina dos grandes pensadores e poetas que contribuíram para a misoginia, e propõe uma cidade edificada para todas as mulheres valorizadas por suas lutas e conquistas e não por sua condição de nascimento ou posição social.

Durante a Reforma Protestante, nos séculos XVI e XVII, algumas mulheres (acusadas de bruxaria ou de pacto com o demônio, sendo muitas queimadas em fogueiras), encontraram no Unitarismo¹⁰ uma forma de desafiar o poder patriarcal. Na França do século XVII começaram a surgir novas normas e valores sociais e os salões literários, organizados muitas vezes por mulheres, eram espaços de discussões em torno de sentimentos, linguagem e contra o matrimônio. Segundo Badinter (1993 apud GARCIA, 2015, p.32), o Preciosismo (segunda metade do século XVII) foi o primeiro movimento a questionar o papel dos homens na sociedade, liderado pela escritora

¹⁰ Unitarismo é uma corrente de pensamento teológico que afirma a unidade absoluta de Deus. Prega a liberdade de cada ser humano para buscar a sua própria verdade e a necessidade de cada um buscar o crescimento espiritual sem a necessidade de religiões, dogmas e doutrinas. <https://www.dicionarioinformal.com.br/unitarismo/>

francesa Madeleine de Scudéry. Em seus salões ela recebia pessoas de todas as classes e gêneros dispostas a discutir e refletir sobre os temas sociais da época. Para Garcia (2015, p.35), a especificidade da contribuição dos salões do século XVII ao feminismo se encontra no fato de que graças a eles a polêmica feminista deixa de ser uma discussão privada entre teólogos e moralistas e passa a ser um tema de opinião pública.

Em 1791, durante a Revolução Francesa, Olympe de Gouges (pseudônimo de Marie Gouze) se organizou com outras mulheres pela Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, que pedia direito ao voto, à propriedade e participação na vida pública. Ela estava à frente de uma companhia de teatro e difundia suas ideias através das peças, panfletos e cartazes. O documento foi uma resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão liberado dois anos antes e que excluía mulheres.

Além de criticar o antigo regime, ela expôs e criticou as violências e as injustiças do novo regime, dirigindo-se em especial aos jacobinos (nome dado ao grupo que liderava a Revolução Francesa) líderes Jean-Paul Marat e Maximilian de Robespierre, que governaram a França entre 1792 e 1794. Robespierre não admitiu seu posicionamento e a condenou à morte, sem direito a advogados ou qualquer outra defesa. Olympe foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793, “por ter esquecido as virtudes que convêm a seu sexo e por haver se intrometido nos assuntos da República”, segundo seus algozes (Garcia, 2015, p.49). O veredito de Olympe sobre os homens:

“Estranho, cego e degenerado, neste século de luzes e sagacidade, quer mandar como um déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais e pretende gozar da revolução e reclamar seus direitos à igualdade, de uma vez por todas” (CUTRUFELI, 2007 apud GARCIA, 2015, p.49).

A Revolução comandada por homens não permitiu às mulheres o direito à participação política e nem a expressar suas vontades, dando-lhes, em vez de lugar nas tribunas, lugar nas guilhotinas; na prática, mostrou que seu lema (Liberdade, Igualdade e Fraternidade) era, na verdade, uma fraude. Pouco tempo depois, em 1804, entrou em vigor na França o Código Civil Napoleônico, outorgado por Napoleão Bonaparte e que tornou a autoridade do homem sobre suas famílias ainda mais forte, privando a mulher de direitos individuais e reduzindo os direitos de filhos ilegítimos. A todos os cidadãos masculinos foi garantida a igualdade perante a lei. Novamente a mulher foi colocada como “o outro”, subjugada e tratada como inferior. Mas a partir do século XIX, marcado por grandes movimentos sociais emancipatórios, algumas evoluções foram conquistadas, como veremos a seguir.

2.2 A primeira onda

O posicionamento de mulheres como Olympe durante a Revolução Francesa inspirou o nascimento da primeira onda feminista, que perpassou o século XIX e chegou ao século XX, com o direito ao voto. Um dos marcos desse período foi a realização da Convenção dos Direitos da Mulher em Nova York, em 1848, que reivindicou às mulheres a ampliação das conquistas sociais e políticas das grandes revoluções da época (como a Revolução Industrial). No Reino Unido, Karl Marx e Friedrich Engels publicam, em 1848, “O Manifesto Comunista”, um panfleto político clamando pela libertação de homens e mulheres do capitalismo, que influenciou feministas socialistas como Clara Zetkin, na Alemanha e Alexandra Kollontai, na Rússia.

Elas viam a opressão às mulheres como uma questão de classe e diziam que o desenvolvimento da família como uma unidade econômica fundamental ao capitalismo forçava as mulheres a um papel de subordinação, e só uma revolução socialista as libertaria (McCANN et al, 2019, p.44).

Essa primeira onda, nos EUA e Europa, era orquestrada em sua maioria por mulheres brancas, de classe média e insatisfeitas com o seu estado de submissão e opressão. Paralelamente, as mulheres operárias partiram para a ação, fazendo greves e formando sindicatos de mulheres. As principais reivindicações no início dessa onda eram a igualdade jurídica, o direito ao voto e o acesso à instrução e às profissões liberais, além da oposição a casamentos arranjados; no caso das operárias, além dessas questões, havia a luta contra baixos salários e condições insalubres de trabalho.

No Reino Unido, as *suffragettes* (receberam este nome porque lutavam pelo direito ao voto) realizaram manifestações importantes em Londres; muitas foram presas, fizeram greve de fome e aos poucos começaram a atrair a atenção da sociedade para suas pautas. “Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se, como protesto, à frente do cavalo do rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918” (PINTO, 2010, p.15). Apesar da conquista ainda havia restrições, pois o voto era permitido a mulheres acima de trinta anos de idade e que possuíssem alguma propriedade ou imóvel. As sufragistas ficaram conhecidas por sua luta pelo direito das mulheres ao voto, mas elas “lutavam pela

igualdade em todos os terrenos apelando à autêntica universalização dos valores democráticos” (GARCIA, 2015, p.58).

A luta pelo sufrágio permitiu a união de forças de mulheres de diversas ideologias políticas e classes sociais (porque todas estavam excluídas apenas por serem mulheres) e a militância alcançou vários lugares do mundo,

[...] incluindo o Japão, onde feministas como Fusae Ichikawa defendiam o direito de a mulher se envolver em política. Também no mundo árabe, particularmente no Egito, Huda Shaarawi e outras mulheres estabeleceram as primeiras organizações feministas (McCANN et al, 2019, p.44).

Um exemplo de luta na primeira onda feminista é Sojourner Truth (1797-1883). Ela ficou muito conhecida após seu famoso discurso “Eu não sou uma mulher?” em 1851, na Convenção de Akron “e nele enfocou pela primeira vez os problemas específicos das mulheres negras, asfixiadas entre duas exclusões: a raça e o gênero (GARCIA, 2015, p.59). Ela era uma escrava liberta que lutou bravamente pela abolição e pelo direito de as mulheres serem representadas na sociedade. Além disso, Sojourner foi uma das primeiras mulheres negras que conseguiu vencer um caso contra um homem branco nos Estados Unidos (ao buscar recuperar seu filho escravizado). Elizabeth Blackwell (1821-1910) é outra pessoa muito importante nessa primeira onda. Ela foi a primeira mulher a se formar numa faculdade de medicina americana (Geneva Medical College, em Nova York, em 1849), que era totalmente masculinizada na época. Ela lutou para que as mulheres pudessem também estudar medicina e publicou, em 1860, *Medicine as a Profession for Woman* e *Address on the Medical Education of Woman*, em 1864. Ela teve muitas dificuldades para exercer a medicina nos hospitais tradicionais, então criou, em 1857, com a irmã Emily e a também médica Marie Zakrzewska, o Ambulatório para Crianças e Mulheres, atendendo em cortiços. “Blackwell conseguiu estabelecer o princípio de que as mulheres compreendem mais a saúde das próprias mulheres do que os homens e acrescentou uma escola médica para mulheres ao seu hospital, em 1868” (McCANN et al, 2019, p.77).

No Brasil, “as *sufragetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, ativista, política e cientista que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto” (PINTO, 2010, p.16). Era filha de Adolfo Lutz, cientista e pioneiro da Medicina Tropical, e de Amy Fowler, enfermeira inglesa. Não

casou e não teve filhos. Berta Lutz organizou o I Congresso Feminista do Brasil, em 1922.

Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010, p.16).

Em 1933, Berta Lutz se lançou como candidata a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 (Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a Liga Eleitoral Independente, ligada ao movimento feminista), mas não se elegeu. Candidatou-se novamente em 1934, obteve uma suplência e assumiu o mandato em 1936, com a morte do titular Cândido Pessoa. “Em sua atuação, lutou pela mudança de legislação trabalhista referente à mulher e ao menor, propôs igualdade salarial, licença de três meses à gestante e redução da jornada de trabalho - então de 13 horas” (ARQUIVO NACIONAL, 2019). Lutz permaneceu na Câmara até 1937, ocasião em que o regime do Estado Novo (1937-45) dissolveu os órgãos legislativos do país¹¹.

Também chama atenção, nessa primeira onda feminista no Brasil, o movimento das operárias e ideologia anarquista chamado União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Em manifesto de 1917, proclamam: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2010, p. 16).

Segundo Pinto (2010, p.16), a primeira onda feminista perdeu força a partir da década de 1930. Com as atenções do mundo voltadas para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a segunda onda demorou um pouco para ganhar força, embora bastante influenciada por textos e livros que emergiram durante a guerra, como a “Bíblia do feminismo” de Simone de Beauvoir, como veremos a seguir.

2.3 A segunda onda

¹¹ Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html> Acesso em 12 dez. 2019

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Uma das máximas do feminismo foi estabelecida pela francesa Simone de Beauvoir em seu livro “O segundo sexo”, publicado pela primeira vez em 1949 e que recebeu o apelido de “a Bíblia do feminismo”. Considerada a precursora da segunda onda do feminismo, Beauvoir analisa o desenvolvimento psicológico da mulher e as condições sociais que a tornariam alienada e submissa ao homem.

A década de 1960 foi particularmente importante para o mundo ocidental. Os EUA enviavam seus jovens à guerra do Vietnã, surgimento do movimento hippie na Califórnia, movimento estudantil de Maio de 1968 em Paris, lançamento da pílula anticoncepcional (primeiro nos EUA e depois na Alemanha), revolução musical com Beatles e Rolling Stones, entre outros acontecimentos. De fato, uma efervescência que estimulou a formação de diversos coletivos feministas. O ativismo feminista encontra brechas nesses acontecimentos para expor suas pautas, e as mulheres passam a lutar não apenas por espaço no trabalho, na vida pública e na educação, mas por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, na qual elas possam decidir sobre seus próprios corpos e suas vidas.

Aponta, e isto é o há de mais de original no movimento, que existe outra forma de dominação além da clássica dominação de classe - a dominação do homem sobre a mulher - e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias (PINTO, 2010, p.16)

Para McCann et al (2019), o conceito de Beauvoir de que as mulheres são produto de um condicionamento social e cultural foi a tônica da segunda onda.

“Escritoras feministas como Betty Friedan e Germaine Greer desafiaram a imagem da feminilidade idealizada imposta às mulheres pela criação, educação e psicologia e as incentivaram a desafiar o estereótipo” (McCANN et al, 2019, p. 112).

No Brasil tivemos o golpe militar em 1964, que depois com o Ato Institucional n.5 (AI-5), em 1968, caracterizou-se como um regime rigoroso que transformou o presidente em ditador. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos surgiam movimentos libertários, no Brasil tínhamos repressão contra a luta política, obrigando grupos contrários à ditadura a irem para a clandestinidade ou partirem para a guerrilha. Feministas eram vistas como política e moralmente perigosas.

Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu o 8 de Março como Dia Internacional da Luta pelos Direitos das Mulheres, o que impulsionou a atuação e as demandas feministas no mundo todo. Neste mesmo ano, a jornalista Susan Brownmiller lançou o livro *Against Our Will: Men, Women and Rape*¹², resultado de quatro anos de pesquisa e que afirma que “desde a pré-história, o estupro tem sido o mecanismo primário através do qual os homens reafirmam seu domínio sobre a mulher (McCANN et al, 2019, P. 168). Raramente, até esse momento, assuntos como estupro, abuso sexual infantil e incesto eram debatidos. As feministas da segunda onda lutaram para que esses temas fossem levados a sério.

Em 1977, o Brasil aprovou a Lei do Divórcio; antes disto, as mulheres que ousavam romper um relacionamento eram pejorativamente chamadas de “desquitadas”. Em 1979, aconteceu, no país, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista. “No Brasil da época, lutas pelos direitos das mulheres eram um desafio ainda maior, uma vez que o país vivia um governo não democrático” (McCANN et al, 2019, p.124).

Ainda em 1979 ocorreu a primeira manifestação pró-aborto no Brasil, no Rio de Janeiro, em razão do fechamento de uma clínica clandestina. Foi o momento em que a discussão sobre o aborto configurou-se como um problema de saúde pública no país.

Em 10 de outubro de 1980, um grupo de ativistas do SOS Mulher e de outros coletivos se reuniu nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo para protestar contra a violência doméstica e todas as formas de agressão à mulher. Elas denunciavam a impunidade de agressões e assassinatos e a aceitação, nos tribunais, da tese da “legítima defesa da honra”, um argumento utilizado por homens que se diziam traídos e matavam as companheiras e seus supostos amantes. As experiências do SOS Mulher de denúncia e acolhimento às mulheres vítimas de violência multiplicaram-se no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O grupo ainda lançou campanhas de conscientização com os lemas “*Quem ama não mata*” e “*O silêncio é cúmplice da violência*”, que visavam questionar o pátrio poder expresso em ditados populares tais como “*em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*”¹³.

Em 1984, um grupo de brasileiras participou do 4º Encontro Internacional de Saúde da Mulher, realizado em Amsterdã, onde

¹² *Against Our Will: Men, Women, and Rape* (Contra Nossa Vontade: Homens, Mulheres e o Estupro) foi publicado pela primeira vez em 1975, pela editora *Simon and Schuster*, sendo selecionado, em 1995, pela *The New York Public Library*, como um dos mais importantes livros publicados no século XX.

¹³ Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-Eliane-de-Grammont-SOS-Mulher-e-a-luta-a-contr-a-violencia-a-mulher-no-Brasil-dos-anos>. Acesso em 12 dez.2019

se discutiu a noção de direitos reprodutivos da mulher que incluíam o direito a ter controle sobre o próprio corpo, a exercer sua sexualidade sem preconceitos e de maneira saudável e informada e de decidir livremente sobre a sua reprodução sem coerção ou violência. “As brasileiras presentes no evento abraçaram a ideia de direitos reprodutivos e trouxeram a discussão ao Brasil” (CORREA; ÁVILA, 2003, p.19).

Segundo Correa e Ávila (2003), o conceito de direitos sexuais se dá pouco tempo depois, na década de 90, no âmbito dos movimentos gay e lésbico europeus e norte-americanos, “produzindo-se, em seguida, uma sinergia difusa com os segmentos do movimento feminista que consideram a sexualidade como domínio crucial para compreender e transformar a desigualdade de gênero” (CORREA; ÁVILA, 2003, p. 21)

Uma conquista significativa para as mulheres brasileiras durante a segunda onda foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), em 1984, que empreendeu uma campanha pela inclusão dos direitos das mulheres na nova carta constitucional. Com a redemocratização do país, em 1985, grupos feministas brasileiros surgiram e se aproximaram de movimentos populares de mulheres pobres que lutavam por educação, saneamento, saúde e habitação, muitas vezes apoiados pela igreja católica. “O movimento feminista brasileiro, apesar das origens na classe média intelectualizada, teve uma interface com as classes populares, que provocou novas percepções, discursos e ações” (PINTO, 2010, p.17).

Como consequência das manifestações feministas contra a violência à mulher, em 1985 foi criada a primeira Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher – DEAM –, no governo Franco Montoro, em São Paulo. Nessa mesma época, surgiu o Programa de Assistência à Saúde Integral das Mulheres – PAISM –, que trouxe uma nova concepção de atendimento da saúde para as mulheres. Também foi nesse momento em que surgiram as primeiras ONGs feministas, dentre elas, a Rede Feminista de Saúde, CFEMEA, Fala Preta, SOS-Corpo, Geledés e Cepia.

Se na primeira onda dos feminismos os objetivos eram conquistar igualdade política, intelectual, social e legal, na segunda onda essas lutas se ampliaram e incluíram as questões de sexo e reprodução, sendo o tema aborto um dos mais polêmicos do período. E continua sendo, pois, segundo dados da OMS¹⁴ de 2015, 25 milhões de abortos não seguros (45% de todos os abortos) ocorreram anualmente no mundo entre

¹⁴ https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204374/9789243549262_spa.pdf?sequence=1 Acesso em 05 mai.2020

2010 e 2014. De acordo com esses mesmos dados, a maioria dos abortos não seguros, ou 97%, ocorreu em países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina.

A legislação brasileira permite a interrupção voluntária da gravidez em três casos: risco de vida da mulher, estupro e anencefalia. Pesquisa da Fiocruz¹⁵ de 2020 mostra que as que mais morrem após interrupções da gravidez realizadas de forma insegura no país são negras, menores de 14 anos e moradoras da periferia. Para Muraro (1993), a questão do aborto no Brasil expõe um duplo comportamento da classe dominante, na qual o discurso é “puritano e familiar”, mas às escondidas rompe sem culpa nem punição as regras do adultério, do aborto e outras. A escritora aponta que dessa forma as leis da família e da Igreja colaboram para que os filhos homens aprendam, desde pequenos, a usarem as vantagens de sua classe social para benefício pessoal.

[...] a condição da mulher varia de acordo com a classe social, isto é, como o lugar que ela ocupa no sistema produtivo serve para manter inalterada a sociedade de classes, porque é na família que a criança aprende, desde que nasce, os valores de sua classe social, aprende seja a submeter-se, seja a dominar e romper todas as normas. Ora, isto quer dizer, em última instância, que os nossos corpos são a máquina que faz o sistema funcionar, e nossa sexualidade, o seu combustível. E a família, a sua fábrica...] (MURARO, 1993, p.158).

Esses dados e reflexões mostram que as mulheres passaram pela segunda onda com diversas conquistas importantes, mas também com grandes desafios que perduram até o momento atual - relacionados a questões de classe, gênero, reprodução e raça -, além de questionamentos sobre as diversidades do feminismo, que serão discutidas a partir da terceira onda, que veremos a seguir.

2.4 A terceira onda

A terceira onda ocorreu a partir do final da década de 1980 e tratou de lutar pelas diferenças dentro das diferenças. Emergiu também como uma reação à ascensão da filosofia de direita do neoliberalismo (McCaan et al, 2019). Crescem os grupos de mulheres negras, lésbicas, trabalhadoras rurais e indígenas. Tal como pontua Jussara

¹⁵ <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/977/aborto-e-sade-no-brasil-desafios-para-a-pesquisa-sobre-o-tema-em-um-contexto-de-ilegalidade> Acesso em 05 mai. 2020

Reis Prá, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em entrevista para o Portal Terra (2015)¹⁶:

Contestações de diferentes grupos sociais promovem correntes teóricas, como o feminismo radical e o marxista. São grupos que não se sentiam representados por aquelas mulheres da burguesia e intelectuais. Também tem a contestação do movimento negro, do movimento lésbico, que foram dando o tom dos outros feminismos, como o ecológico, multicultural, pós-moderno e crítico.

Concomitantemente à terceira onda, as mulheres sofriam uma virulenta reação conservadora liderada por Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. O governo de Thatcher promulgou, em 1988, a Seção 28, proibindo as autoridades de “promoverem” a homossexualidade e as escolas de sugerirem que as relações entre o mesmo sexo eram aceitáveis. A Seção 28 só foi revogada em 2003. Nos Estados Unidos, Reagan se opunha abertamente à igualdade para gays e lésbicas e contra as lutas feministas. “Uma organização chamada Maioridade Moral, fundada nos Estados Unidos em 1979, foi fundamental para a ascensão da direita cristã, em uma coalizão pelos valores familiares que se opunham ao feminismo, à escolha reprodutiva e aos direitos LGBTQIA+s” (McCANN et al, 2019, p.255).

Em 1989, a norte-americana Kimberlé Crenshaw, defensora dos direitos civis e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça, introduziu o conceito de interseccionalidade, “que é amplamente visto como a base para o feminismo da terceira e quarta ondas” (McCANN et al, 2019, p.242), no qual defende que a luta contra o patriarcado e a luta contra o racismo devem estar interligadas, já que todos os sistemas de opressão estão interligados.

McCann et al (2019) explica que Crenshaw, em seus ensaios, dividiu a interseccionalidade em três principais tipos: a) estrutural: refere-se a como a opressão sofrida por mulheres negras é diferente da sofrida por mulheres brancas; b) política: impactos das leis e políticas públicas sobre as mulheres negras, “mesmo quando pensadas por razões feministas ou antirracistas” (McCANN et al, 2019, p.243) e c) representativa: como as mulheres negras são representadas na cultura popular.

¹⁶ Entrevista à Jussara Reis Prá. Portal Terra. 06 de novembro de 2015. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo,9ef990f8c0e1eedbd8ec3be2ccdf1dxc9pxyg.html> Acesso em 24 jun.2019

Em 1992, a escritora e feminista norte-americana Rebecca Walker escreveu “Tornando-se a terceira onda”, um artigo no qual destacava:

[...] como era importante para as mulheres deter o assédio sexual, verbal e físico ao seu redor e também rejeitava a crença generalizada de que, em uma era pós-feminista, a maioria das mulheres jovens estava desfrutando de igualdade com os homens e que o feminismo não era mais necessário. Do início dos anos 1990 até por volta de 2012 feministas da terceira onda deixaram claro que não estavam convencidas de que mulheres haviam ‘chegado lá’ e que estavam realizando seus sonhos (McCANN et al, 2019, p.254)

Os anos 1990 foram marcados por diversas mudanças significativas na sociedade ocidental: fim da União Soviética e queda do Muro de Berlim (1991), o crescimento do neoliberalismo e do imperialismo cultural dos Estados Unidos, a dissolução de ditaduras na América Latina, surgimento da Internet, entre outros eventos. Os movimentos *punks* femininos aproveitaram toda essa movimentação para *se fazerem ouvir* com um discurso de completa negação a corporativismos e da defesa do “faça você mesmo”. Elas criaram o termo *riot grrrl* (garota rebelde, em tradução livre); “o movimento procurou criar formas não hierárquicas de fazer música que priorizavam a informação acima dos lucros e usava fanzines para disseminar ideias políticas” (McCANN et al, 2019, p.272).

Um grande marco da terceira onda foi a publicação da obra pioneira da norte-americana Judith Butler, “Problemas de gênero” (1990), no qual a filósofa defende o gênero enquanto performance/performatividade, rompendo com o paradigma da divisão entre natural e social, sexo e gênero. O primeiro livro de Butler se baseava nas teorias do filósofo francês Michel Foucault, que procura expor o poder político conforme ele se manifesta em nossas ideias de verdade, realidade e linguagem, todas as quais reforçam a visão de poder político do grupo dominante e implicitamente normalizam seu modo de vida. Butler “critica muitas feministas que vieram antes dela por sua suposição de que a heterossexualidade é o estado natural do ser” (McCANN et al, 2019, p.260). Para Butler, essa estrutura presume a existência de apenas dois gêneros, sendo essa distinção binária sustentada por atos, aparências, ações e discursos. “Como esses atos são constantemente repetidos, acabam sugerindo uma identidade de gênero fixa” (McCANN

et al, 2019, p.260). O trabalho de Butler foi importante para a teoria *queer*¹⁷ que “foi desenvolvida menos como uma defesa de identidades marginalizadas e mais como uma crítica à política de identidade” (McCANN et al, 2019, p.263).

Foi também na terceira onda que a mídia criou a imagem da “supermulher”, como forma de “maquiar” a realidade por trás deste termo poderoso: mulheres cumprindo jornadas de trabalho dentro e fora de casa, cuidando dos filhos, de parentes, estudando, cuidando de seus corpos e de sua estética, etc. “Simultaneamente, desenvolveram-se teorias de que tantos esforços não valiam a pena, e que o melhor era voltar para casa” (GARCIA, 2015, p. 95). No livro *The Aftermath of Feminism* (2008), a teórica cultural britânica Angela McRobbie afirma que, na busca de abraçar a própria sexualidade, as feministas da terceira onda se arriscaram a sustentar uma cultura corporativa que as explorava. Na obra, ela cita como exemplo a forma como os programas de TV da época, de transformação de aparência, impulsionaram a venda de cosméticos vendendo a ideia de que as mulheres precisavam gastar para se sentirem mais bonitas. Alguns estudiosos dos feminismos apontam que até os dias atuais, o “empoderamento feminino” é usado para vender de tudo, desde cirurgias estéticas e motocicletas a armas de fogo.

Apesar das críticas à terceira onda, muitos frutos foram colhidos nela, como surgimento de casas de apoio e albergues para mulheres em situação de risco e vítimas da violência, discussão mais ampla sobre o parto humanizado e espaço para os movimentos feministas nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU).

No Brasil, em 1998 foi criado o Instituto Geledés, da Mulher Negra, com o objetivo de reunir mulheres brasileiras negras contra as práticas de racismo e sexismo. Também foram ampliadas as Delegacias Especiais da Mulher (a primeira foi inaugurada em São Paulo, em 1985) e sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 340, de 7 de agosto de 2006), que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Também foram realizadas duas Conferências Nacionais para a Política da Mulher, em 2005 e 2007, “nas quais surgiram relatórios importantes sobre a situação das mulheres no país” (PINTO, 2010, p.17).

Pinto (2010) mostra que uma das pautas levantadas pelas mulheres na terceira onda é da importância de reconhecer como sujeito político e tomar espaços nos cenários de poder e de tomada de decisão. A autora afirma que, apesar de haver um número

¹⁷ Queer: estranho, esquisito. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/queer>
Acesso em 22 fev.2020

importante de mulheres na disputa eleitoral e nos cargos legislativos, executivos e judiciários, principalmente nos países onde os movimentos feministas tiveram muita visibilidade, isto não significa que elas tenham sido eleitas com plataformas feministas ou que sejam feministas. “Mesmo assim é muito mais provável que as demandas por direitos das mulheres sejam defendidas por mulheres do que por homens” (PINTO, 2010, p.18)

Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)¹⁸, nas últimas eleições no Brasil, em 2018, foram eleitas 77 parlamentares (em um total de 513), “um aumento de 51% em relação ao último pleito (2014), quando foram escolhidas 51 mulheres para a casa. A bancada paulista foi a que mais elegeu mulheres: 11, pouco mais que o dobro das candidatas escolhidas por São Paulo em 2014” (Tribunal Superior Eleitoral, 2019). O Senado Federal manteve o mesmo número de mulheres eleitas em 2010 (mandato é de oito anos).

Apesar desses pequenos avanços, mesmo com 15% de mulheres na Câmara dos Deputados (a Lei nº 12.034, aprovada em 2009, prevê cota de 30% de candidaturas para mulheres no Brasil), “o país continua bem abaixo da média na América Latina. Nos países latino-americanos e do Caribe, a média do número de mulheres parlamentares nas Câmaras de Deputados ou Câmaras Únicas é de 28,8%¹⁹” (Câmara dos Deputados, 2018). Em ranking de participação de mulheres no Executivo, elaborado em 2017 pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar (UIP)²⁰, o Brasil ficou na 167ª posição. Já na lista de mulheres atuando no Congresso, a Ruanda ocupou o primeiro lugar, com 61,3 % de representantes na Câmara e 38,5 % no Senado. A Bolívia ficou em segundo lugar e Cuba em terceiro.

Para Pinto (2010), desde os seus primórdios, o movimento feminista teve como razão “empoderar” as mulheres, mesmo que o conceito tenha sido incorporado muito posteriormente; porém, se por uma parte teve conquistas indiscutíveis, por outra tem sido “tímido em interpelar mulheres para agirem no mundo público e, principalmente político. Butler oferece um caminho que acredito ser promissor para pensar esta situação, quando diz que as mulheres não são só mulheres” (PINTO, 2010, p.22).

¹⁸ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014> Acesso em 05 mai.2020

¹⁹ <https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/> Acesso em 05 out.2020

²⁰ <https://nacoesunidas.org/brasil-fica-em-167o-lugar-em-ranking-de-participacao-de-mulheres-no-executivo-alerta-onu/> Acesso em 05 mai. 2020

(...) penso que urge um programa de inclusão das mulheres na vida política, que não pode ser entendido como confecção de cartilhas ou campanhas publicitárias, mas, e eu estou convencida disto, como um programa para dar voz às mulheres, para construir espaços nos quais as mulheres falem. Dar a palavra para as mulheres-e só as mulheres podem fazê-lo de modo a não construir novas relações de poder (PINTO, 2010, p.22)

Com o advento da Internet, que marca a quarta onda feminista, as mulheres terão grandes aliados para reverberarem suas vozes e lutas: as redes sociais (e mídias) digitais. É o que veremos a seguir.

2.5 A quarta onda

Para alguns especialistas, o desenvolvimento da internet durante a década de 1990 abre caminhos para a chamada quarta onda feminista, assim como para outros movimentos sociais em todo o mundo. “Já se diz que quarta onda do feminismo responde ao ressurgimento do interesse no feminismo iniciado por volta de 2012, associado ao uso das plataformas de redes sociais tais como do Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Tumblr” (SILVA, 2019, p.37). Para McCann et al (2019), as mulheres à frente dessa nova onda vivem em sociedades nas quais a linguagem feminista é estabelecida, mas percebem que a igualdade de gênero ainda está distante, por isto as lutas precisam continuar, e a internet figura como território propício para que suas vozes se amplifiquem.

A quarta onda do feminismo é intrinsecamente ligada às demandas das pessoas das regiões periféricas do ocidente, aquelas pessoas que nunca antes – ou muitíssimo mal – tiveram espaço para se manifestarem e serem ouvidas, mas na internet encontraram esse espaço. É o caso das mulheres dos países da América Latina. Na internet, essas mulheres encontraram oportunidade para articular a própria luta contra a violência de gênero – violência esta que se manifesta de diversas formas tanto no ambiente público quanto no âmbito privado. (SILVA, 2019, p.38)

McCANN et al (2019) destaca que o pano de fundo para a quarta onda foi a mudança nos meios político e cultural após a crise financeira mundial de 2008, com medidas de austeridade sobre as populações marginalizadas que geraram vários

movimentos de protesto durante a ascensão das redes sociais na Internet, como a Primavera Árabe, em 2010 e o *Occupy Wall Street*, em 2011. “O ativismo “hashtag (expressão cunhada em um artigo de 2011 no *The Guardian*) tem sido fortemente incorporado à quarta onda do feminismo” (McCANN et al, 2019, p.296).

Na Internet, os grupos feministas usam as *hashtags* (#) para divulgar informações, compartilhar fotos e vídeos de protestos e divulgar “em tempo real” um ato de injustiça, encorajando seu público a interagir, compartilhar material e participar de ações. O movimento #MeToo, por exemplo, foi tão relevante que foi escolhido como a “personalidade” do ano de 2017 pela revista americana Time. A publicação afirmou que #MeToo foi usada milhões de vezes em mais de 85 países diferentes. Originalmente criado nos Estados Unidos pela feminista negra Tarana Burke, em 2006, para sobreviventes de agressões sexuais, o movimento ganhou repercussão com as *hashtags* em 2017, quando a atriz americana Alyssa Milano, “*twittou*” o termo denunciando o produtor Harvey Weinstein por assédio assexual, o que desencadeou uma série de outras denúncias contra Weinstein e outros figurões da indústria cinematográfica.

Mas essa quarta onda também traz *backslashes*; muitas mulheres se vêem expostas a *trollagens* (postagens com intenção de despertar ódio), ameaças de estupro e morte e ao *doxxing* (quando *hackers* tornam públicas informações privadas de alguém e incentivam o *bullying* e o assédio). Portanto, as redes sociais permitem que os movimentos feministas ganhem repercussão e se comuniquem com mais facilidade, mas os usuários também podem se tornar expostos a abusos.

No Brasil, considera-se como ponto de partida da quarta onda a primeira *Marcha das Vadias*, que aconteceu em junho de 2011 em São Paulo (o mesmo movimento havia começado em abril de 2011 no Canadá). “O movimento reivindica a palavra ‘vadia’ para defender o direito das mulheres à liberdade sexual sem julgamentos. No entanto, algumas feministas criticam a adoção do termo” (McCANN et al, 2019, p.299). As feministas afro-americanas reclamam que o movimento não leva em conta a história da sexualização de seus corpos durante a escravidão; mulheres alvos de violência policial (negras, trans, imigrantes e profissionais do sexo) “também são céticas sobre o privilégio branco inerente a um movimento que busca recuperar um relacionamento positivo com a polícia” (McCANN et al, 2019, p.299).

Em entrevista concedida à jornalista Adriana Salles Gomes para o Jornal Estadão, em 23 de janeiro de 2017²¹, a jornalista e escritora Nana Queiros, fundadora e diretora da revista digital AzMina (em 2015) fala sobre a quarta onda e sobre o livro “Você já é feminista”, organizado por ela e que aborda, entre outros temas, características dessa quarta onda no Brasil, destacando que ela começou a tomar força no país a partir de 2014:

[...] é tudo muito recente: foi só em 2014 que o movimento ganhou repercussão para valer, em grandes campanhas virtuais antiassédio e contra a cultura do estupro, como a Chega de Fiu Fiu e a #NãoMereçoSerEstuprada. Fortaleceu-se em 2015 e início de 2016 com discussões em torno do #PrimeiroAssédio e a popularização de youtubers feministas como Jout Jout e o Canal das Bee. Houve também a organização do que pode ser o primeiro partido feminista do Brasil, a PartidA. No mundo offline, coletivos de mulheres jovens se organizaram com mais força nas periferias- e usam a internet para ganhar voz no funk, no hip hop ou em sites e blogs. E o jornalismo independente começa a adotar o recorte de gênero para ver o mundo, com o nascimento (ou fortalecimento) de páginas e portais como Geledés, ThinkOlga, Revista AzMina, Revista Capitolina, entre outras publicações. (ESTADÃO, 2019)

No Brasil, em 2015, no então governo da presidente Dilma Rousseff, entrou em vigor a Lei 13.104, que alterou o Código Penal para incluir mais uma modalidade de homicídio qualificado, o feminicídio, que é o crime praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino²². “Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I-violência doméstica e familiar;; II-menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (Câmara dos Deputados, 2015). Silva (2019) comenta que, antes da Lei 13.104, “quando um homem assassinava uma mulher não se fazia questão sobre quais as motivações que existiam por trás do crime; podia ser-como muitas vezes é-misoginia” (SILVA, 2019, p. 39). A autora destaca, ainda, o fato de a maioria dos crimes de feminicídio no Brasil ser cometida por conhecidos das vítimas (maridos, namorados, ex-maridos). “Muitas das mulheres assassinadas por seus companheiros já recebiam

²¹ <https://economia.estadao.com.br/blogs/adriana-salles-gomes/amarcha-emwashington-eaquarta-ondado-feminismo/> Acesso em 05 out. 2020

²² <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html> Acesso em 08 out.2020

ameaças ou eram agredidas constantemente por eles, por isso um dos grandes focos das feministas contemporâneas é a violência contra a mulher e a desconstrução do relacionamento romântico, este ‘que tudo sofre, que tudo suporta’” (SILVA, 2019, p. 39).

Uma obra importante na quarta onda é o livro “Como ser Mulher” (2011), da jornalista inglesa Caitlin Moran, que promove a ideia de que o feminismo é uma questão de bom senso. Ela defende que o feminismo não é um assunto das mulheres, mas uma questão de direitos humanos, na qual os homens também têm interesse. A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, importante voz na luta pelos direitos das mulheres e humanos, afirmou, em uma palestra em 2012, que “todos devem ser feministas”.

[...] homens podem e devem ser feministas também e devem desaprender estereótipos de gênero para que todos possam explorar plenamente seu potencial. Parte desse trabalho envolve criar os filhos de formas diferentes para que a próxima geração tenha ideias mais igualitárias sobre gênero (McCANN et al, 2019, p.306).

A abordagem do feminismo defendida por Moran e Adichie tem sido criticada por algumas mulheres, principalmente por não ser radical o suficiente e por deixar para trás suas raízes revolucionárias. Apesar das divergências, o certo é que um dos maiores desafios dessa quarta onda é a defesa da democracia para a garantia dos direitos das mulheres como direitos humanos.

Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump, eleito em 2016, tem ideias conservadoras e foi flagrado em um áudio descrevendo experiências de agressão a mulheres²³. Apesar disso, 41% de todas as mulheres (52% das brancas) votaram nele, segundo dados da CNN²⁴. Em nosso país, o presidente Jair Bolsonaro (Aliança pelo Brasil, ex-PSL), eleito em 2018, com discursos e propostas conservadoras frente às pautas de muitos movimentos feministas, afirmou, em fevereiro de 2020, que não pretende reforçar o orçamento para políticas de combate à violência contra a mulher²⁵. Apesar de seu posicionamento, ganhou entre as mulheres na disputa com o candidato Fernando Haddad (PT) no segundo turno (52% contra 48%), conforme publicou o jornal

²³ https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/internacional/1476383824_182385.html Acesso em 24 fev.2020

²⁴ <https://edition.cnn.com/election/2016/results/exit-polls> Acesso em 25 fev.2020

²⁵ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/bolsonaro-defende-corte-de-verba-para-protecao-das-mulheres,cd45ac6cf99faf26aeb1ad6760081017z50tdo1q.html> Acesso em 25 fev.2020

O Estado de S. Paulo em 6 de novembro de 2018.²⁶ Em referência à própria filha como “fraquejada”,²⁷ entre outras ações que acenam para a possibilidade de que várias conquistas sejam perdidas, o presidente sinaliza seu posicionamento contrário a pautas feministas e humanitárias. “Devemos nos lembrar que, se não houver democracia, não há igualdade; não há igualdade sem paridade. E, sem ambas, não há desenvolvimento” (GARCIA, 2015, p.104).

Mesmo muito conectados mundialmente em suas diversas pautas, graças à Internet, os feminismos contemporâneos, como seus antecessores, ainda têm batalhas árduas pela frente., como a luta pela democracia e manutenção de direitos já conquistados há tempos. A explosão de vozes e pautas sobre sexualidade e gênero, reprodução, política, identidade racial, violências e produção na lógica capitalista não se restringe apenas ao âmbito da internet e alcança as ruas através de manifestações como o 8M, como veremos agora.

2.6 Mobilizações e o 8M: contextos histórico e cultural

Enquanto escrevemos esta dissertação, em todos os lugares do mundo há pessoas se organizando para protestar contra algo, seja virtual ou presencialmente, independentemente do posicionamento político ou ideológico. Em uma rápida busca pelo Google hoje (05 de maio de 2020) sobre manifestações e protestos pelo mundo, deparamo-nos, mesmo em meio a uma pandemia mundial de coronavírus (Covid-19), doença infecciosa causada por um novo vírus e que requer quarentena (no Brasil estamos nesse estado desde março de 2020), com protestos presenciais (e virtuais) contra o confinamento imposto por governos de todo o planeta. Em contrapartida, há protestos (online, em sua maioria) em favor do confinamento até que seja descoberta uma vacina para o vírus. Virtualmente, encontramos, no Brasil, painéis e protestos contra o governo Bolsonaro, que tem estimulado aglomerações e se mostrado indiferente ao número de mortos pela epidemia no país.²⁸ Esse “passeio” online pesquisando por protestos serve para exemplificar o quanto o engajamento social é vivo

²⁶ <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225> Acesso em 25 fev. 2020

²⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=dIfcdFDUNZ8> Acesso em 10 mai.2020

²⁸ <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/bolsonaro-sobre-numero-de-mortos-no-brasil-ser-maior-que-o-da-china-e-dai/> Acesso em 05 mai. 2020

e dinâmico, seja focado em situações atemporais ou urgentes e atuais como essas relativas ao Covid 19.

Não há um consenso entre estudiosos do tema sobre a data de origem dos movimentos sociais, mas supõe-se que eles existam inerentes à existência humana, porque com o ser humano coexistem conflitos, diferenças e questionamentos que levam à rebeldia, aos protestos. Para Houtart (2007), os movimentos nascem da percepção de objetivos como metas de ação, mas para existirem no tempo necessitam de um processo de institucionalização. “Assim nasce uma permanente dialética entre metas e organização, cujo perigo potencial sempre presente é a possibilidade de que a lógica de reprodução imponha-se sobre exigências dos objetivos procurados” (HOUTART, 2007, p.6). Houtart cita como exemplo dessa dialética na história o cristianismo como o “movimento de Jesus”, expressão religiosa de protesto social, perigosa para o império romano e reprimida por este último. Vamos nos ater neste estudo aos movimentos sociais da era contemporânea, a fim de situar com mais precisão nossos objetos de análise.

Antes de tudo tentaremos definir, sob a ótica de alguns autores, o que são movimentos sociais. Jasper (2016) usa três rótulos, de forma quase intercambiável, para descrever a mobilização de grupos por algo: movimento social, movimento de protesto e protesto. Para o autor, os movimentos de protesto são um subconjunto dos movimentos sociais e, em sua maioria, os movimentos sociais são movimentos de protesto.

Mas nem todo protesto assume a forma de movimento de protesto: aqueles que apresentam queixas podem seguir exclusivamente caminhos normais, satisfazendo-se em escrever a seus representantes eleitos ou ao jornal local; no outro extremo, alguns manifestantes formam exércitos revolucionários em vez de movimentos de protesto. Os indivíduos nem sempre esperam por movimentos sociais para protestarem. Alguns encontram formas de fazê-lo por si mesmos, em atos dramáticos que outros não podem ignorar, como greves de fome ou autoimolações (JASPER, 2016, p.16)

Na compreensão comum, movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais para promover mudanças políticas e jurídicas frente ao que determinam grupos de poder em uma sociedade. Não são institucionais, portanto, distintos de partidos políticos e de grupos de interesse, apesar de que alguns grupos de protesto se

transformem nisso ou com eles mantenham relações próximas. As pessoas envolvidas nos movimentos sociais são levadas por pensamentos, sentimentos e princípios morais que formam sua cultura. Essa cultura permeia também os demais atores com os quais os manifestantes interagem, como policiais, parlamentares, repórteres, juízes e outros.

Para Jasper (2016), a cultura tem três principais componentes, a cognição, a emoção e a moral. A cognição inclui palavras que usamos, crenças e afirmações sobre o mundo, distinções que estabelecemos entre uma coisa e outra (ou entre um grupo e outro), narrativas. As emoções dão vida a narrativas, fazem com que nos preocupemos com identidades coletivas, ajudam-nos a odiar vilões ou a ter piedade das vítimas. A moral consiste em um conjunto de princípios explícitos ou por intuições. “A indignação, emoção que combina a raiva com o ultraje moral, é o cerne do protesto, o primeiro sinal de que sentimos haver no mundo algo errado que precisa ser consertado”, defende Jasper.

Para Castells (2017), as raízes dos movimentos sociais estão na injustiça fundamental de todas as sociedades, implacavelmente confrontadas pelas aspirações humanas de justiça. Essas lutas, segundo ele, são contra a exploração econômica, pobreza, desigualdade social, antidemocracia, repressão, judiciário injusto, racismo, xenofobia, misoginia, homofobia, negação cultural, censura, brutalidade policial, incitação à guerra, fanatismo religioso, destruição do meio ambiente, desrespeito à liberdade pessoal, violação da privacidade, gerontocracia²⁹, intolerância, sexismo e outras atrocidades cometidas pelo ser humano.

Castells parte da premissa de que as relações de poder constitutivas da sociedade e exercidas “por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas mediante mecanismos de manipulação simbólica” (CASTELLS, 2017, P.20) podem (e devem) ser confrontadas pelo contrapoder, que ele considera como sendo a capacidade de os atores sociais desafiar o “sistema” e reivindicarem a representação de seus próprios interesses e valores. “A coerção e a intimidação são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade” (CASTELLS, 2017, p. 20). Os sistemas institucionais não perduram baseados unicamente na coerção, mas moldar mentalidades é uma fonte de poder mais decisiva e estável. Quando a maioria das pessoas pensa de forma contraditória sobre os valores e normas institucionalizadas, a tendência é haver mudanças. “Embora não necessariamente para

²⁹ Uma gerontocracia é uma sociedade dominada pelos mais velhos

concretizar as esperanças dos agentes da mudança social” (CASTELLS, 2017, p.21). Castells ressalta que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significados nas mentes das pessoas e que, para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo de comunicação socializada.

Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propelado pelo entusiasmo e motivado pela esperança. Historicamente, os movimentos sociais dependem da existência de mecanismos de comunicação específicos: boatos, sermões, panfletos e manifestos passados de pessoa a pessoa, a partir do púlpito, da imprensa ou por qualquer meio de comunicação disponível (CASTELLS, 2017, p.29)

Assim, o movimento social acontece quando os indivíduos transformam suas emoções de indignação em ação e propagam os eventos e as emoções a eles associados.

Os movimentos sociais como reconhecemos hoje surgiram na era moderna. Com o advento do regime de economia capitalista, nos séculos XVI e XVII, na Europa, tivemos a expansão do comércio em escala global, o crescimento das cidades, êxodo rural, fortalecimento da burguesia e início do desenvolvimento industrial, com transição do artesanato para o sistema fabril. Tais mudanças ocasionaram o “inchaço” das cidades e conflitos relativos à exploração de mão-de-obra dos camponeses na cidade. Jasper (2016) defende que os movimentos sociais modernos surgiram em parte para tirar vantagem de parlamentos cada vez mais poderosos fundados na ideia de cidadania. Essas novas arenas teriam contribuído ainda mais do que a urbanização para o nascimento dos movimentos sociais.

Tal como ocorreria mais tarde em outros países, os movimentos sociais exigiam direitos e reconhecimento para grupos que estavam excluídos da participação política, mas sentiam ser parte da nação. A própria ideia de “nação” implica um “povo” dotado de alguma solidariedade unicamente em virtude do seu local de nascimento, a despeito de sua classe social. Se somos todos “ingleses” ou “russos”, como é que alguns podem ser proprietários de outros, como servos, ou nos governar sem nosso consentimento? Ideias sobre liberdade e democracia difundiram-se amplamente no século XVIII, embora poucos governos tenham atuado de acordo com elas - até agora (JASPER, 2016, p.38)

Nos séculos XVIII e XIX, quando ocorreu a chamada Revolução Industrial, que transformou o mundo no âmbito da tecnologia, surge a sociedade de massas, com a presença de grande quantidade de trabalhadores nas cidades em desenvolvimento, oriundos do campo e que formaram a classe operária. O trabalho fabril, em seu início (e até nos dias de hoje, em alguns lugares) se caracterizava pela exploração do operário. Essa “revolução” concentrou o capital na burguesia, classe emergente liberal que surgiu com o fortalecimento das cidades e do comércio e que colocou o proletariado em extrema situação de dependência. Nessa época, famílias inteiras integravam o sistema fabril, em condições precárias de trabalho e de salários. Essas adversidades motivaram as primeiras revoltas do operariado, inicialmente contras as próprias máquinas. Os trabalhadores quebravam as máquinas exigindo diminuição das jornadas de trabalho e aumento salarial e organizando sindicatos. O antagonismo entre as classes operárias e a burguesia fez emergir o socialismo, que pregava a transformação social em benefício dos mais pobres, no caso o proletariado.

Foi durante a Revolução Industrial que Karl Marx e Friedrich Engels elaboraram a primeira obra literária sobre o tema “direitos do trabalhador”, o Manifesto Comunista, em 1848, em Londres. “Quando o Manifesto foi encomendado a Marx, em novembro de 1847 (pela Liga dos Comunistas), todos acreditavam que a Europa estava às vésperas de uma revolução” (Coggiola, 1998, p.9). Na introdução à edição especial dos 150 anos do Manifesto Comunista, lançada pela Boitempo Editorial, em 1998, o historiador Osvaldo Coggiola destaca que o Manifesto coincidiu com o início de uma esperada revolução trabalhista na Europa. “Ela estourou na Suíça, espalhou-se rapidamente para Itália e França, depois para Renânia, Prússia e, em seguida, para Áustria e Hungria” (COGGIOLA, 1998, p. 9-10). Coggiola (1998) destaca que os prognósticos da revolução se traduziam na erosão de antigos regimes e em acontecimentos como “um levante camponês na Galícia, em 1846, e eleição de um papa liberal no mesmo ano; uma guerra civil entre radicais e católicos na Suíça no final de 1847, ganha pelos radicais; uma das constantes insurreições autonomistas sicilianas, em Palermo, no início de 1848” (COGGIOLA, 1998, p. 10). Para o historiador, nunca, até então, uma revolução foi tão anunciada, mesmo sem determinação de em que país e data começaria.

O termo comunista merece uma explicação. Na época, o socialismo era considerado uma doutrina burguesa, identificada com os vários esquemas reformistas experimentais e utópicos dos ideólogos pequenos burgueses. Os comunistas eram aqueles

que estavam claramente a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma sociedade igualitária. O comunismo dessa época originara-se de uma dissidência da extrema esquerda do jacobinismo francês. (...) A Liga dos Justos era composta por trabalhadores, principalmente artesãos alemães exilados e alocados em Londres, Bruxelas e Paris e em algumas partes da Alemanha. (...) Quando abraçou as concepções de Marx e tornou-se a Liga dos Comunistas, adotou o chamado do Manifesto: “Proletários de todos os países, unidos!” (COGGIOLA, 1998, p.10).

Aos poucos, a luta pelos direitos dos trabalhadores começou a surtir efeitos em torno do mundo. Na América, a Constituição do México, em 1917, foi a primeira da história a limitar a jornada de trabalho para oito horas diárias, a regulamentar o trabalho das mulheres e dos de menor idade, férias remuneradas e garantias na maternidade.

Outro importante líder do período, cujas ideias levaram à formação de diversos movimentos e protestos, foi Vladimir Ilitch Lenin, advogado por formação e líder revolucionário à frente de todas as fases da Revolução Russa de 1917. Para ele, o povo, composto pela maioria em um conjunto de classes, deveria ocupar seu lugar ao centro das decisões políticas no Estado socialista revolucionário. “O monopólio do exercício do poder político pela classe burguesa implicava que os interesses da maioria, composta por classes subordinadas, não fossem atendidas” (MÜLLER, 2008, p. 39). Lenin se envolveu profundamente com as lutas principalmente dos sindicatos que, para ele, deveriam assumir uma função pedagógica na irradiação da ideologia socialista. “Serviriam, assim, de estrutura capaz de suportar uma preparação para a maioria, o povo, em seu momento de tomada de poder” (MULLER, 2008, p.40)

Co-fundador do Partido Comunista italiano, Antonio Gramsci (1891-1937), filósofo e teórico marxista, foi também um grande colaborador para a análise dos movimentos sociais, “com a ideia de hegemonia e o papel dos movimentos populares na transformação de espaços políticos” (MÜLLER, 2008, p.41). Para Gohn (2007), Gramsci foi responsável por expor o Estado como uma atraente arena para a luta pela transformação social, não apenas um mecanismo de dominação, mas um local que merecia ser redemocratizado e gerido de forma participativa, embasado nas forças organizadas da sociedade civil.

Cada um desses teóricos marxistas enfatizou um elemento diferente da ação coletiva: Marx se concentrou nas divisões da sociedade capitalista que criaram um potencial de mobilização;

Lenin criou as organizações de movimento, necessárias para estruturá-lo e impedir sua dispersão em estreitas reivindicações corporativas e Gramsci centrou sua teoria na necessidade de construir um consenso em torno dos objetivos do partido. Mas nenhum deles especificou as condições políticas em que se poderia esperar que os trabalhadores, explorados e com poucos recursos, se mobilizassem pelos seus interesses chamaremos de problemas de oportunidades e restrições políticas” (TARROW, 2009, p.31)

Com a explosão da Internet no mundo, no final dos anos 1990, os “indignados”, encontraram no espaço “livre” da web, brechas para reverberarem suas vozes. Se com os meios tradicionais e hegemônicos as pautas dos movimentos sociais passavam (e passam) por “filtros” determinados pelas relações íntimas dos proprietários das mídias com altos funcionários do governo, ou por outras situações nas quais a ideologia do Estado é contrária às ideologias do protesto, com a Internet abriu-se a possibilidade de “autonomia”, defendida por Castells no livro *“Redes de indignação e esperança- Movimentos sociais na era da internet”* (2017).

“A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação” (CASTELLS, 2017, p.26).

Nesta nova configuração, o espaço público dos movimentos sociais é um espaço híbrido entre as relações sociais da Internet e o espaço urbano ocupado. “(...) conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2017, p.26). A conexão entre comunicação livre via Internet e a ocupação do espaço urbano marcou movimentos sociais importantes do início do século XXI, como o movimento verde iraniano em 2009, Tunísia em 2011, revolução egípcia em 2011, insurreições árabes em 2011, indignados na Espanha em 2011, Occupy Wall Street em 2011, #YoSoy132 no México em 2012, manifestações pró-democracia em Moscou em 2011/12, movimento turco em 2013 e manifestações no Brasil em 2013/14.

O que esses movimentos sociais em rede estão propondo em sua prática é uma nova utopia no cerne da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade. Quando as sociedades falham na administração de

suas crises estruturais pelas instituições existentes, a mudança só pode ocorrer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo. (CASTELLS, 2017, p.198)

Para Castells, os movimentos acima citados, entre outros recentes, tiveram origem numa crise econômica estrutural e numa crise de legitimidade cada vez mais profunda. Movimentos impulsionados pela crise financeira que sacudiu os alicerces do capitalismo internacional global a partir de 2008, pela crise global de produção de alimentos (principalmente nas insurreições árabes), pelo desemprego. “O caldeirão de indignação social e política atingiu o ponto de ebulição” (CASTELLS, 2017, p.190).

O ponto de ebulição também atingiu as indignações das feministas no mundo da era da Internet, e assim nasceu o 8M (Parada Internacional de Mulheres), em 2017. Mesmo que sua força não possa ser atribuída somente à mobilização via redes sociais, a Internet sem dúvida contribuiu para a potencialização do 8M. Desde sua explosão na década de 2010, as redes sociais têm servido para dar visibilidade aos movimentos sociais e angariar adeptos. O Twitter, por exemplo, plataforma de início da conclamação ao #8M, foi criado especificamente para a militância. Teve início com o programa TXTMob criados nos EUA para, por meio do celular, organizar manifestações contra a Convenção Nacional do Partido Republicano, em 2004. Seu desdobramento, o Twitter como o conhecemos, foi lançado dois anos mais tarde e manteve esse DNA ativista, tendo sido o principal instrumento das manifestações iranianas de 2009 e nas inglesas de 2011. (COSTA apud HOLLANDA, 2018, p.43).

Um dos principais recursos usados pelos ativistas atuais na web é o que privilegia a autonomia e a relação entre similaridades de luta. Tal como defende Castells (2017, p. 190): “a construção autônoma das redes sociais controladas e guiadas por seus usuários é a grande transformação social no século XXI”. Essa forma de comunicação é essencialmente importante para se compreender os vários “feminismos” que se formam e se anunciam (feminismo das pretas, feminismo indígena, feminismo lésbico, etc.), unificando vozes de experiências e opressões diferentes, mas empáticas. Mas *backlashes* (contra-ataques) virtuais também são recorrentes nas redes em relação a essa insurreição feminista, o que não torna o público tão otimista com os movimentos sociais na Internet quanto Castells o foi. O MBL (Movimento Brasil Livre), por exemplo, é uma mídia digital que possui um posicionamento político pautado por outras

agendas, nas quais a defesa dos movimentos feministas não está incluída, como veremos mais adiante. Neste sentido, nosso estudo avalia que, mesmo com esses contra-ataques, os movimentos feministas resistem, reorganizam-se ao longo da história e se apropriam de meios de comunicação que lhes permitam ter voz, como é o caso do 8M e sua relação com as mídias digitais.

A jornalista e pesquisadora Cristiane Costa (apud HOLLANDA, 2018, p. 47), afirma que:

Respondendo ao recrudescimento de um forte conservadorismo que ameaça, inclusive direitos já conquistados, os feminismos em rede se empenham no uso e na forma de novos instrumentos em suas lutas. Mais do que defender racionalmente ideologias, os grupos produzem laços que tecem uma expressiva percepção comum.

O surgimento da Parada 8M é exemplo da união de diversas “bandeiras” de movimentos feministas que tinham entre si lutas em comum, principalmente as relacionadas à violência contra a mulher, aos direitos trabalhistas e previdenciários, além de críticas ao capitalismo e ao ultraconservadorismo em todo o mundo (uma agenda antirracista, anti-imperialista e antineoliberal). O evento foi impulsionado pelo coletivo feminista argentino *Ni Una Menos*³⁰ e por meio da Internet se alastrou para diversos países. A inspiração foi a greve de 1975 na Islândia, na qual as mulheres cessaram as suas atividades de trabalho, remunerado ou não, para reivindicar atenção para as desigualdades. Também influenciaram o 8M os movimentos *Ni Una Menos* (no Chile e Uruguai - 2015), Marcha das Mulheres brasileiras contra Eduardo Cunha e a criminalização do aborto (2015), Marcha das polonesas contra a criminalização do aborto (2016), Marcha das mulheres contra Trump (2017), entre outras manifestações de mulheres em todo o mundo.

A resignificação do Dia Internacional da Mulher buscou no mote “*Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*” chamar a atenção para a importância da força feminina na produção laboral e doméstica. A Internet foi fundamental para a divulgação das ações programadas ao redor do mundo. No Brasil, a criação de perfil no Twitter³¹, página no Facebook³² e site³³ do movimento propiciou ampla difusão da

³⁰ <https://www.facebook.com/NUMArgentina/> Acesso em 19 dez.2019

³¹ Perfil no Twitter “Greve de Mulheres”: <https://twitter.com/GrevedeMulheres> Acesso em 19 dez.2019

³² Fanpage no Facebook “Greve de Mulheres”: <https://www.facebook.com/GrevedeMulheres/> Acesso em 20 dez.2019

Parada. Todos os coletivos incentivaram o uso da hashtag #8M para impulsionar e evidenciar apoio à causa.

Os movimentos feministas descobriram o poder das hashtags em 2014. O uso inicial da hashtag estava associado à publicidade, que percebeu imediatamente seu potencial de organização e distribuição de conteúdo. Não é à toa que a hashtag, tão afeita às campanhas publicitárias, foi eleita como principal ferramenta política do feminismo. A própria noção de campanha traduz novas formas de ação política. Nascidas por geração espontânea e amplamente disseminadas, as manifestações organizadas a partir de hashtags muitas vezes acontecem sem formar coletivos, criar blogs ou sites, nem mesmo montar um perfil próprio nas redes sociais. Ao marcar uma diferença com movimentos políticos tradicionais, são flexíveis tanto do ponto de vista organizacional quanto político, pois atuam numa esfera muito particular da sociedade civil, uma esfera na qual o consenso não é necessário. (COSTA apud HOLLANDA, 2018, p.47)

Quando a primeira edição da Parada Internacional de Mulheres (8M) foi convocada, em 8 de Março de 2017, Dia Internacional da Mulher, o Brasil se encontrava com sua democracia um tanto fragilizada (pós-impeachment de Dilma Rousseff, tratado pela esquerda como “golpe”), o que também se verificou, e se verifica, em outras partes do mundo. Dos países que participaram da Primavera Árabe, por exemplo, só a Tunísia tornou-se democrática. Nos Estados Unidos, o conservador Donald Trump foi eleito presidente em 2016; e na Europa, a Hungria se tornou o primeiro país a perder a classificação de “Estado livre”, em janeiro de 2019.

No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, ampliou a polarização no país entre “esquerda” e “direita”, visível também nas coberturas midiáticas tanto hegemônicas como independentes. O professor de Ciência Política da Universidade de Harvard, Steven Levitsky, co-autor do livro *“Como as democracias morrem”*, de 2018, junto a Daniel Ziblatt (e que se tornou o livro mais vendido pela Amazon no Brasil, no mesmo ano), disse em entrevista à BBC News Brasil, em 19 de outubro de 2018³⁴, que

[...] é fruto da polarização quando os dois lados começam a temer e desprezar o outro; eles passam a lançar mão de qualquer meio necessário para impedir que o outro vença. Hoje, toda nomeação para a Suprema Corte Americana envolve jogo duro

³³ Site “8M Brasil”: <https://www.8mbrasil.com> Acesso em 20 dez.2019

³⁴ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829323> Acesso em 24 jun.2019

constitucional e o mesmo se viu no Brasil, durante o impeachment (de Dilma Rousseff), em 2016, e a exclusão da candidatura de Lula, em 2018. Olhando para outros casos de colapso da democracia (Brasil nos anos 60, Chile nos anos 70, Espanha nos anos 30, Alemanha no começo dos anos 30), se percebe que, quando isso começa, tende a se intensificar e é muito difícil de ser parado (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018 apud BBC NEWS BRASIL, 2018)

Em entrevista à revista do Instituto Humanitas da Unisinos (IHU)³⁵, concedida a Victor Necchi, o doutor em direito e advogado militante Henrique Abel diz que para entender a crise da democracia é preciso entender o senso comum do cidadão médio. Para ele, quando a classe média não se sente economicamente segura: “é compreensível que o resultado disso seja a disseminação de um sentimento de frustração e rancor do tipo ‘estou sendo prejudicado porque algumas pessoas estão sendo beneficiadas indevidamente e em excesso’” (IHU, 2018). Ele aponta que o maior problema é quando são identificados como supostos “privilegiados” (no senso comum da classe média) professores da rede pública, refugiados, marginalizados que recebem benefícios sociais irrisórios, indígenas que clamam por demarcações de terras, os sem-teto, etc.

Para Abel (IHU, 2018),

[...] aqueles que são descrentes em relação à democracia e, ou que zombam de suas limitações e contradições, precisam lidar com o fato de que foi através de processos reformistas de democracia representativa que o Ocidente conseguiu progressivamente avançar em diversas questões cruciais no último século, incluindo a consagração de direitos trabalhistas, direito de voto às mulheres, direitos civis e de igualdade racial, da proteção de minorias, etc. (IHU, 2018)

No período que antecedeu e sucedeu a eleição de Bolsonaro, a polarização na sociedade e na mídia entre esquerda/direita abriu brechas para discursos de ódio, de intolerância e de violência. A defesa da posse/porte de armas para os cidadãos pelo presidente eleito e suas aparições em público fazendo sinal de arma ajudaram a legitimar esse discurso de violência.

³⁵ Entrevista de Henrique Abel, concedida a Victor Necchi, à Revista Humanitas da Unisinos em 12 de novembro de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584534-para-entender-a-crise-da-democracia-e-preciso-compreender-o-senso-comum-do-cidadao-medio-entrevista-especial-com-henrique-abel> Acesso em 25 fev.2020

As mídias digitais que analisaremos aqui, Mídia NINJA e MBL, são exemplos dessa polarização. O estudo desse contexto sócio-histórico marcado pela polarização e pela comunicação violenta é essencial para compreendermos as abordagens das mídias estudadas.

O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas cotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor. (THOMPSON, 1995, p. 358)

Para Thompson, os seres humanos não são apenas observadores ou espectadores da história. Tradições históricas e a gama complexa de significados e valores que são passados de geração a geração são em parte constitutivos daquilo que os seres humanos são. Ele aponta que mesmo o que classificamos como novas experiências ou novos fatos históricos são, na verdade, relacionados ao que veio antes. Esses “resíduos”, na concepção dele, serviriam, em circunstâncias específicas, para esconder, obscurecer ou mascarar o presente.

Assim, quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser, ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto, do qual a forma simbólica é parte. Os analistas estão oferecendo uma interpretação de uma interpretação (THOMPSON, 1995, p.359).

A reinterpretação do que já foi interpretado ao longo da história e a complexa gama de valores e significados repassados de gerações, na análise de Thompson, relaciona-se com a violência cultural defendida por Johan Galtung (2003) que permeia as abordagens das mídias estudadas neste artigo, em especial o MBL, como veremos mais adiante. Para Galtung (1969), a violência direta (na qual é possível identificar a vítima e o agressor e que pode ser registrada mediante uma fotografia, um vídeo, entre outros) e a violência estrutural (quando não é possível identificar os autores da violência, que estão sob a forma de poderes desiguais por trás das estruturas sociais, econômicas e políticas) são institucionalizadas pelos aspectos de uma cultura, o que dá origem à violência cultural, na qual as mídias e suas construções de significados estão inseridas.

Porto (1998, 1998, p. 22) defende que a “a disputa pelo poder político não se restringe à garantia do acesso dos cidadãos às informações, mas também inclui a luta em torno da interpretação da realidade”. Ele cita o estudo de Wolfsfeld (1997) sobre o papel dos meios de comunicação em conflitos políticos e afirma que tal autor

[...] distingue entre as dimensões estrutural, vinculada à luta pelo acesso à mídia, e a dimensão cultural, relacionada à luta em torno da construção de significados. A grande maioria dos esforços por resolver o dilema democrático ignora, ou coloca em segundo plano, a dimensão cultural (PORTO apud WOSFEDLD , 1998, p. 22).

Sendo assim, a luta não só pelo acesso à informação, mas também pelo direito de ser ator dessa produção de informação leva as pessoas a se organizarem em movimentos que visam uma melhora da vida em sociedade, a fim de combater todas as formas de violência, fato que mobilizou as mulheres a se organizarem para o 8M, sendo a Internet uma grande ferramenta de apoio nessa mobilização.

3 JORNALISMO NA INTERNET, MÍDIA NINJA E MBL: DIÁLOGOS NA PERSPECTIVA DO JORNALISMO PARA A PAZ

Em uma das aulas ministradas pelo professor José Luiz Braga na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Faac Unesp-Bauru), durante uma disciplina no primeiro semestre de 2019, ele disse que “as mídias precisam voltar a fazer jornalismo”. Era uma aula em que discutíamos midiaticização, pós-verdade, *fake news* e as expectativas em relação aos recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, e como os mesmos são exercidos, tensionados e experimentados. A fala de Braga nos fez (re) pensar nossa profissão: será que nós, jornalistas, temos realmente feito Jornalismo e estamos pautados nos princípios éticos e democráticos que a profissão demanda? O jornalismo tem, em sua essência, o papel de dar espaço a diferentes tipos de opiniões e públicos e de provocar diálogos que gerem transformações sociais. Porém, todo o processo de produção, transmissão e compartilhamento de informação é permeado por questões ideológicas tanto pessoais como organizacionais e por anseio de poder econômico ou controle social. Daí esse comprometimento com a democracia e a cidadania corre sérios riscos de não existir.

Com o advento da Internet, por mais que o poder de controle da informação se pulverize, ele ainda se faz presente, e muitas vezes de forma tão devastadora como no contexto da discussão sobre indústria cultural desenhada pela Escola de Frankfurt em sua teoria crítica. Porém, as mídias digitais independentes, por terem um custo mais acessível que as mídias tradicionais (acesso à Internet, câmeras portáteis, um microfone) e a vantagem de quebra do “espaço-tempo”, figuram como potenciais meios para que essa “retomada do fazer jornalístico” à qual Braga se referiu se estabeleça. Pensamos, neste estudo, que essas novas mídias, aliadas aos conceitos de jornalismo para a paz, (JP) têm potencial para tornar a comunicação mais humanizada e inclusiva.

Se no século passado tínhamos a Escola de Frankfurt definindo os cidadãos consumidores da cultura de massa como meros receptores passivos e não participantes do processo de produção da informação, na era da Internet essa visão reducionista do receptor se amplia. Ele é compreendido também como produtor de informação e, muitas vezes, mobilizador de multidões por meio da informação pautada no mundo online, como no caso dos movimentos sociais e do 8M, especificamente nosso objeto de estudo.

Mas como definir o que é jornalismo na atualidade, já que diversos grupos ou indivíduos criam seus próprios meios de produção e emissão de conteúdo, nas redes sociais e muitas vezes se tornam referência ao conquistarem milhares ou milhões de seguidores? Em nossa pesquisa, encontramos termos como “pós-jornalismo”, “mídia-multidão”, “redes de informação”, “mídias livres” entre outros termos para designar esse novo fenômeno de produzir e difundir informação. Mas a relação do jornalismo com as tecnologias não é fato recente.

Para Deuze (2006), o jornalismo, desde o aparecimento dos primeiros jornais na Europa, durante o século XVIII, tem sido dependente da tecnologia, visando sempre a transmissão rápida e perceptível da informação (via maquinário de impressão dos jornais, depois rádio e TV até chegar às plataformas multimídias digitais).

O jornalismo online tem sido distinguido funcionalmente de outros tipos de jornalismo através da sua componente tecnológica enquanto fator determinante em termos de definição (operacional) – tal como anteriormente aconteceu relativamente aos campos da imprensa escrita, rádio e televisão. O jornalista online tem que fazer escolhas relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimédia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interatividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto). (DEUZE, 2006, p. 18)

O autor afirma que o jornalismo atual poderá ser mais bem enquadrado e percebido em termos de convergência de produção e consumo, economicamente organizado através dos princípios das indústrias criativas. (DEUZE, 2006, p. 29). Deuze cita a definição de Hartley (2005) que designa as indústrias criativas como uma ideia que busca descrever

[...] a convergência conceitual e prática entre as artes criativas (talento individual) e as indústrias culturais (em escala de massas), “no contexto das novas tecnologias da informação e da comunicação dentro de uma economia de conhecimento, para uso dos novos cidadãos-consumidores interativos. (HARTLEY, 2005 apud DEUZE, 2006, p.26)

Na visão desses autores, portanto, a convergência, a interatividade e a criatividade no processo de contar histórias são essenciais para o exercício do

jornalismo na era da internet, tempo “em que a identidade profissional é cada vez mais influenciada e moldada pelas várias maneiras como os profissionais interagem e valorizam os seus públicos enquanto consumidores e participantes” (DEUZE, 2006, p.27).

3.1 Convergência midiática

Jenkins (2008) usa o conceito de “convergência midiática” para se referir à tendência de adaptação das mídias à internet e, consequentemente, do jornalismo tradicional ao mundo online. Para ele, não é um processo somente tecnológico, mas também cultural: “A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros” (JENKINS, 2008, p. 31).

O autor explica que, estando prontos ou não, já vivemos nessa cultura de convergência, na qual nossos telefones celulares não realizam apenas chamadas, mas nos permitem ver e ler noticiários, jogar, fotografar, ver vídeos, interagir, organizar videoconferências, controlar câmeras e alarmes, etc.; em nossos carros temos centrais multimídias que nos permitem ver filmes e conectar ao celular; podemos pagar por serviços de streaming de música, podcast e vídeo. Emissoras de Tv e rádio, jornais e revistas tradicionais têm contas no Facebook, Instagram e Twitter e canais no Youtube, e tudo interconectado. É um universo no qual as grandes corporações vivem de olho para lançar novas plataformas que lhes permitam lucrar, mantendo a lógica capitalista que sempre permeou a cultura midiática. A diferença é que com a internet podemos considerar os consumidores

[...] como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros (JENKINS, 2008, p.31).

Entre essas “habilidades” para participar da cultura midiática dos tempos atuais está a de criar seu próprio meio dentro do universo online e mobilizar pessoas para este mundo, sejam membros residentes ou transitórios. É o que fazem através de suas

estratégias de comunicação, nas mídias digitais, os grupos Mídia Ninja e MBL, que analisaremos aqui.

3.2 Mídias digitais independentes

Como escreve Moreira (2007, p.153), “o uso de informação disponível - qualquer que seja o seu caráter documental - é praticamente indispensável em investigação social”. Então, dispomo-nos a uma investigação sobre como os grupos MBL e Mídia NINJA usam as mídias digitais independentes (especificamente a rede social Facebook) para abordar o 8M. Tratamos esses grupos como utilizadores das novas mídias de produção e veiculação de informação dentro do universo do jornalismo.

O conceito de mídia independente ou mídia livre se aplica à contraposição dessas novas mídias digitais às mídias hegemônicas tradicionais (como TVs Globo, Record e Band, jornais Estadão e Folha de S. Paulo, por exemplo). Utilizamos o termo “mídias digitais” porque designa qualquer meio de comunicação que se utilize de tecnologia digital. As terminologias sobre as mídias e redes na Internet são profusas; encontramos “redes sociais”, “mídias sociais”, “mídias digitais”, “redes sociais digitais”, entre outras. Para chegarmos ao termo mídia digital independente, que utilizamos aqui para designar o Facebook, trilharemos algumas definições teóricas sobre o tema. Em seu artigo “*Mídia x rede social*” (2010), a pesquisadora Raquel Recuero defende que as redes sociais são metáforas para os grupos sociais; a mídia social é um conjunto de dinâmicas da rede social.

São as dinâmicas de criação de conteúdo, difusão de informação e trocas dentro dos grupos sociais estabelecidos nas plataformas online (como sites de rede social) que caracteriza aquilo que chamamos hoje de mídia social. São as ações que emergem dentro das redes sociais, pela interação entre as pessoas, com base no capital social construído e percebido que vão iniciar movimentos de difusão de informações, construção e compartilhamento de conteúdo, mobilização e ação social. E isso ocorre principalmente porque as redes sociais acabam criando e mantendo, através das ferramentas da Internet, canais mais permanentemente abertos de informação e contato. (RECUERO, 2010, p.1)

Partindo desse conceito, nossa abordagem literal seria o Facebook como mídia social. Contudo, como as mídias são, por natureza, sociais, tratamos de situar nossa

mídia de estudo em âmbito digital composto por códigos numéricos ou dígitos, daí o termo digital. Em julho de 2019, o CENP (Conselho Executivo das Normas-Padrão), entidade que reúne os principais anunciantes, veículos de comunicação e agências de publicidade do país, aprovou uma resolução que classifica diferentes plataformas de tecnologia como "veículos de comunicação". Assim, Facebook passou a ser considerado como veículo de mídia no mercado publicitário nacional³⁶.

Martino (2014) explica que o termo "mídias digitais" pode ser utilizado também como "novas mídias e novas tecnologias" e que essas classificações, na verdade, "procuram estabelecer uma diferença entre os chamados 'meios de comunicação de massa' ou 'mídias analógicas', como a televisão, o cinema, o rádio, jornais e revistas impressos e os meios eletrônicos" (MARTINO, 2014, p. 10). Para o autor, as mídias analógicas, em linhas gerais, tinham uma base material (reações químicas na fotografia, o som gravado em pequenos sulcos no disco de vinil, etc.), enquanto nas mídias digitais o suporte físico "praticamente desaparece, e os dados são convertidos em sequências numéricas ou de dígitos-interpretados por um processador capaz de realizar cálculos de extrema complexidade em frações de segundo, o computador" (MARTINO, 2014, p. 11). Martino (2014) questiona sobre até que ponto as influências das mídias digitais-que permitiram inúmeras formas de relacionamentos e transpuseram fronteiras físicas-não foram negativas, já que "[...] barreira digital entre conectados e desconectados continua; a 'exclusão digital' é um problema de origens e consequências econômicas, políticas e sociais" (MARTINO, 2014, p. 10). Para o autor, pensar (e atuar) nas mídias digitais continua significando, como o era no ambiente analógico, lidar com todas as complexidades do ser humano.

Pensar as mídias digitais exige um trabalho constante de autoanálise para evitar a tentação do "ano zero", no sentido de pensar que tudo mudou, assim como a perspectiva de que tudo continua igual, apenas em outro ambiente. Seres humanos continuam sendo seres humanos, em toda sua paradoxal complexidade, mas conectados de uma maneira diferente a partir das mídias digitais. Até onde se pode ir, elas não são melhores ou piores do que os indivíduos, comunidades e sociedades que as criaram e usam (MARTINO, 2014, p. 10)

³⁶ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/22/conselho-reconhece-facebook-e-google-como-veiculos-de-midia-o-que-muda.htm> Acesso em 26 fev.2020

Martino (2014) elabora, a partir dos estudos de Flew (2008), Gane e Beer (2008), Abercrombie e Longhurst (2008) e Chandler e Munday (2010), alguns conceitos-chaves que caracterizam as mídias digitais, conforme quadro 1:

Quadro 1: Conceitos-chave das mídias digitais segundo Martino (2014)

Conceito	Definição inicial
Barreira digital	Diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas a problemas socioeconômicos.
Ciberspaço	Espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores; virtual por não ser localizável no espaço, mas real em suas ações e efeitos.
Convergência	Integração entre computadores, meios de comunicação e redes digitais, bem como de produtos, serviços e meios na internet.
Cultura participatória	Potencialidade de qualquer indivíduo se tornar um produtor de cultura, seja recriando conteúdos já existentes, seja produzindo conteúdos inéditos.
Inteligência coletiva	Possibilidade aberta pelas tecnologias de rede de aumentar o conhecimento produzido de maneira social e coletiva.
Interatividade	Interferência e interação entre usuários, ou usuários, programas e conteúdos, em diferentes níveis e formas, nos sistemas de comunicação digital em rede.
Interface	A operação das mídias digitais acontece a partir de pontos de contato “amigáveis” entre dispositivos e usuários, moldados a partir de referências culturais anteriores.
Segurança e vigilância	Possibilidade de identificação de dados

	gerados nas mídias digitais em rede, ultrapassando os limites público/particular e redefinindo a noção de “privacidade”.
Ubiquidade	Presença, em todos os lugares, de mídias digitais conectadas em rede, estabelecendo conexões em qualquer espaço e tempo.
Velocidade	A rapidez de conexão de dados nas mídias digitais se articula com a aceleração de inúmeras atividades, processos e acontecimentos na vida cotidiana.
Virtualidade	Dados das mídias digitais existem de maneira independente de ambientes físicos, podendo se desenvolver livres, a princípio, de qualquer barreira desse tipo.

FONTE: Elaborado principalmente a partir de Flew (2008), combinado com Gane e Beer (2208), Abercrombie e Longhurst (2008) e Munday (2010) apud Martino (2014, p. 11-12)

Martino (2014) explica que existem, nos estudos sobre mídias digitais, jornalismo digital e comunicação digital, diversas teorias que vão da Filosofia às Neurociências, justamente pela complexidade das relações entre mídias digitais e sociedade. “Noções como ciberespaço, cibercultura, convergência e afins, em uso por períodos de tempo iguais ou superiores a dez anos, sugerem que esses conceitos têm algo de interessante para se pensar” (MARTINO, 2014, p.12).

É um território em constante transformação, dadas as aceleradas mudanças tecnológicas e, talvez daqui a alguns anos, quando essa dissertação estiver na rede, os termos para essas novas formas de se produzir e compartilhar informações sejam totalmente diferentes. Até porque alguns conceitos comumente usados, como “mídia independente” ou “mídia livre” são questionáveis: livres de quem? Independentes de quem? As mídias digitais independentes dependem, de alguma forma, de recursos para sobreviver. MBL e Mídia NINJA, por exemplo, operam suas mídias digitais com colaboradores doadores e colaboradores produtores. A “independência” dos dois grupos já foi muito questionada. Alguns exemplos são a acusação de que o MBL recebeu

dinheiro de partidos, mostrada em um áudio disponibilizado pelo Uol Notícias (2016)³⁷, e a Mídia NINJA, de órgãos públicos, em matéria divulgada pelo site iG (2013)³⁸.

Contudo, nosso olhar é mais para a prática, para o que dizem esses grupos sobre o 8M nessas novas mídias, do que para a questão de suas sobrevivências financeiras. “A independência no jornalismo pode ter diferentes significados em distintos contextos, ou ainda ser apropriada em nome de determinados interesses” (ASSIS; CAMASÃO; SILVA; CHISTOFOLETI, 2017, p. 6). A independência dos dois grupos, no caso, está em como criaram suas próprias regras e administram seus negócios dentro desse “território livre” que é a Internet.

Diante desse contexto, optamos por tratar as mídias digitais independentes como meios de comunicação que produzem um jornalismo diferente dos grupos hegemônicos, de forma colaborativa e usando recursos materiais mínimos, como a Internet e dispositivos portáteis como celulares, *tablets* e microcâmeras como a GoPro, como o fazem o MBL e as Mídia NINJA.

3.3 Mídia NINJA e MBL

Este estudo pretende analisar a cobertura do 8M em suas edições 2017, 2018 e 2019 feita por dois grupos polarizados (um mais radical e outro mais conservador) que utilizam as mídias digitais de forma massiva para propagarem seus posicionamentos. Os dois grupos referidos são: a Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) e o MBL (Movimento Brasil Livre). Os grupos têm em comum o protagonismo na cobertura das manifestações 2013/2014 no Brasil. As grandes questões são: esses grupos de comunicação geram diálogos sobre o 8M que visam uma transformação social? Esses grupos que surgiram de movimentos sociais, ao abordarem um movimento social feminista, utilizam uma comunicação que promove inclusão e rompe com as violências ou uma comunicação agressiva e excludente? Como se dá a produção de sentidos?

A Mídia NINJA (Jornalismo Independente e Narrativas de Ação) foi fundada em 2013 como um “braço” do Coletivo Fora do Eixo e ganhou visibilidade durante as manifestações realizadas nas ruas do Brasil naquele ano. Atua com colaboradores e tem, entre seus membros fundadores, Bruno Torturra (jornalista), Rafael Vilela (fotógrafo),

³⁷ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm> Acesso em 19 jan. 2020.

³⁸ <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-08-12/ministerio-da-cultura-autorizou-fora-do-eixo-a-captar-r-88-milhoes-desde-2009.html> Acesso em 19 jan. 2020.

Felipe Altenfelder (imagem e som), Dríade Aguiar (gestora de redes sociais), Pablo Capilé (produtor cultural), Filipe Peçanha (jornalista e produtor audiovisual) e Thiago Dezan (produtor de vídeo, documentarista e fotógrafo). A Mídia NINJA se autodefine em sua página na web³⁹:

[...] como uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informações a partir de novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho. Entendemos a comunicação democrática como um direito humano e defendemos o interesse público, a diversidade cultural e o direito à informação, visibilizando pautas de comunicação, causas identitárias, cultura, meio ambiente, juventude e outras que dialogam com os desafios do século XXI. (MÍDIA NINJA, 2020)

A Mídia Ninja afirma que o jornalismo é uma das ferramentas que utiliza para levantar temas e debates e fortalecer narrativas que não têm visibilidade nos meios convencionais de comunicação. Assume que não é imparcial “por acreditar que nenhuma construção humana é capaz de ser imparcial, já que resulta da soma e do acúmulo de todas as suas experiências anteriores e de nossas visões de mundo”⁴⁰. O grupo critica o “falso mito” da imparcialidade do Jornalismo corporativo e afirma que “o cidadão que se vê como um veículo ou faz parte de uma rede de midialivrismo não está em um protesto apenas para fazer o registro, mas é um corpo da multidão, sendo a comunicação uma das formas de mobilizar e organizar” (MÍDIA NINJA, 2020).

O MBL (Movimento Brasil Livre)⁴¹ foi criado em 2014 por Kim Kataguirí (deputado federal eleito em 2018 pelo DEM), Renan Santos (empresário), Gabriel Calamari (ator), Frederico Rauh (diretor de vídeos) e Alexandre Santos (produtor de vídeos e irmão de Renan) e se autodefine, em sua página na web, como um coletivo em luta por um Brasil mais livre. O MBL se diz um movimento liberal e republicano. Em seu manifesto⁴² cita cinco objetivos: “imprensa livre e independente, liberdade econômica, separação de poderes, eleições livres e idôneas e fim de subsídios diretos e

³⁹ Disponível em: <https://midianinja.org/quem-somos/> Acesso em 20 jan. 2020.

⁴⁰ Disponível em: <https://midianinja.org/perguntas-frequentes/> Acesos em 08 out.2020

⁴¹ Disponível em: www.mbl.org.br Acesso em 20 já. 2020

⁴² Disponível em: <https://prezi.com/88dvpvx9s5fy/movimento-brasil-livre-e-vem-pra-rua/> Acesso em 10 out. 2020

Em recente consulta ao site do grupo constatamos que algumas informações coletadas anteriormente por nós foram retiradas, mas encontramos as mesmas informações no Prezi, um software na modalidade nuvem

indiretos para ditaduras” (PREZI, 2017). Em seu manual, o movimento cita como referências teóricas o “liberalismo conservador de Meira Penna, a doutrina econômica de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, a defesa do império da lei de Frédéric Bastiat e a ciência política de Eric Voegelin, Edmund Burke, Russell Kirk e de Ortega y Gasset” (PREZI, 2017).

A Mídia Ninja ainda não tem entre seus membros nenhum representante político oficial, mas Bruno Torturra é um dos fundadores da Rede, de Marina Silva. Capilé, também do grupo, nunca escondeu suas ligações com o Partido dos Trabalhadores (PT). Nas eleições de 2018, o MBL elegeu cinco deputados e dois senadores ligados ao grupo. Além disso, Fernando Holiday, um dos atuais dirigentes do grupo, é vereador em São Paulo (Democratas). Em 2016, o MBL combinou forças com as bancadas evangélica e ruralista do Congresso por uma agenda de Estado mínimo, reforma trabalhista, ajuste fiscal e redução da maioria penal. A “aliança” teve destaque em cobertura da Folha de S. Paulo⁴³.

Em relação à mídia digital Facebook, que focaremos neste estudo, Mídia Ninja possui 2.301.161 seguidores⁴⁴ e MBL tem 3.172.068⁴⁵. Os dois grupos também utilizam as mídias digitais Instagram, Twitter (onde geralmente compartilham os mesmos conteúdos publicados no Facebook) e têm *podcasts* e canais no Youtube.

Em 2018, o MBL foi acusado, pelo jornal O Globo⁴⁶, de usar o aplicativo Voxer - uma ferramenta que republica conteúdo de forma automática nas *timelines* de usuários como se fossem mensagens publicadas por eles próprios - para turbinar seu alcance entre os usuários, depois que o Facebook mudou seu algoritmo e passou a priorizar as postagens de usuários em vez de páginas comerciais, incluindo jornais. O Facebook desativou o Voxer “por entender que o mecanismo de compartilhamento automático de postagens violava as normas da rede social, porque permitia que o MBL também redigisse os comentários dos próprios usuários” (O GLOBO, 2018).

As ligações dos dois grupos com políticos (de um lado esquerda e de outro a direita) e, no caso do MBL, com próprios membros dentro da política, mostram que a tríade mídia-política-poder também está presente nos grupos que utilizam as mídias digitais independentes para sua ascensão, tal como acontece nas mídias tradicionais. O

⁴³ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766785-mbl-ruralistas-e-evangelicos-se-unem-por-agenda-liberal.shtml> Acesso em 02 fev.2020

⁴⁴ <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/>. Acesso em 02 fev. 2020

⁴⁵ <https://www.facebook.com/mblivre/>. Acesso em 10 out. 2020

⁴⁶ <https://revistaforum.com.br/comunicacao/a-acao-de-automacao-do-mbl-e-a-revolucao-para-as-midias-livres-por-ivana-bentes/> Acesso em 02 fev. 2020

MBL, após ter impulsionado o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro 2018, voltou-se contra este último em 2020, quando, no dia 27 de abril protocolou “um pedido de impeachment contra Bolsonaro por sua participação nos atos pró-intervenção militar no último dia 19 e também pelas denúncias do ex-ministro da Justiça Sergio Moro”⁴⁷ (Folha de São Paulo, 2020).

Apesar da autonomia dos indivíduos em rede, defendida por Castells e outros teóricos, quando grupos utilizam a rede e suas mídias e ascendem ao poder (de mobilização ou de representação política partidária) via comunicação estabelece-se uma nova forma de poder dentro do próprio contrapoder comunicacional. Satuf (2016) cita a obra “O poder da comunicação”, de Castells (2015) mostrando que as relações de poder são sempre assimétricas, “[...] visto que aqueles que estão na condição dominante possuem a capacidade de influenciar os outros, quer sejam indivíduos dispersos ou coletividades com algum grau de homogeneidade” (SATUF, 2016 apud CASTELLS (2015). Para Castells, (2017) a sociedade naturalmente é constituída por relações de poder porque quem o detém constroi as instituições de acordo com seus interesses e valores pessoais.

Contudo, os desníveis entre dominadores e dominados que formatam historicamente as relações de poder não são imutáveis, sendo que diversos fatores podem reconfigurar as hierarquias. Dentre estes fatores está o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a habilidade daqueles que se encontram em posição inferior para manipular estrategicamente os instrumentos à disposição para atingir finalidades específicas (SATUF, 2016, p. 4).

Para Kucinski (2014), ao mesmo tempo em que com a Internet o sujeito tem autonomia de agir como produtor e difusor de informação, grandes conglomerados de comunicação também utilizam a mesma tecnologia, com custos mais baixos, para se fortalecerem, uniformizando produtos e formatos. É um paradoxo que servirá para estudos futuros, pois aponta para um novo modelo de concentração na comunicação. Fato é que o “poder” que esses grupos (com milhões de seguidores) exercem ao utilizar essas mídias digitais independentes para divulgarem e propagarem suas ideias é fortalecido pelo imediatismo que a Internet propicia e pelos instrumentos que esses grupos utilizam em suas coberturas de protestos ou eventos, como câmeras portáteis (de

⁴⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/maia-pede-paciencia-com-pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro.shtml> Acesso em 12 out. 2020

celulares ou Go Pro) filmando e fotografando 24 horas “on”. Textos curtos e impactantes (quando existem) complementam esse novo formato de informar vigiando. Para Belisário, nesses novos tempos “(...) a comunicação é um campo de batalhas. Nela, o status quo se faz consenso. Nela, os grupos minoritários disputam espaço, chamando atenção para os silêncios da fala hegemônica” (BELISÁRIO et al, 2008, apud SATUF, 2016, p. 11).

E é nesse espaço de “lutas por espaço” que situamos o 8M Brasil, movimento social que também utiliza as mídias digitais independentes como ferramentas para ter visibilidade (o grupo possui Facebook e Instagram). No dia de realização da Greve, que também é o Dia Internacional da Mulher (8 de março), como os grupos Mídia Ninja e MBL se posicionam em relação ao fato? Ao analisar a cobertura do movimento 8M-Greve Internacional de Mulheres no Facebook o que observamos é que evidencia-se a polarização no trato da notícia, não meramente dividida entre “jornalismo de esquerda e de direita” ou “radicalismo e conservadorismo”, mas principalmente no “incluir e segregar” o movimento social.

Nos três anos em que analisamos a parada 8M-Greve Internacional de Mulheres, 2017 (ano de origem do movimento), 2018, e 2019, as coberturas dos grupos Mídia Ninja e MBL têm conteúdos bem distintos. A Mídia Ninja se pauta em questões abrangentes ligadas aos feminismos, como a importância do trabalho feminino dentro e fora de casa, reivindicação dos direitos reprodutivos e salários equivalentes aos dos homens, luta contra o feminicídio, violência doméstica, estupro e a retirada de direitos sociais e trabalhistas, entre outras ações. O coletivo MBL não coloca em pauta, em nenhuma postagem nas suas mídias digitais, no Dia da Parada 8M (e Dia Internacional da Mulher), questões importantes ligadas ao universo da luta feminista, mas sugere em algumas imagens veiculadas que as mulheres se armem. Em seu “pacote anticrime”, divulgado no Youtube⁴⁸, o MBL defende claramente o porte de armas. A maioria dos comentários sobre a postagem no Dia Internacional da Mulher é em favor de a população se armar, com alusões ao presidente Jair Bolsonaro, que demonstra ser a favor da ampliação das hipóteses que permitem o porte e a posse de arma no Brasil. O Estatuto do Desarmamento⁴⁹ é uma lei federal, derivada do projeto de lei nº 292, de

⁴⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=gMLn4VveVNM&t=17s> Acesso em 06 fev.2020

⁴⁹ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70307/696171.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em 06 fev.2020

autoria do então senador Gerson Camata (PSDB), que entrou em vigor no dia seguinte à sanção do então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 23 de dezembro de 2003.

Para elaborarmos este estudo sobre as coberturas do MBL e da Mídia Ninja em relação ao 8M 2017, 2018 e 2019 tomamos alguns procedimentos inerentes à análise de conteúdo, como organização preliminar do material analisado e pesquisa, nas páginas do Facebook da Mídia Ninja e do MBL, de tudo o que foi publicado dois dias antes, no dia e dois dias depois de 8 de março sobre o 8M/Dia Internacional da Mulher. Com esse material em mãos realizamos a leitura flutuante, que nos orientou quanto à interpretação das publicações. Em nossa análise sobre o que foi publicado observamos, objetivamente, como são distintas as abordagens feitas pelos dois veículos. “Uma leitura pelo analista permite assinalar oposições, que são codificadas na forma de temas pela sua presença ou ausência em cada texto” (BARDIN, 2016, p.180).

Dividimos os conteúdos pautados nas categorias de jornalismo para a paz e jornalismo de guerra (ou violência) desenvolvidas por Jake Lynch e Annabel McGoldrick (2000), a fim de compreendermos se as abordagens da Mídia Ninja e do MBL, em seus perfis no Facebook, contribuem ou não para uma compreensão das diversidades e para a não-violência.

Porém, antes de discorrermos a fundo sobre o percurso metodológico da pesquisa e passarmos às análises divididas por categorias, abordaremos os conceitos de jornalismo para a paz e sua importância para este estudo.

3.4 Jornalismo para a paz

O jornalismo para a paz parte dos Estudos para a Paz (*Peace Studies*) de Johan Galtung, pesquisador norueguês e pioneiro na reflexão sobre a possibilidade de um jornalismo mais “humano” e menos “mercadológico”. Galtung usou os termos “*Peace Journalism*” e “*War Journalism*”, ou Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra, já na década de 1970. Em seus estudos, Galtung aponta que a violência não parte apenas do ser humano enquanto pessoa física, mas pode ser provocada pelo Estado, pelas instituições ou comportamentos culturais. Ele mapeia três tipos de violência em sociedade: a direta, a estrutural e a cultural. De forma simplificada, podemos compreender que a violência direta ocorre quando há privação imediata da vida, como assassinatos, guerras, genocídio; é um acontecimento. A violência estrutural é quando há privação lenta da vida, como fome e desemprego; agressor não é visível, mas a

vítima sim; é um processo. A violência cultural é uma legitimação dos dois tipos anteriores de violência; há violência nos discursos sociais e nos produtos de cultura; nem agressor e nem a vítima são visíveis; é uma situação permanente.

No caso do nosso estudo, a violência que mais se relaciona é a cultural, pois está ligada aos discursos produzidos, em especial, pela mídia. Que tipos de discursos constroem e que história contam para os públicos? São relatos omissos ou denunciativos diante das situações de violência? Mas também encaixam-se as violências direta (já que uma das pautas do 8M é contra a violência doméstica e o feminicídio) e a estrutural (as mulheres também lutam contra desigualdade salarial, contra perda de direitos trabalhistas e previdenciários, entre outros).

Giró (2012 apud CABRAL; SALHANI, 2017, p. 5) destaca que

[...] o jornalismo para a paz não oferece notícias a cada minuto e seu desenvolvimento tenta desdramatizar, aliviar a tensão, encontrar certa calma, explorar a complexidade do conflito e de seus atores e ter em conta os valores de todas as partes envolvidas, e não somente de uma delas.

De fato, Giró (2012) vai denunciar que “estes aspectos caminham na direção oposta do modelo de negócios do jornalismo hegemônico, das grandes empresas que visam lucro” (apud CABRAL; SALHANI, 2017, p. 5).

Justamente por isto que as novas mídias, que produzem e disseminam informações de forma independente das mídias hegemônicas, a um tempo recorde e atingindo milhões de pessoas no mundo todo, têm um papel importante na “desconstrução” das violências e na construção de uma comunicação não-violenta (e não passiva) e transformadora. Tal como defende Pureza (2000, p. 38): “O impossível pode acontecer. Não por passividade expectante, mas como resultado de compromissos e lutas sérias e continuadas”.

Para Galtung (2005), as mudanças de uma sociedade culturalmente violenta para uma sociedade culturalmente pacífica implicam, entre outros fatores, pensar a paz construindo uma imagem diferente do “homem comum” (povo), não mais visto como algo a sacrificar enquanto soldado/civil e a explorar enquanto trabalhador/consumidor.

O povo comum haveria de ser respeitado; seria composto por cidadãos, não por meros súditos; disporia de direitos humanos essenciais e inalienáveis; e as suas necessidades básicas

haveriam de ser consideradas inegociáveis. (...) A violência abate-se com mais força sobre o povo do que sobre qualquer outra entidade; a paz protege o povo sem sacrificar as elites. Quanto às revoluções, ao sacrificar as elites, elas não mais fazem do que reproduzir a estrutura da guerra. A paz é o caminho. (GALTUNG, 2005, p.75)

Galtung também propõe o conceito de paz positiva em oposição à paz negativa “[...]esta última como sendo ausência de guerras. A paz positiva compreende não somente os entremeios dos conflitos; ela é construída sobre os ideais de equilíbrio, cooperação e integração” (CABRAL; SALHANI, 2017, p.3). A paz positiva significa, portanto, ausência de violência estrutural e não só física, ou seja, um incremento de justiça social e atendimento das necessidades básicas dos indivíduos. Já o conceito de paz negativa remete à ideia de uma ausência de violência direta.

Nesse contexto, Stephenson (1999) afirma que a grande dificuldade no campo de pesquisa para a paz é justamente definir o que é paz. Seria simplesmente a ausência de guerras e da violência direta (paz negativa) ou abrange tanto a ausência de guerra e da violência direta quanto a presença de justiça social (paz positiva)? Para Wiberg (2018, p.59) “não haverá nunca um consenso universal em torno da expressão”.

[...]a não ser no interior de comunidades extremamente reduzidas ou mesmo sectárias. As mais diferentes culturas - bem como as orientações políticas existentes dentro de cada cultura - usam o termo “paz” para conotar diferentes combinações de valores, por sua vez sujeitas a diferentes ênfases relativas: ausência de guerra, bem-estar, justiça (divina), harmonia social, a paz interior de cada um etc. (WIBERG, 2018, p.59)

As origens das investigações ou estudos para a paz, segundo Stephenson (2009), podem ser consideradas desde o *Leviatã* de Thomas Hobbes (1651), obra na qual Hobbes alega serem os humanos egoístas por natureza e, por isto, tenderiam a guerrear entre si. Para que os homens não matem uns aos outros seria necessário um contrato social para estabelecer a paz e que levaria a não existência de guerras. Mas, como egoístas que são, os homens precisam de um *Leviatã*, o soberano que pune os que não obedecem ao contrato social. Para Stephenson (1999), a caracterização da guerra por Hobbes como originária da combinação entre ganância e igualdade entre os humanos, sendo solução um contrato dependente da criação de instituições autorizadas, tem sido

um fio tanto realista quanto idealista da pesquisa para a paz desde então (STEPHENSON, 1999, p.812).

Entre alguns principais passos para o desenvolvimento inicial do campo dos estudos da paz Stephenson destaca a criação do Instituto Francês de Polemologia⁵⁰ (1945), criação do *Programa em Resolução de Conflitos* do *Manchester College* (1948), *Journal of Conflict Resolution* (1957), Centro de Pesquisa de Resolução de Conflitos, em Michigan (1959) e criação do *Peace Research Institute* de Oslo por Johan Galtung (1959) e, cinco anos mais tarde, também por Galtung, do *Journal of Peace Research*.

Para Pureza e Cravo (2005), antes de Galtung “...a investigação estava limitada no seu conceito de paz apresentado, na sua formulação negativa, como ausência de guerra e de violência. Consequentemente, na sua agenda vincadamente minimalista, procurando apenas reduzir a incidência e extensão dos conflitos” (PUREZA; CRAVO, 2005, p.7).

Os mesmos autores (2005) ainda afirmam que, ao caracterizar os estudos para a paz, Galtung rompe com a distinção positivista entre teoria e prática: “Superando a falsa noção de neutralidade da ciência, os estudos para a paz afirmam-se como disciplina socialmente produtiva-isto é, que produz reflexos na vida social, política, econômica e cultural das sociedades” (PUREZA; CRAVO, 2005, p.7).

Os autores mostram que, em outras palavras, Galtung protagonizou o ressurgimento da teoria normativa ao afirmar o compromisso com os valores, especialmente o da paz. Os estudos para a paz são, em si, além de multiculturais, multidisciplinares e também interdisciplinares, uma vez que se propõem a realizar interfaces entre disciplinas e áreas do conhecimento que permitam pensar a paz a partir de distintas perspectivas (MARTINEZ GUZMÁN, 2005; SANDOVAL FORERO, 2012 apud CABRAL; SALHANI, 2017, p.4).

A partir das observações de Galtung, diversos outros pesquisadores passaram a estudar a comunicação voltada para a paz, como Dov Shinar, do Netanya Academic College (Israel); José Manuel Pureza, na Universidade de Coimbra (Portugal); Xavier Giró, jornalista e professor na *Universitat Autònoma de Barcelona*; Håkan Wiberg, que foi diretor da *Lund University Peace Research Institute* e diretor da *Copenhagen Peace Research Institute*; os jornalistas britânicos Jake Lynck e Annabel McGoldrick; Eloisa

⁵⁰ Polemologia é estudo da guerra como fenômeno social autônomo; análise de suas formas, causas, efeitos etc.

Nos Aldás da *Universitat Jaume I* (Espanha); *Vicenç Fisas da Escola de Cultura de Paz da Universidad Autònoma de Barcelona*, *Vicent Martínez Guzmán da Universitat Jaume I (Espanha)*, entre outros. No Brasil, conforme apontam Cabral e Salhani (2017), os estudos para a paz (e consequentemente o jornalismo para a paz) ainda são tímidos (CABRAL; SALHANI, 2017, p.2).

[...] desde os anos 1960, após o surgimento do Instituto de Investigação para a Paz de Oslo (PRIO), muitos autores brasileiros se dedicaram a estudar a paz, com enfoque em temas como a segurança, militarismo e políticas externas. Entretanto, os estudos para a paz no Brasil se mantêm marginalizados em programas de graduação e pós-graduação em relações internacionais, a maioria deles enfatizando os estudos estratégicos ou da segurança (COSTA, 2009 apud como CABRAL; SALHANI, 2017, p. 5)

Na década de 1980, os estudos para a paz tiveram uma atenção especial no Brasil. Foi um movimento ligado à União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC), da igreja católica que, em 1985, promoveu, em Belo Horizonte, o XIV Congresso Brasileiro de Comunicação Social com o tema “A comunicação na construção da paz”. O evento foi uma preparação para o Ano Mundial da Paz, instituído em 1986 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Como resultado dos debates realizados no congresso, a UCBC publicou um livro⁵¹ com artigos de jornalistas, pesquisadores, políticos e do Papa João Paulo II sobre cultura de paz e comunicação voltada para a paz.

Nas perspectivas do jornalismo para a paz, a intenção é pensar e praticar, mesmo que a passos curtos, uma comunicação que não foque apenas na violência de um acontecimento, mas nas motivações dele e em todos os fatores (socioeconômicos, históricos, culturais, políticos) que o envolvem. Nas coberturas midiáticas convencionais, guerras, conflitos e movimentações sociais são quase sempre retratados pelos mesmos ângulos. Muitas histórias são ignoradas, seja por interesses econômicos e políticos dos veículos ou pelo agendamento dos assuntos de maneira vertical. A importância de se fazer um jornalismo voltado para a paz se deu, segundo o próprio Galtung, ao fato de que:

⁵¹ “A Comunicação na construção da paz” é uma das poucas literaturas brasileiras sobre o tema (ver bibliografia)

[...] estudando as notícias, e isso nos anos 60 quando se falava de Cuba e do Congo, cheguei a quatro conclusões: as notícias deviam ser negativas e ter alguma coisa relacionada a guerra e violência; serem dirigidas para o exterior e não serem estruturadas; ter alguém para dar a culpa – aspecto muito importante – e, enfim, devia se referir a outros países, países importantes e em particular a personagens importantes nos países importantes. Isso mesmo, peguemos qualquer exemplo e vejamos se corresponde a um destes quatro critérios: neste ponto é fácil que se torne notícia (VATICAN NEWS, 2018)⁵²

Na visão de Shinar (2008), o jornalismo para a paz visa à melhoria das representações da mídia, da construção da realidade e da consciência crítica, buscando tratar as histórias em termos mais amplos, diversos e justos e não apenas pautadas por interesses de audiência, de governos ou movimentos. Shinar (2008, p. 43-44) aponta que: “o JP explora os antecedentes e contextos da formação de conflitos, a fim de tornar mais transparentes as fontes de mídia, os processos e os efeitos. Ele dá voz a todas as partes envolvidas e visa a assegurar que o conflito em si, e não as partes, seja visto como o problema”.

A jornalista Annabel McGoldrick ressalta que o jornalismo para a paz não significa negar ou ocultar a violência (MCGOLDRICK, 2000). A intenção é não tratar a notícia como espetáculo, expondo a violência sem uma abordagem aprofundada sobre o porquê dela ou estimulando o maniqueísmo (“bons” contra “maus”). O jornalismo para a paz é um desafio tanto para os profissionais como para as empresas e grupos de comunicação, dadas as condições em que muitas vezes a notícia é pautada e transmitida (pressões por parte de políticos e grupos homogêneos, condições estruturais precárias, conflitos ideológicos tensionados etc.). Contudo, é preciso repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita (NOS ALDÁS, 2010). As mídias digitais independentes podem ser um ponto de partida para que o jornalismo para a paz se estabeleça. A educação midiática nas escolas também é uma forma de se trabalhar os princípios do jornalismo para a paz a partir da infância ou adolescência.

⁵² Entrevista de Johan Galtung ao portal Vatican News. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2018-05/galtung-papa-francisco-forca-jornalismo> Acesso em 03 abr. 200

O desafio da comunicação educativa é mostrar as realidades que lhe preocupam, manifestar suas causas, transmitir os motivos por que considera que devem ser abordados e fazer chegar suas propostas de mudança. E sempre adotando a emoção necessária, através das possibilidades do discurso, para que os públicos lhe prestem atenção e as incorporem no seu pensamento e na sua atitude. Tudo isso visando aos interesses coletivos, marcados pelas necessidades públicas e globais. Ou seja, que por fim utilizará discursos que não serão neutros, mas que nascerão de compromissos que promovam outros compromissos (NOS ALDÁS, 2010, p.114)

Assim, o jornalismo para a paz, que perpassa os caminhos dos estudos para a paz desde o início do século passado, emerge como alternativa à cobertura midiática na qual a violência vende, algo que “é um insulto para a humanidade” (GALTUNG, 2000, p.164).

3.5 Experiências e Críticas

Ainda são tímidas, na prática, as experiências de jornalismo para a paz como ferramenta de transformação na forma de comunicar. Alguns podem citar “jornalismo comunitário”, “jornalismo cidadão”, entre outros, como termos de aproximação ao jornalismo para a paz. Contudo, mas no contexto da linguagem e na abordagem teórica, ainda há muitos desafios para o estabelecimento do jornalismo para a paz como atividade de enfrentamento a uma comunicação violenta.

Um exemplo citado por Cabral e Salhani (2017, p. 14) é a organização não governamental libanesa *Media Association for Peace* (MAP), a primeira ONG que abrange Líbano (Ásia), Oriente Médio e norte da África com um trabalho dedicado ao papel da mídia na construção da paz, transformação de conflitos e mudança social. A MAP foi criada em 2013 pela jornalista e ativista Vanessa Bassil e organiza (através de parcerias e em várias partes do mundo) treinamentos, conferências, discussões públicas e seminários tendo como referência o jornalismo para a paz.

Outra organização importante fundamentada a partir dos princípios do jornalismo para a paz é o *Transcend Media Service*, fundado por Galtung em 2008. É uma plataforma que abriga artigos, matérias, pesquisas e análises de assuntos políticos,

[A1] Comentário: Acho que faltou juntar no subtítulo, né?
Falta atualizar sumário

econômicos, sociais e outros (como não-violência, ativismo, resolução e mediação de conflitos) do mundo todo, sempre sob o viés do jornalismo para a paz. O editor é o jornalista brasileiro Antonio Carlos da Silva Rosa e o assessor da organização é o jornalista e pesquisador britânico Jake Lynch. *O Transcend Media Service* se declara oposto a: “todos os tipos de opressores, militarismo, indústria de armamento-guerra, armas nucleares, todos os casos de exploração do homem-fauna-flora-ambiente, resolução violenta de conflitos, guerras, intervenções, invasões, conquistas, imperialismo, neocolonialismo e tortura”.

Há também a organização *Center for Media and Peace Initiative* (CMPI), fundada em 2005, em Nova York e que se dedica à promoção de práticas de mídia para resolução de conflitos em todo o mundo, principalmente por meio do treinamento de profissionais de mídia. O centro opera como facilitador e parceiro em uma ampla variedade de treinamentos e divulga bolsas de comunicação no mundo todo, com foco nos estudos de jornalismo voltado para a paz.

A concepção de jornalismo para a paz a partir dos estudos de Galtung é criticada por alguns teóricos e profissionais da comunicação, principalmente pela questão da “neutralidade” jornalística. Hanitzsch (2004) afirma que “devido a sua função específica dentro da sociedade, não pode ser tarefa do jornalismo libertar o mundo de crises, conflitos e outros males” (HANITZSCH, 2004, p.490). Para Hanitzsch, não há dúvida de que o jornalismo pode contribuir para a resolução pacífica de conflitos, mas sua influência potencial é limitada. O autor afirma que o Jornalismo para a Paz só pode evoluir dentro de uma cultura de paz e, dessa forma, a questão de como a mídia constrói a realidade ganha uma dimensão sócio-crítica.

[...] não devemos ver jornalismo ou o jornalista como o problema; precisamos ver a sociedade e a cultura como problemas. Jornalistas são os “filhos” de suas sociedades e culturas, então por que esperar que sejam humanos melhores do que seus leitores, espectadores e ouvintes? (HANITZSCH, 2004, p.485, tradução nossa)

Shinar (2008) faz uma crítica à visão de “verdade” defendida por Galtung (2000), quando este último diz que “enquanto o jornalismo de guerra é orientado pela propaganda, o jornalismo para a paz é orientado pela verdade” (GALTUNG, 2000,

p.163). Shinar chama de ideia militante a proposta de Galtung e diz que essa visão de uma verdade absoluta é problemática.

“A adoção de conceitos mais flexíveis com base nas quais teóricos mais recentes aceitam a existência de mais de uma verdade suaviza o impacto dos problemas, entretanto não aclara a posição do JP quanto ao assunto” (McGOLDRICK; LYNCH, 2005 apud SHINAR, 2008, p.44). O autor ressalta, ainda, que problemas delicados de limites culturais e religiosos devem ser levados em consideração no planejamento e execução do jornalismo para a paz.

Uma busca pela consciência midiática e, além disso, de respostas satisfatórias à diversidade cultural, torna-se necessária nos esforços para colocar em ação estruturas e práticas de mídias dirigidas à paz, democracia e desenvolvimento. O problema é o resultado de uma variedade de fatores. Da mesma forma que a importação indiscriminada do formato de talk-shows em círculos profissionais, as pressões de caráter homogeneizante do jornalismo ocidental podem levar a tendências iguais em importar conteúdos inadequados, que podem pôr em conflito culturas e religiões locais. (...) Em muitos casos, a própria mídia pode facilitar o impacto desse problema, através da transmissão de quadros positivos de culturas regionais em noticiários, programas musicais, dramaturgia e outras formas artísticas, perfis históricos etc. (SHINAR, 2008, p. 45-46)

Ao analisarmos essas visões críticas sobre o jornalismo para a paz parece-nos distante de nossas realidades sua aplicabilidade. Contudo, em um país como o Brasil, o quinto no mundo em números de feminicídios⁵³, um dos países com maior índice de corrupção⁵⁴ e com maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país⁵⁵, falar em jornalismo para a paz e pesquisar sua aplicabilidade (mesmo que a médio e longo prazos e em âmbitos micros) é fundamental para uma reflexão e entendimento de como as mídias abordam os acontecimentos, muitas vezes com linguagem textual e audiovisual sensacionalista e de violência, ajudando a perpetuá-la.

⁵³ <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> Acesso em 22 jan. 2020

⁵⁴ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/29/brasil-fica-cai-para-105o-lugar-em-ranking-de-2018-dos-paises-menos-corruptos.ghtml> Acesso em 22 jan. 2020.

⁵⁵ http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=34784&Itemid=432 Acesso em 06 mar.2020

3.6 Como fazer?

A partir das defesas e críticas ao jornalismo para a paz consideramos que, mesmo ainda recentes, em especial no Brasil, e com um leque amplo para novas investigações, os estudos de jornalismo para a paz são essenciais para alertar as mídias sobre a importância de desenvolver ações e estratégias que possam contribuir para uma comunicação que visibiliza e denuncia situações de violência, que gere transformação, compreensão e entendimento. Esses discursos solidários necessitam “ultrapassar os limites da comunicação e chegar ao coração e à consciência das pessoas” (NOS ALDÁS, 2010, p.123). A necessidade de um jornalismo para a paz surge dos resultados das observações às formas de comunicar que são muitas vezes voltadas (principalmente na mídia hegemônica) aos interesses econômicos e políticos e ao culto à violência e poucas vezes aos interesses dos mais vulneráveis e a uma linguagem pacificadora.

Se os meios de comunicação social reproduzem a divisão social de classes, vai destinar, também, seu espaço mais nobre às camadas dominantes da sociedade. O chamado “povo” tem um lugar muito definido nos meios de comunicação. De modo geral, suas aspirações e preocupações são ignoradas; mas encontra um lugar garantido quando se torna exótico ou quando se envolve em fatos violentos ou trágicos. Preferencialmente quando é o sujeito, o ator da violência, quase nunca quando é o alvo, a vítima da violência. O lugar designado ao povo é o da marginalidade, do desvio, do anormal, de tudo aquilo que foge à ordem dominante (SOARES; MOTTA, 1986, p. 47)

Se uma das premissas do jornalismo para a paz é tornar a comunicação mais democrática e inclusiva, dando voz a todas as partes, ou seja, uma comunicação transformadora, humanizada e não violenta, o grande desafio é: como fazer? Salinas (2014) propõe quatro critérios, a partir dos princípios do jornalismo para a paz, que podem contribuir para o desenvolvimento dessa abordagem nas mídias:

- 1- **Denúncia ativa de injustiças e seus efeitos sobre a transformação da violência.** Visa medir o nível de visibilidade de questões relacionadas à violação de direitos humanos e conflitos estruturais (fatos que expressam exploração, marginalização ou desigualdade, entre outros). “Também é possível avaliar e

analisar o impacto que o conteúdo teve, verificando se eles conseguiram gerar uma resposta ou reação” (SALINAS, 2014, p. 16, tradução nossa);

2. **O segundo critério é a inclusão de conteúdo positivo na cobertura da mídia** (eventos ou aspectos que expressam progresso em determinados campos e áreas ou que dão visibilidade a relações de solidariedade e cooperação). “Alguns exemplos são avanços nas pesquisas médicas, casos de boas práticas trabalhistas ou sociais ou acordos entre grupos em conflito” (SALINAS, 2014, p.16);
3. **O terceiro critério é chamado por Salinas de “abordagem inclusiva e diversificada na seleção de temas e fontes jornalísticas”**. A proposta do autor é dar visibilidade a atores (organizações não-governamentais, movimentos sociais ou sindicatos, entre outros) que tradicionalmente não possuem ampla cobertura nas mídias. “A incorporação de novas fontes contribui para estimular o debate público” (SALINAS, 2014, p.17).
4. **O quarto critério definido por Salinas é a contextualização** já, que, para o autor, a descontextualização e a superficialidade são características atuais de como a mídia trata as notícias. “O objetivo dessa característica é realizar um tratamento aprofundado dos fatos, que vai além da óbvia e mera descrição” (SALINAS, 2014, p.18).

Shinar (2008) apresenta iniciativas destinadas a facilitar a comunicação orientada para a paz que incluem: treinar equipes de repórteres e editores para melhor verificação de fatos e validade das fontes, para redução de preconceitos e controle de boatos; promover conferências e intercâmbios entre profissionais de mídia; estimular a redução do controle governamental sobre a comunicação; defender um código de ética para os jornalistas; apoiar a igualdade de oportunidades na mídia para grupos étnicos, religiosos e regionais; treinamento para técnicas de administração e captação de anúncios; estabelecer e apoiar instituições de monitoramento da mídia, entre outras ações (SHINAR, 2008, p.47). O autor sugere, ainda, o estabelecimento de um Banco Mundial de Desenvolvimento das Comunicações (BMDD), como uma agência especializada da ONU ou em bases similares. Conforme defende este autor (2008, p. 47): “O privilégio obtido pelos empreendimentos comerciais pelo fato de utilizarem uma fonte global comum deveria proporcionar-lhes a obrigação de contribuir para um sistema de comunicação mais equilibrado”.

Outra perspectiva é a adoção do jornalismo para a paz como metodologia de pesquisa científica. “Nesse caso, o *Peace Journalism*” é utilizado como parâmetro para a análise de conteúdos noticiosos e pode ser aliado a outros métodos, como a análise de conteúdo ou análise de discurso” (CABRAL; SALHANI, 2017, p.6). Estes autores exemplificam com o código de análise de notícias criado por Lynch e McGoldrick, tendo como base os princípios do Jornalismo para a Paz.

Partindo da literatura produzida por Lynch e McGoldrick (20005), observa-se o desenvolvimento de “sete categorias, divididas em dois grupos: categorias de aproximação (contextualização, efeitos do conflito, orientação a pessoas comuns e pluralidade de vozes) e categorias de linguagem (linguagem vitimizadora, que incita o medo e emotividade)” (CABRAL; SALHANI, 2017, p.6).

Cabral e Salhani apontam que, a partir dessas categorias, Maria Teresa Nicolás Gavilán (2013) elaborou um estudo, que posteriormente se transformou em livro⁵⁶ sobre os conteúdos noticiosos produzidos sobre o conflito Israel-Palestina por correspondentes internacionais para jornais espanhóis. Na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (FAAC/Unesp Bauru-SP), algumas pesquisas da pós-graduação em comunicação (no meu caso, por exemplo) vem trabalhando com o desenvolvimento dos princípios do Jornalismo para a Paz como princípio metodológico aliado a outras metodologias científicas para análise da comunicação.

Outra proposta promissora que visualizamos, tendo como base o jornalismo para a paz e seus diálogos interdisciplinares, é a aplicação desses conceitos juntamente com a alfabetização midiática (ou letramento midiático - *media literacy*). Andrelo e Bigheti (2015) afirmam que o acesso à informação é direito básico e primordial de todo cidadão e permite que as pessoas reivindiquem outros direitos fundamentais, como educação, saúde e moradia, mas garantir o acesso à informação não basta. “É preciso formar cidadãos capacitados para “ler”, interpretar e saber fazer uso das informações fornecidas pela mídia. À criação e ao desenvolvimento dessas habilidades midiáticas se dá o nome de *media literacy* ou mídia-educação” (ANDRELO; BIGHETTI, 2015, p. 28).

Alguns pesquisadores, principalmente no Brasil, usam os termos “educomunicação” ou “educação midiática” para tal prática. Já adotada em vários países como disciplina ou conteúdo transversal, a *media literacy* também pode ser utilizada na

⁵⁶ A abordagem do conflito israelense-palestino: análise de fatores culturais que influenciam correspondentes de guerra. Madrid, Ed. Fragua, 2015

educação não formal, em movimentos sociais, organizações não governamentais, associações e outros grupos que se preocupem com a educação midiática como ferramenta de formação de cidadãos conscientes e participativos.

Partimos da premissa de que, se adotarmos na educação formal e não formal práticas de jornalismo para a paz e *media literacy*, talvez possamos contribuir para a formação de uma sociedade menos violenta, informada por uma mídia também não violenta e mais humanizada. Em tempos atuais no Brasil, onde temos forte polarização política e um governo constantemente acusado de propagar *fake news*⁵⁷⁵⁸⁵⁹ e atacar a democracia⁶⁰ faz-se ainda mais urgente essa aplicação transdisciplinar.

3.7 Guerra e paz na mídia

Os grupos Mídia Ninja e MBL buscam reconfigurar, em suas páginas no Facebook, os processos de produção, circulação e consumo de conteúdos a partir de atividades mais colaborativas e democráticas. Mesmo com essa intenção contra-hegemônica, muitas vezes, essas mídias acabam reproduzindo lógicas das mídias de massa, como verificamos em nossa pré-análise. Há escassez dialógica, escassez de contextualização histórica do 8M e, no caso do MBL, o movimento 8M é invisível. O não dito prevalece. Sendo o 8M um movimento feminista, logicamente suas pautas se chocam contra violências do patriarcado (principalmente a violência cultural), que também se reflete na cobertura midiática.

Betty Reardon (1995, p.10), ao identificar o patriarcado como “sistema de guerra”, isto é, como uma ordem social competitiva, baseada em princípios autoritários, que pressupõe um valor desigual entre seres humanos, que é colocada em prática pela coerção, que institucionaliza a dominação masculina em estruturas verticais e é legitimada pela cultura. É todo esse lastro

⁵⁷ <https://jornalggn.com.br/partidos/joice-hasselman-acusa-governo-bolsonaro-de-gastar-meio-milhao-em-fake-news/> Acesso em 18 mai.2020

⁵⁸ <https://www.poder360.com.br/governo/acusado-de-fake-news-bolsonaro-apaga-post-contr-governadores/> Acesso em 18 mai.2020

⁵⁹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm> Acesso em 18 mai.2020

⁶⁰ <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/medida-de-bolsonaro-contr-lei-de-acesso-ataca-um-dos-pilares-da-democracia-diz-ong-de-direitos-humanos/> Acesso em 18 mai. 2020

de guerra trivializado no cotidiano que é preciso escavar e trazer à luz numa ótica renovada aos estudos para a paz. Só assim se incluirão “as vozes e experiências que foram historicamente excluídas ou ocultadas nas teorizações dominantes e universais da violência e da paz (COOK-HUFFMAN, 2002, p.43)

Annabel McGoldrick e Jake Lynch (2007) afirmam que a mídia pode tanto “contribuir para a guerra, o genocídio, o terrorismo, a opressão e a repressão como para a segurança, a dignidade, o crescimento e o poder de decisão por cidadãos, com base na informação precisa, confiável e administrável” (LYNCH; MCGOLDRICK apud SHINAR, 2008, p.43).

McGoldrick e Lynch desenvolveram, embasados nos estudos de Galtung, o quadro 2, que diferencia o jornalismo para paz do jornalismo para a guerra/violência e que servirá de base para nossa análise de conteúdo e ajudará a compreender os tipos de cobertura feitos pela Mídia Ninja e MBL, a fim de construirmos novas perspectivas para a comunicação midiática:

Quadro 2 - Comparativo do Jornalismo para Paz e Jornalismo de Guerra/Violência

Jornalismo para a paz	Jornalismo de guerra
I - Orientado para a paz/conflito - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempos abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura	I - Orientado para a guerra/violência - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - “Nós contra eles”; voz somente para “nós” - Vê “eles” como problema e foca em quem prevalece na guerra - Desumaniza “eles”, especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar. - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais

II – Orientado para a verdade - Expõe as inverdades de todas as partes	II – Orientado para a propaganda Expõe inverdades sobre “eles” e ajuda a encobrir as “nossas” mentiras
III - Orientado para as pessoas -Foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças e idosos	III – Orientado para as elites - Foca no “nosso” sofrimento; tem homens da elite como porta-vozes
IV – Orientado para soluções - Paz = não violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica - Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação.	IV – Orientado para a vitória - Paz=vitória + cessar fogo - Oculta as iniciativas da paz até que a vitória já tenha sido conquistada. - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada - Parte para outras guerras e retorna à mesma caso hajam questões pendentes

Fonte: Lynch e McGoldrick (2007) apud (CABRAL; SALHANI, 2017, p. 9)

O quadro de Lynch e McGoldrick nos oferece amplas possibilidades quanto à elaboração das categorias analíticas para nossa pesquisa. Partindo desses referenciais, elaboramos seis grandes categorias que nos permitirão analisar as postagens do MBL e da Mídia Ninja à luz dos princípios do jornalismo para a paz e do jornalismo de guerra/violência. Para tanto, utilizaremos a análise de conteúdo de Lawrence Bardin (2016) combinada com os estudos de Roland Barthes (1982) sobre as mensagens inerentes à imagem fotográfica da imprensa. As categorias criadas são: a comunicação; personagens/fontes; contextos sócio-histórico, político e econômico; Temporalidade; Jornalismo para a Paz e Jornalismo para a Guerra/Violência, conforme quadro 3 apresentado no próximo capítulo.

No próximo capítulo apresentaremos nosso percurso metodológico e daremos início às análises indicadas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para Bardin (2016), a organização da análise de conteúdo passa por três fases principais. Primeiro passamos pela pré-análise (na qual tivemos contato com os conteúdos sobre o 8M publicados pelos grupos Mídia Ninja e MBL em suas páginas no Facebook). Depois pela exploração do material (uma leitura de imagens e textos publicados para compormos nosso corpus de análise). E, finalmente, passaremos pela terceira fase proposta por Bardin, que será a de tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

Focaremos nas análises qualitativa e quantitativa, levando em conta que há uma grande disparidade entre a quantidade de material divulgado pelos dois grupos, na qual em um deles há ausência de referências ao 8M em períodos em que realizamos as análises.

A abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências; por exemplo: a presença (ou ausência) pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência da aparição (BARDIN, 2016, p.144)

A abordagem qualitativa pode ser compreendida como um “estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade”, que tem como propósito explicar seus significados e suas características (OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Quanto ao uso dos princípios do jornalismo para a paz como categorias analíticas, focamos nos conceitos do quadro de Lynch e McGoldrick (ver quadro 2) referente ao jornalismo orientado para a paz e do jornalismo orientado para guerra/violência.

4.1 Análise imagética

Como os conteúdos analisados nas páginas do Facebook da Mídia Ninja e do MBL são compostos quase em sua totalidade por imagens e texto-legenda ou textos muito curtos, sentimos a necessidade de incluir a análise imagética neste trabalho, a partir da análise exploratória da conotação de Roland Barthes (1990) na fotografia. Para

ele, a estrutura da fotografia não é isolada no contexto da notícia, “(...) mas comunica pelo menos com uma outra estrutura, que é o texto (título, legenda ou artigo) de que vai acompanhada toda a foto de imprensa” (BARTHES, 1990, p.12). A informação, então, em sua totalidade, é suportada por duas estruturas diferentes, mas que dialogam entre si.

[...] essas duas estruturas são convergentes, mas como suas unidades são heterogêneas, não podem se misturar; aqui (no texto) a substância da mensagem é constituída por palavras; ali (na fotografia), por linhas, superfícies, tonalidades. (...) a análise deve incidir primeiro sobre cada estrutura separada; é só quando se tiver esgotado o estudo de cada estrutura que se poderá compreender a maneira como se completam (BARTHES, 1990, p. 12)

No caso de fotos com texto-legenda, concordamos com a ideia de Barthes de que por sua medida média de leitura, esse texto-legenda parece duplicar a imagem, isto é, participar de sua denotação (BARTHES, 1990, p.20). Segundo Barthes, a imagem fotográfica é uma mensagem contínua, sem código e, portanto, uma representação de perfeição analógica da realidade. Todavia desenvolve um segundo sentido que diz respeito ao estilo da reprodução e ao tratamento da imagem. Portanto, há duas mensagens na imagem fotográfica: uma denotada (informação, índice), que corresponde à cena literal que estamos objetivamente vendo; e uma conotada (uma cena cultural, valores que associamos à cena literal).

Barthes estabelece um paradoxo entre os sentidos denotativo e conotativo da imagem. Para ele, a princípio, quando o fotógrafo capta “a realidade”, não há necessidade de criar significado da mensagem analógica dessa realidade, pois ela é, justamente, uma cópia do real. A conotação se elabora nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, tratamento técnico segundo regras, princípios e critérios profissionais, estéticos ou ideológicos (que são fatores de conotação). Assim, a imagem com código (conotada) é colocada não ao nível da mensagem em si, mas da sua produção e recepção. Um exemplo dessa explicação de Barthes neste presente estudo são fotografias “reais” que ganham um tratamento ideológico do MBL em sua página no Facebook, como veremos mais adiante.

Barthes (1990) lista, ainda, alguns processos de conotação que impõem um segundo sentido à mensagem fotográfica. Primeiramente, ele se refere à *trucagem*, que se trata de uma montagem ou sobreposição de imagens visando alterar o sentido real,

podendo-se utilizar um posicionamento ideal do fotógrafo para tal ou técnicas de revelação e softwares de tratamento das imagens após a elaboração das mesmas. Esse tipo de conotação é bastante visível em fotografias de coberturas políticas, por exemplo. Conforme aponta Barthes (1990, p. 16): “(...) em nenhum outro tratamento a conotação toma tão completamente a máscara “objetiva” da denotação”.

Um segundo processo seria a *pose*, que faz referência à captura do gestual e expressões, no qual o fotografado se encontra posicionado ou fazendo gestos que inferem um sentido não literal. Um terceiro processo faz referência aos *objetos*, a fim de entender como são organizados na fotografia, de forma natural ou não. “O objeto talvez não possua uma força, mas, por certo, possui um sentido” (BARTHES, 1990, p.17). Um quarto processo se refere à *fotogenia*, ou seja, a mensagem conotada reside na própria imagem, “(...) embelezada (isto é, em geral sublimada) por técnicas de iluminação, impressão e tiragem” (BARTHES, 1990, p. 18). O quinto processo conotativo se refere ao *estetismo*, ou uso excessivo da estética a ponto de a fotografia parecer uma pintura, “(...) quer seja para significar ela mesma como arte, quer para impor um significado ordinariamente mais sutil e mais complexo que o permitiriam outros processos de conotação” (BARTHES, 1990, p. 18). O sexto processo se refere à *sintaxe*, na qual cria-se conotação através de sequência de imagens que, se fossem analisadas separadamente, talvez tivessem um sentido diferente do qual se pretende. Para Barthes (1990, p. 19): “o significante de conotação não se encontra então mais no nível de nenhum dos fragmentos da sequência, mas àquele (supra-segmental, diriam os linguistas) do encadeamento” (BARTHES, 1990, p. 19).

A partir desses processos de conotação definidos por Barthes realizaremos a análise das imagens postadas pela Mídia Ninja e pelo MBL em suas páginas no Facebook.

4.2 Definição do corpus para análise

Organizamos nossa busca pelas postagens nas páginas do Facebook dos grupos Mídia Ninja e MBL (no link Publicações), e no Google (pelo fato de algumas postagens terem sido apagadas nas páginas dos grupos analisados), por data e com os seguintes termos: 8M, 8M, Greve Internacional de Mulheres, Parada de Mulheres, Dia Internacional da Mulher, mulheres em luta, 8M no mundo, 8M Brasil, feminismos,

feministas, março, mulheres, 8 de março, mulheres na rua, Nem Uma a Menos, *Ni una menos*, *Nosotras paramos*, com e sem *hashtags*.

Reunimos todas as postagens encontradas em formatos de texto, imagem e vídeo e organizamos por dia para mensurarmos com mais exatidão. Ao realizarmos uma pré-análise do material publicado dois dias antes do 8M, no dia do evento e dois dias depois, nas edições de 2017, 2018 e 2019 e 2020, constatamos algumas questões relevantes. No caso da Mídia Ninja, uma mesma postagem pode conter diversas imagens, cada uma delas com reações, comentários e compartilhamentos à parte, por isto acessamos todas as imagens e consideramos as interações de cada uma à parte, não apenas do post principal (raiz).

Observamos que há grande disparidade no número de postagens entre os dois grupos. Enquanto em um mesmo dia a Mídia Ninja realiza centenas de posts, o MBL publica um ou, no máximo, quatro posts em referência ao 8M/Dia Internacional da Mulher. Devido a essa diferença, optamos por selecionar os posts mais acessados (durante os cinco dias delimitados para análise, por ano, para cada grupo) nos quatro anos analisados, totalizando quatro posts da Mídia Ninja e quatro posts do MBL, ou seja, oito no total. Para chegarmos aos posts mais acessados, somamos todas as reações (curtir, amei, haha, uau, triste), comentários e compartilhamentos; considerando que neste estudo os vídeos não serão analisados e interpretados, mas comporão a análise quantitativa, consideramos suas visualizações neste contexto. Também desconsideramos, na escolha dos posts mais acessados, memes e ilustrações, a fim de nos atermos ao sentido de conotação da imagem fotográfica de Roland Barthes.

Lembramos que, neste estudo, consideramos analisar e interpretar as perspectivas comunicacionais apresentadas pela Mídia Ninja e pelo MBL em suas páginas na mídia digital Facebook e as estratégias utilizadas para visibilizar ou ofuscar o 8M/Dia Internacional da Mulher. Não estudamos aqui como se dá a recepção dessa comunicação, o público receptor, mas indicamos, nas postagens analisadas, as reações (curtidas, número de comentários e compartilhamentos), como forma de mensurar a visibilidade da postagem analisada. A intenção, dentro de nossa área de pesquisa (comunicação midiática) é focar no que dizem os grupos Mídia Ninja e MBL nas mídias digitais independentes e como se comportam em relação à cobertura do 8M, tendo como parâmetro de descrição, análise e interpretação os princípios do jornalismo para a paz.

4.3 Categorias de análise

Para construir as categorias de análise do material postado pela Mídia Ninja e pelo MBL em suas páginas do Facebook sobre o 8M de 2017, 2018, 2019 e 2020 (dois dias antes do evento, dia do evento e dois dias depois) definimos o uso de textos e as imagens postadas. Pensamos as categorias de forma a produzir inferências sobre as ações, pensamentos e posicionamentos ideológicos dos grupos pesquisados. Assim, da análise de conteúdo, dos princípios do Jornalismo para a Paz e dos estudos de conotação da fotografia a partir de uma concepção semiótica, elaboramos as seguintes categorias, conforme quadro 3:

Quadro 3 – Categorias de análise do 8M no Facebook da Mídia Ninja e do MBL

Categorias	Descrição
A comunicação	Número de postagens, curtidas/reações/comentários e compartilhamentos. Tipos de postagens (imagem com texto-legenda, notícia). Origem das postagens (fonte própria, reprodução, colaboração).
Personagens/Fontes	Personagens das postagens (elites, mulheres em sua diversidade, famosas ou anônimas?)
Contextos sócio-histórico, político e econômico	Há uma abordagem sobre o pano de fundo do 8M? Em que contexto sócio-histórico, político e econômico o movimento acontece?
Temporalidade	Há uma abordagem sobre o que originou o 8M? Foca-se no que está acontecendo no momento ou há um resgate cronológico das lutas feministas?
Jornalismo para a Paz	Iniciativas dos grupos, na mídia digital Facebook, voltadas para os princípios do jornalismo para a paz
Jornalismo para a Guerra/Violência	Iniciativas dos grupos, na mídia digital Facebook, voltadas para os princípios do

	jornalismo para a guerra/violência
--	------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora com adaptações de Bardin (2016), Lynch e McGoldrick (2007) e Barthes (1982)

Faremos as análises por ano e pela quantidade de postagens em cada ano, dois dias antes do 8M/Dia Internacional da Mulher, dia do evento e dois dias depois. Abordaremos inicialmente o material da Mídia Ninja e, em seguida, do MBL, elaborando quadros e cruzando dados que nos levarão às inferências e conclusões.

5 ANÁLISES

Uma comunicação rápida, muitas imagens e textos curtos, geralmente textos-legendas, mas que abrem caminhos, com links, para informações extras (hiperlinks). Reprodução de notícias, processo colaborativo, interações. Assim se caracterizam as postagens inicialmente identificadas no Facebook do MBL e da Mídia Ninja em relação ao 8M/Dia Internacional da Mulher ou a assuntos relativos a ele. São dois grupos expressivos e praticamente polarizados ideologicamente, com milhões de seguidores e que, no uso das mídias digitais independentes, têm um grande potencial para chamar atenção para um fato e mobilizar pessoas.

Veremos, em nossas análises que serão apresentadas aqui, se estes dois grupos utilizaram as mídias digitais independentes como ferramentas para se pensar em uma comunicação inclusiva que rompa com violências e caminhe consonante com princípios do jornalismo para a paz.

5.1 A Comunicação

Nesta categoria, analisaremos e interpretaremos o número de postagens, reações (curtir, amei, haha, uau, triste), comentários, compartilhamentos e visualizações de vídeos. Consideraremos os vídeos somente na análise quantitativa. Também neste item, a partir do levantamento demonstrado nas tabelas 1 e 2, selecionaremos os oito posts mais acessados, segundo critérios explicados anteriormente.

Tabela 1: Quantificação de postagens no Facebook-Mídia Ninja

TABELA A1: QUANTIFICAÇÃO-FACEBOOK MÍDIA NINJA (número de postagens, reações, comentários, visualizações e compartilhamentos)					
	Total de postagens	Total de reações	Total de comentários	Total de visualizações (vídeos)	Total de compartilhamentos
2017					
06/03/17	2	1.436	63	-	1.128
07/03/17	2 (1 foto / 1 vídeo)	561	31	11.000	1.128
08/03/17	82 (68 img, 13 vídeos, 1 notícia)	28.757	2.771	141.426	-

09/03/17	7	6.463	284	-	860
10/03/17	5 (4 fotos, 1 vídeo)	1.072	69	7.200	225
2018					
06/03/18	2 (1 foto, 1 vídeo)	557	24	27.000	48
07/03/18	1 (vídeo)	42	5	8	3.882
08/03/18	169 (163 imagens, 6 vídeos)	11.371	899	152.924	3.013
09/03/18	62 imagens	1.854	36		301
10/03/18	16 (15 imagens, 1 vídeo)	2.997	287	2.200	1.431
2019					
06/03/19	2 (imagem, 1 vídeo)	33.000	832	351.000	23.0001
07/03/19	13	18.756	580	-	6.986
08/03/19	205 (198 imagens, 7 vídeos)	62.622	4.207	86.100	18.850
09/03/19	36 (35 imagens, 1 vídeo)	4.525	411	7.400	99
10/03/19	12	11.524	150	-	10.102
2020					
06/03/20	30	9.189	1.175	-	2.402
07/03/20	35	3.510	344	-	635
08/03/20	119 (114 imagens, 5 vídeos)	48.786	3.539	265.000	13.740
09/03/20	52	14.386	1.405	-	1.762
10/03/20	10	18.868	1.203	-	4.756
TOTAL	862	280.276	18.315	1.051.258	94.348

Fonte: Elaborado pela autora

Tabela 2: Quantificação de postagens no Facebook- MBL

TABELA A2: QUANTIFICAÇÃO-FACEBOOK MBL (número de postagens, reações, comentários, visualizações e compartilhamentos)					
	Total de postagens	Total de reações	Total de comentários	Total de visualizações (vídeos)	Total de compartilhamentos
2017					
06/03/17	-	-	-	-	-
07/03/17	-	-	-	-	-
08/03/17	3	12.469	171	-	4.557
09/03/17	2	19.000	509	-	5.320
10/03/17	4	36.193	766	-	7.371
2018					
06/03/18	1	9.000	2.600	-	4.300
07/03/18	-	-	-	-	-

08/03/18	4	24.800	718	-	16.546
09/03/18	1	723	73	-	94
10/03/18					
2019					
06/03/19	-	-	-	-	-
07/03/19	-	-	-	-	-
08/03/19	4	23.100	764	-	11.002
09/03/19	1	11.000	2.300	-	11.000
10/03/19	-	-	-	-	-
2020					
06/03/20	1	1.600	300	-	310
07/03/20	-	-	-	-	-
08/03/20	1	1.100	87		219
09/03/20	-	-	-	-	-
10/03/20	1	12.000	552	-	10.000
TOTAL	23	150.985	8.840		70.634

Fonte: Elaborado pela autora

Para chegarmos às oito postagens que serão utilizadas como referência, selecionamos primeiramente os dias com mais postagens (por ano) e pesquisamos, nestes dias, os posts mais acessados, desconsiderando, na soma, o número de visualizações de vídeos, já que eles não serão analisados e interpretados, apenas constarão na tabela quantitativa.

Em relação à Mídia Ninja, os dias com mais postagens foram os dias 8 de março nos quatro anos. Quanto ao MBL, em 2017 foi o dia 10 de março; em 2018, dia 8 de março; em 2019, 8 de março e, em 2020, 10 de março.

A partir disto, selecionamos, nos dias citados, as seguintes postagens mais acessadas (somados reações, comentários e compartilhamentos):

MÍDIA NINJA :

Imagem 1 - 8/3/2017:



Fonte: Facebook Mídia Ninja⁶¹

Texto-legenda da imagem: Que fazer quando o próprio Poder Judiciário é cúmplice da cultura do estupro?⁶²

Via Justificando

#PeloFimDaCulturaDoEstupro

#FeminismoÉRevolução

2,2 mil reações/174 comentários/583 compartilhamentos

Imagem 2 - 8/3/2018:

⁶¹ <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/838378492986964>

⁶² A imagem está indisponível na página da Mídia Ninja, mas está visível no site Justificando, de onde a matéria foi reproduzida: <http://www.justificando.com/2017/03/08/juiz-rejeita-denuncia-do-mpf-contra-estupro-da-unica-sobrevivente-da-casa-da-morte/>



Fonte: Facebook Mídia Ninja⁶³

Texto-legenda da imagem: Mulheres ocupam e paralisam fábrica do grupo Guararapes - Mulheres Sem Terra e da Marcha Mundial das Mulheres pararam produção da empresa do Grupo Guararapes, em Extremoz/RN. Cerca de 800 mulheres vindas de vários municípios do estado que denunciam a articulação empresarial que patrocinou o golpe na presidenta Dilma e vem impondo um pacote de medidas contra a classe trabalhadora.

#2018M #NosotrasParamos

819 reações/315 comentários/285 compartilhamentos

Imagem 3 - 8/3/2019:

63

<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.164308700393950/1096380067186804/?type=3&theater>



Fonte: Facebook Mídia Ninja⁶⁴

Texto-legenda da imagem: Feminismo é revolução! Milhares de mulheres nas ruas de Roma, na Itália neste [#8M](#).

Foto: @DinamoPress

14 MIL reações/137 comentários/3,5 mil compartilhamentos

Imagem 4: 8/3/2020:

⁶⁴

<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/photos/a.235526863272133/1427365020754972/?type=3&theater>



Fonte: Facebook Mídia Ninja⁶⁵

Texto-legenda da imagem:

Neste 8 de março, ouçam as vozes das mulheres: Fora Bolsonaro!

Nas imagens: ato do #8M em Brasília.

Fotos: Mídia NINJA

#8M #8M2020 #diadasmulheres #decadafeminista #internacionalwomensday

3, 6 mil reações/ 462 comentários/761 compartilhamentos

⁶⁵ <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/1783848541773283>

MBL:

Imagem 1 -10/03/2017:



Fonte: MBL Facebook ⁶⁶

Texto-legenda da imagem:

Não. Hehehe

Ajude o MBL: <https://goo.gl/y9SXRp>

Acesse nossa loja: <http://loja.mbl.org.br/>

Junte-se <http://plataforma.mbl.org.br/>

7,4 mil interações/ 209 comentários/ 4,6 mil compartilhamentos

⁶⁶ <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/555337974590350/?type=3&theater>

Imagem 2 - 8/3/2018:



Fonte: MBL Facebook⁶⁷

Texto-legenda da imagem:

Parabéns a todas as grandes mulheres desse país!♥

Ajude o trabalho do MBL

Acesse <http://www.mbl.org.br/contribua>

16 mil interações/ 471 comentários/12 mil compartilhamentos

Imagem 3 - 8/3/2019:

⁶⁷ <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/835942906529854/?type=3&theater>



Fonte: MBL Facebook⁶⁸

Texto-legenda da imagem: Homenagem a essas mulheres! Da página do Kim Katagui
Siga o MBL no instagram @mblivre

12 mil reações/ 419 comentários/ 6.600 compartilhamentos

Imagem 4 - 10/3/2020:

⁶⁸ <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/1335447896579350/?type=3&theater>



Fonte: MBL Facebook⁶⁹

Imagem sem texto-legenda

12 mil reações/ 552 comentários/10 mil compartilhamentos

As quatro postagens selecionadas no perfil no Facebook da Mídia Ninja são: uma notícia (reprodução) e três imagens com texto-legenda (uma em colaboração e duas de fonte própria). Quanto ao MBL, as quatro postagens (duas com texto-legenda e duas só com imagens) são montagens com fotos reproduzidas. Observamos que em relação à quantificação, o MBL, somando as quatro postagens, sobressai-se na quantidade de reações, comentários e compartilhamentos. Por outro lado, o MBL não tem nenhuma publicação própria ou em colaboração com outras mídias e usa de fotomontagens para

⁶⁹ <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856/1950831901707610/?type=3&theater>

elaborar sua mensagem, o que nos leva a interpretar que a Mídia Ninja, neste sentido da comunicação, faz-se mais “próxima” do 8M/Dia Internacional da Mulher, através de suas coberturas in loco ou via colaboração.

5.2 Personagens

Na publicação 1 da Mídia Ninja, de 8/3/2017 (uma reprodução do site www.justificando.com.br)⁷⁰, a personagem feminina destacada é a ex-presa política e única sobrevivente da Casa da Morte, Inês Etienne Romeu. A reportagem do Justificando relata que Inês “(...) foi sequestrada por agentes da ditadura militar em maio de 1971 e encaminhada ao centro de torturas montado pelo Exército em Petrópolis, a Casa da Morte, onde foi torturada e estuprada pelo militar Antônio Waneir Pinheiro de Lima, conhecido como “Camarão” (JUSTIFICANDO, 2017). A notícia destaca o fato de, em pleno Dia da Mulher, a Justiça Federal de Petrópolis ter rejeitado a denúncia do Ministério Público Federal (MPF) pelo estupro de Inês.

Na publicação 2 da Mídia Ninja (fonte própria), de 8/3/2018, as personagens são mulheres sem-terra e da Marcha Mundial de Mulheres (cerca de 800 pessoas, segundo o texto-legenda) que, neste mesmo dia, ocuparam e paralisaram a produção do Grupo Guararapes (ligado à Riachuelo), em Extremoz-RN. As mulheres protestaram principalmente contra as reformas Trabalhista e da Previdência.

A terceira publicação da Mídia Ninja, de 8/3/2018 (uma reprodução do portal italiano Dinamo Press), mostra uma rua de Roma, na Itália, tomada por mulheres, no Dia Internacional da Mulher; portanto, as personagens são mulheres em multidão, não identificadas. Já na quarta publicação da Mídia Ninja, de 8/3/2020, as personagens são mulheres em multidão, nas ruas de Brasília, protestando, no 8M, contra o governo Bolsonaro.

Na publicação 1 do MBL, de 10/3/2017, as personagens são a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff (primeira mulher a presidir o país) e a ex-presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye (também primeira mulher a presidir aquele país). Dilma foi removida do cargo por um processo de impeachment em agosto de 2016. Park passou pelo mesmo processo em março de 2017. O post do MBL mostra um encontro entre as duas no Brasil, em abril de 2015.

⁷⁰ <http://www.justificando.com/2017/03/08/juiz-rejeita-denuncia-do-mpf-contra-estupro-da-unica-sobrevivente-da-casa-da-morte/> Acesso em 08 out. 2020

Na publicação 2 do MBL, de 8/3/2018, o grupo fez uma montagem, em um painel, com dez mulheres: Ana Amélia Lemos (senadora pelo Partido Progressistas-PP), Joice Hasselmann (deputada pelo Partido Social Liberal-PSL); Ana Paula Henkel (ex-jogadora da seleção brasileira de vôlei); Dona Regina, uma mulher que estava na plateia do programa Encontro, de Fátima Bernardes, em outubro de 2017, e que se manifestou contra o fato de uma criança ter tocado no pé de um artista nu em exposição *queer* realizada no Museu de Arte Moderna em setembro de 2017; a professora Heley de Abreu Silva Batista que, durante um incêndio criminoso em uma escola em Janaúba-MG, em outubro de 2017, morreu salvando seus alunos; Janaína Conceição Paschoal (deputada pelo PSL); Gleisi Hoffmann (deputada federal e presidente nacional do Partido dos Trabalhadores-PT; Maria do Rosário Nunes (deputada federal pelo PT), Márcia Tiburi (escritora e filósofa) e a ex-presidente Dilma Rousseff. Estas últimas quatro são excluídas, na publicação do MBL, dos parabéns ao Dia das Mulheres.

Na publicação 3 do MBL, de 8/3/2019, o grupo faz uma montagem com fotos semelhantes ao ano anterior, inclusive com algumas personagens repetidas (são nove, no total): Kátia Sestre (policia que matou um ladrão em frente a uma escola em Suzano, em maio de 2018 e eleita, no mesmo ano, deputada federal pelo Partido Liberal - PL); Margaret Thatcher (ex-primeira-ministra do Reino Unido); Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga of Bourbon - Two Sicilies and Bragança (princesa Isabel); Ayn Rand, escritora e filósofa norte-americana de origem judaico-russa, conhecida por desenvolver um sistema filosófico chamado de Objetivismo e defensora do capitalismo liberal; novamente a professora Heley de Abreu Silva Batista; Juliane dos Santos Duarte, policial militar assassinada em agosto de 2018; Marie Skłodowska Curie (cientista e física polonesa naturalizada francesa que conduziu pesquisas pioneiras em todo o mundo no ramo da radioatividade e primeira mulher a ser laureada com um Prêmio Nobel e a primeira pessoa e única mulher a ganhar o prêmio duas vezes); Dona Regina e Gleisi Hoffmann, novamente. Na postagem, o MBL novamente parabeniza todas as mulheres das fotos, menos Gleisi, que é excluída com o texto “Você não”.

Na publicação 4 do MBL, de 10/3/2020, o grupo faz novamente uma montagem onde a personagem principal é a detenta trans Suzy Oliveira, condenada por estupro e assassinato de um menino de nove anos e que foi entrevistada e abraçada pelo médico Dráuzio Varella (depois de oito anos sem receber uma visita) no programa Fantástico, da Rede Globo, em 1º de março de 2020, em um especial sobre a vida das mulheres

trans nos presídios. A montagem do MBL mostra, a lado da foto de Suzy, duas fotos de um cachorro, uma dele bravo e os dizeres "abaixo a cultura do estupro" com logotipos de partidos de esquerda e do movimento LGBTQI+ e outra com o cachorro feliz e os dizeres "Ain, mas o crime foi há 9 anos. Você não é cristão. Quem nunca errou? Ainn. Cadê a empatia...." e novamente logotipos de partidos de esquerda e do movimento LGBTQI+.

Nas postagens da Mídia Ninja, observamos que as personagens são diversificadas e, nos quatro posts selecionados, todas são anônimas. Não há personagens de alto escalão político ou das elites. São mulheres na rua, em massa, ligadas a lutas por direitos e pela democracia. Nas postagens do MBL, a maioria das personagens é ligada à política e/ou famosas. Nas publicações 2, 3 e 4, o grupo insere algumas personagens anônimas (mas que posteriormente tiveram bastante visibilidade na mídia): "Dona Regina", a professora Heley de Abreu Silva Batista e Suzy Oliveira. O MBL não foca em personagens nas ruas durante o 8M/Dia Internacional das Mulheres, tampouco cita o evento, ignora-o. A abordagem e o reconhecimento de diversidades visando favorecer a contextualização e a compreensão são premissas do jornalismo para a paz; quando há ausência desses elementos favorece-se o jornalismo para a guerra/violência.

5.3 Contextos histórico, político e econômico

Nesta categoria analisamos se os grupos Mídia Ninja e MBL, em suas páginas no Facebook e nos posts selecionados para este estudo, abordam os contextos históricos, políticos e econômicos relacionados com o 8M/Dia Internacional da Mulher. Sabemos que o 8M propõe um dia (ou um período) de pausa nos trabalhos realizados pelas mulheres (tanto dentro como fora de casa) a fim de evidenciar sua importância no modo de produção capitalista e exigir manutenção e ampliação de seus direitos e da democracia. Todas essas pautas acompanham as lutas das mulheres em todas as ondas dos feminismos. Buscamos identificar se os grupos se preocupam em contextualizar e explorar as complexidades do movimento.

Em suas quatro postagens, a Mídia Ninja busca, mesmo que de forma sucinta, trazer à tona alguma referência ao contexto em que o 8M/Dia Internacional das Mulheres acontece.

Na publicação 1, que é uma reprodução do site Justificando (com direcionamento para o mesmo), a notícia destaca o fato de em pleno dia 8 de Março, data marcada pelas lutas das mulheres, um juíza rejeitar uma denúncia de estupro sofrido por uma presa política durante a ditadura militar no Brasil. O texto faz um breve resgate da história de Inês Etienne Romeu (falecida em 2015, aos 72 anos) e uma referência ao período em que o crime ocorreu, enfatizando o fato de a sentença desfavorável ocorrer justamente no dia 8 de março.

Na publicação 2, o texto-legenda explica que a ocupação de mulheres em uma empresa do grupo Guararapes aconteceu porque o grupo “patrocinou o golpe da presidenta Dilma e vem impondo um pacote de medidas contra a classe trabalhadora”. Há referências ao contexto sócio-político e econômico, mas o grupo não faz um resgate histórico de o porquê a manifestação chega a esse desfecho, não há profundidade na abordagem, embora se compreenda que este tipo de mensagem em mídia social possa restringir possibilidades de maior contextualização.

A terceira publicação faz apenas uma referência, na legenda (“Feminismo é revolução!”), à manifestação de mulheres nas ruas de Roma, mas não há contextualização sobre os movimentos de mulheres naquele país.

Na quarta publicação há um chamamento político, no texto-legenda, para um “Fora Bolsonaro”, mas também não há uma abordagem aprofundada sobre o ato em Brasília.

Em suas quatro publicações, o MBL não contextualiza as abordagens e não identifica as personagens retratadas nas publicações. Não se explica o motivo de as personagens serem retratadas. Na quarta postagem, o grupo faz uma referência sucinta, no texto junto à imagem, ao tempo em que ocorreu o crime praticado pela detenta Suzy, mas não há contextualização do fato. Observamos que, apesar de a Mídia Ninja se preocupar mais que o MBL em contextualizar os assuntos, falta, aos dois grupos, mais envolvimento e proximidade com as personagens e suas histórias. O imediatismo para se produzir informação, na atualidade e as novas linguagens adotadas em mídias sociais resultam em abordagens superficiais que não exploram a complexidade dos temas, o que colabora com a desinformação e vai contra os preceitos do jornalismo para a paz. O que preocupa é que grande parte do público consome mídias sociais como sendo sua única fonte de informação legítima.

5.4 A imagem

Nesta sociedade em rede em que vivemos, como definiu Manuel Castells (1999), a Internet e as ferramentas disponíveis a partir dela nos permitem uma comunicação mais rápida, interativa e híbrida. Este “território livre” abre espaço para que grupos utilizem as mídias digitais e criem formas de se comunicar independentes dos formatos hegemônicos tradicionais. Porém, esse processo também expõe brechas que levam à desinformação, especialmente quando há produção de notícias e imagens em profusão o tempo todo, sem critérios de aprofundamento e contextualização dos fatos, sendo estas publicações depois compartilhadas, reproduzidas, lidas e relidas em um processo de continuidade de “má informação”.

Veremos, aqui, que mensagens os grupos Mídia Ninja e MBL transmitem aos seus públicos através das imagens. Para Barthes (1990), a mensagem fotográfica tem duas mensagens, a denotada (literal) e a conotada (com código). O sentido conotativo se dá quando critérios estéticos, ideológicos ou culturais são associados à imagem. Mídia Ninja e MBL têm ideologias distintas, portanto suas mensagens fotográficas também são distintas.

Em sua Imagem 1, a Mídia Ninja mostra uma cena de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte (lugar mantido para tortura durante a ditadura militar no Brasil) recebendo um beijo durante audiência da Comissão Nacional da Verdade, em 2014. A foto é de Tânia Rêgo, da Agência Brasil. Uma imagem que retrata uma cena que remete a um período obscuro de nossa história ganha sentido de afeto com o beijo. A imagem de 2014 ilustra uma notícia de 2017; esse resgate da imagem conota conforto diante da notícia negativa. A pose, que faz referência à captura do gestual e de expressões, é um dos processos de conotação citados por Barthes. “O leitor recebe como uma simples denotação o que de fato é uma estrutura dupla, denotada-conotada” (BARTHES, 1990, p. 17).

A imagem 2, produzida pela própria equipe da Mídia Ninja, mostra uma aglomeração durante uma paralisação, com as pessoas em primeiro plano e o nome da empresa contra a qual o grupo protesta em segundo plano, ao fundo. Não há muita pretensão estética na imagem que provavelmente foi elaborada a partir de algum dispositivo móvel (celular ou tablet), ferramenta comumente utilizada pelos dois grupos analisados neste estudo em suas coberturas de eventos. Essa “despreocupação estética” é explicada por Barros e Castro (2019):

[...] a fotografia amadora, que se ocupava do registro documental do cotidiano das pessoas, ganhou novas dimensões e dinâmicas de circulação, já não mais restrita ao rol de amigos e familiares. Ela passou a difundir posturas políticas, expressões de identidade, visões de realidade, das temporalidades históricas e territorialidades sociais. As redes sociais que se proliferaram no contexto de popularização da internet deram novos contornos e características estéticas, culturais e políticas á fotografia (BARROS; CASTRO, 2019, p.292)

À esquerda da foto, no canto inferior, aparece alguém não identificado segurando um celular direcionado à cena. Temos uma imagem do fato sendo retratado por outrem. Esse elemento de significação demonstra que a história da luta entre trabalhadores (proletariado) e proprietários (burguesia) se repetirá, como tem se repetido ao longo dos tempos, e que também o registro se repetirá e gerará, em quem vê e lê a imagem, múltiplos sentimentos e (ou não) mobilização.

“A conotação salta de certa forma de unidades significantes, no entanto “captadas” como se se tratasse de uma cena imediata e espontânea. (...) O objeto talvez não possua uma força, mas por certo, possui um sentido” (BARTHES, 1982, p.328).

A terceira imagem, uma reprodução da agência Dinamo Press, mostra uma multidão nas ruas de Roma, na Itália, acompanhada da seguinte legenda: “Feminismo é revolução! Milhares de mulheres nas ruas de Roma, na Itália neste #8M”. É uma foto elaborada de um ângulo do alto, que visa mostrar a quantidade de pessoas na manifestação. Não há identificação de nenhum rosto, é a “massa” vista por cima, com ausência de luz onde está a multidão (que se perde até onde alcança o enquadramento), mas pontos de luz oriundos dos prédios que permeiam os manifestantes. É uma imagem que impressiona pela quantidade de pessoas no ato. O fotógrafo conseguiu captar a atmosfera de “feminismo é revolução” citada na legenda. A foto tem uma conotação chamada por Barthes (1982) de ideológica (ou ética), que introduz na leitura da imagem razões ou valores que, no caso, remetem ao porquê de aquelas mulheres estarem naquele local, em tamanha quantidade, clamando por uma revolução que, apesar de tantas lutas e protestos, ainda não está completa. A conotação também está no enquadramento e na perspectiva dados à imagem, onde há uma massa de gente até onde a vista alcança, sem rosto mas unida em seu propósito. Na foto, o ponto de fuga é a representação do infinito, o que remete à ideia de quão grande é a manifestação, e a

posição do fotógrafo é fundamental. Machado (1984) afirma que se o fotógrafo quer demonstrar uma grande concentração humana,

[...] o lugar panóptico é necessariamente um ponto ligeiramente superior, de onde a dimensão integral do evento seja dada de uma só vez e cuja exterioridade esteja marcada pelo tipo de visão espacial que ele possibilita, uma visão que nenhum indivíduo da massa concentrada poderia obter de seu próprio lugar. (...) de onde a massa é vista como corpo despersonalizado (MACHADO, 1984, p.109)

Assim, a partir de seu posicionamento e do enquadramento dado, o fotógrafo deu à imagem uma grandeza visual, abrangente e ampla.

A imagem 4 da Mídia Ninja é formada por duas fotografias do 8M em Brasília-DF. Nas cenas, as mulheres são enquadradas de frente, em primeiro plano. Na primeira foto, as mulheres tocam instrumentos e, em segundo plano, ao fundo, há cartazes formando a frase “Fora Bolsonaro”. Na segunda foto, que retrata a mesma ala de mulheres, mas outras personagens, elas erguem os braços, num gesto de comemoração. Nas duas cenas, as mulheres demonstram felicidade. As fotos formam uma sequência de movimentos que Barthes chama de sintaxe, na qual o significante de conotação está no próprio encadeamento das cenas. A primeira foto, com o “Fora Bolsonaro” direciona a um ápice na segunda, na qual as mulheres erguem os braços e comemoram. É uma celebração do que ainda não aconteceu, do que se almeja.

O recurso da sintaxe é utilizado pelo MBL em suas quatro postagens. Na primeira, o grupo repete uma mesma foto, de um encontro entre a ex-presidente Dilma Rousseff e a ex-presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, em abril de 2015; as duas passaram por processo de impeachment. O MBL faz uma montagem com a foto delas mais à distância (acima) e mais próximas do olhar (abaixo), com os seguintes dizeres, como se fosse um diálogo entre ambas: “E agora, Dilma, o que eu faço? “Fala que foi golpe” “Funciona??” “Não! Rsrsrcs!”. A repetição da mesma imagem, em enquadramentos distante e aproximado e o texto em tom de sarcasmo são a própria conotação: duas mulheres, dois impeachments, dois “supostos golpes de Estado”, duas fotos sequenciais. Nas imagens, as duas estão sorrindo; o texto tem o rsrcrs (de risada), mas as situações políticas, no caso, foram muito sérias.

A segunda imagem é uma sequência de fotos de mulheres (dez, no total) com quatro personagens políticas de esquerda situadas no centro, com o texto “Você não”

por cima de suas fotos. As outras seis personagens têm, por cima de suas fotos, a mensagem: “Parabéns a todas as grandes mulheres do nosso Brasil”. A conotação é a invisibilização e silenciamento da diversidade de pensamento e de posicionamento político, a seletividade nas felicitações. Na terceira imagem, o grupo utiliza a mesma tática anterior e com a mesma mensagem conotativa. A postagem tem nove personagens em uma montagem, com a seguinte frase: “Obrigado por serem mulheres fortes e corajosas de verdade” e, no centro da montagem, a frase “Você não” por cima da foto de Gleisi Hoffmann, presidente do Partido dos Trabalhadores (PT). Nestas imagens 2 e 3, a a sintaxe tem o papel de repetição (você sim, você não, umas merecem parabéns, outra não), sugerindo ao receptor uma seletividade na homenagem às mulheres.

Na quarta postagem, o MBL faz uma montagem com três imagens em sequência, na primeira, que ocupa todo o espaço à esquerda da montagem, a detenta trans Suzy com a imagem transparente, de fundo e os dizeres, por cima: “Abaixo a cultura do estupro!” e ao lado, a imagem de um cachorro com feição de bravo e logotipos dos partidos PSOL, PCdoB, PT e do movimento LGBTQIA+. Na parte inferior da montagem, a frase “Ain, mas o crime foi há 9 anos. Você não é cristão. Quem nunca errou? Ainnn. Cadê a empatia...” por cima da foto de Suzy e, à direita, a foto do mesmo cachorro, mas com feição de feliz e os mesmos símbolos citados anteriormente por cima da imagem do animal. A sequência de imagens mostra uma situação contra e outra favorável (à cultura do estupro, segundo a publicação do MBL) e o grupo sugere que esse posicionamento ocorre segundo as circunstâncias (Suzy foi condenada por crime de estupro e merece perdão por isto?). A conotação é o julgamento que o grupo faz, tanto de Suzy como dos grupos representados pelo logotipo, como se “todos fossem favoráveis ou contra a cultura do estupro dependendo as circunstâncias”. O sentido está no pré-conceito que se faz da situação, mesmo que a exposição de Suzy, na referência a que o MBL faz (entrevista concedida ao programa Fantástico), o assunto tenha sido outro (a solidão do encarceramento, e não o crime praticado). As imagens de um cachorro triste e depois alegre, em sequência, e o tom do texto sugerem uma comichade no tratamento do assunto, em vez de um aprofundamento jornalístico. Esse posicionamento demonstra a superficialidade do grupo na abordagem de assuntos relevantes e que poderiam gerar debates aprofundados, sob diversos pontos de vista e visando a compreensão do assunto.

5.5 Jornalismo para a paz

Neste tópico veremos se, nas postagens em suas páginas do Facebook, os grupos Mídia Ninja e MBL têm iniciativas voltadas para os princípios do jornalismo para a paz, usando como referência o quadro comparativo elaborado por Lynch e McGoldrick (2007) a partir dos estudos para a paz. Abordaremos cada um dos quatro itens da tabela (Orientado para a paz/conflito; Orientado para a verdade; Orientado para as pessoas e Orientado para as soluções), referenciando-os com as postagens selecionadas da Mídia Ninja e do MBL.

Cabe ressaltar que o jornalismo para a paz não supõe a ausência de conflitos. Eles existem, mas devem ser compreendidos e seus impactos reduzidos. Tal como expõe Shinar (2008, p. 44): “[...] o JP pode chamar atenção e opinião do público para o impacto e ameaças dos conflitos; com otimismo, satisfaz a demanda por cobertura mais equilibrada, encoraja interpretações alternativas e reflexão crítica”.

I Orientado para a paz/conflito

O jornalismo orientado para a paz explora a multiplicidade de partes, objetivos e problemas que levam à formação dos conflitos. Como explicam Lynch e McGoldrick (2007), “espaço e tempo são abertos, com causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura; apresenta os conflitos com transparência e dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento (LYNCH e MCGOLDRICK, 2007, p.51). Na tabela comparativa entre jornalismo orientado para a paz/conflito e jornalismo orientado para a guerra/violência, os autores apontam que no jornalismo para a paz todas as partes ganham e todas são humanizadas (especialmente quando há conflito bélico); busca-se a prevenção antes da violência acontecer. “Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura” (LYNCH e MCGOLDRICK, 2007, p.51).

O grupo Mídia Ninja explora, em suas quatro postagens verificadas, a formação de conflitos (há partes, objetivos e problemas múltiplos). Espaço e tempo também são abertos e há foco nos efeitos invisíveis da violência (violências cultural e estrutural, que provocam trauma e danos não apenas às mulheres, mas à sociedade como um todo).

Na postagem 1, que é uma reprodução e não uma produção própria de notícia, há abordagem expondo os lados envolvidos na história, e a notícia tem o papel de

denunciante de perda para uma das partes envolvidas: em pleno Dia Internacional das Mulheres o acusado de estupro e tortura é inocentado. Não são todas as partes que ganham, no desfecho, mas na abordagem, todos envolvidos têm espaço. Os efeitos visíveis e invisíveis da violência estão presentes, com danos que podem perpetuar décadas.

Na postagem 2, que retrata a ocupação e paralisação de mulheres em uma fábrica do Grupo Guararapes, há uma exploração, ainda que sucinta, da formação de conflitos; espaço e tempo são abertos com causas e consequências em qualquer lugar na história e na cultura. Há foco nos efeitos invisíveis da violência (pacote de medidas do governo contra a classe trabalhadora). A postagem 3, “Feminismo é revolução”, a mensagem imagética remete também aos efeitos invisíveis da violência (quem são essas mulheres, por que elas estão em massa nas ruas, quais os feitos das violências direta, cultural e estrutural em seu cotidiano?). Na postagem 4, com as imagens das mulheres festejando e ao mesmo tempo pedindo “Fora Bolsonaro”, o grupo vê conflito como problemas, mas foca na criatividade, deixando aberta a questão: é possível derrubar um governo saindo às ruas, protestando de forma pacífica e feliz?

O MBL, em suas quatro postagens, expõe conflitos, objetivos e problemas múltiplos, mas não os explora em profundidade.

II Orientado para a verdade

O jornalismo para a paz expõe as inverdades de todas as partes, sem encobri-las. A verdade é inerente à prática jornalística, mas, segundo Charaudeau (2013, p.88), tratar da verdade não é uma tarefa simples. Para o autor, “o verdadeiro seria fornecer a prova das explicações/o falso seria fornecer explicações sem prova. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas” (CHARAUDEAU, 2008, p.88). O jornalismo para a paz busca não encobrir mentiras e não “desumanizar” o outro mediante inverdades. A Mídia Ninja não encobre verdades em nenhuma de suas postagens, mas o MBL, na Imagem 1, quando coloca a ex-presidente Dilma Rousseff em uma situação de “dizer que foi golpe” para “ver se funciona” à ex-presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye (que também sofreu impeachment), coloca, como verdade, que não foi golpe o impeachment instaurado devido às chamadas pedaladas fiscais”. Porém o próprio ex-presidente Michel Temer, que assumiu no lugar de Dilma (e é do DEM, um dos partidos que apoiou as

manifestações em favor do impeachment⁷¹ lideradas, inclusive, pelo MBL) admitiu que foi golpe⁷². Posteriormente, veio à tona que a operação Lava Jato (imprescindível para o impeachment), comandada pelo juiz (e ex-ministro de Bolsonaro) Sérgio Moro teve várias inconsistências jurídicas⁷³. E, recentemente, o próprio autor do pedido de impeachment de Dilma, o jurista Miguel Reale Jr. classificou como “pedalada” a manobra do presidente Jair Bolsonaro de transformar uma determinação orçamentária em dívida e postergar o pagamento⁷⁴. E o presidente continua no poder.

Portanto, o MBL, em sua publicação 1, encobre inverdades.

III Orientado para as pessoas

O jornalismo para a paz foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças e idosos, assim como a outros grupos mais vulneráveis e que têm pouco (ou nenhum) lugar de fala na sociedade e nas mídias. “Ele dá voz a todas as partes envolvidas e visa assegurar que o conflito em si, e não as partes, seja visto como o problema” (SHINAR, 2008, p. 44).

Em suas quatro postagens, a Mídia Ninja dá voz às mulheres porque expõe, mesmo que de forma sucinta, suas vozes de lutas. Na postagem 1 evidencia o problema do estupro (e, no caso da notícia reproduzida, a absolvição do acusado). Na postagem 2 expõe o pacote de medidas do governo atual que prejudica as mulheres trabalhadoras fabris, mas não as ouve, não há nenhuma entrevistada falando sobre o tema (de nenhuma das partes envolvidas), apenas a imagem e o texto-legenda. Na postagem 3 a voz das mulheres é em massa e a postagem 4 também é a voz das mulheres nas ruas, mas com rostos evidenciados e uma pauta específica (Fora Bolsonaro).

Nas quatro postagens do MBL, os “problemas” são as partes envolvidas” e não os conflitos em si. Na postagem 1 são evidenciadas duas mulheres políticas (poder e elite) em um meme. A postagem 2 dá voz a algumas mulheres parabenizando-as pelo seu dia, mas, ao mesmo tempo, exclui outras, então não há valorização de todas as partes envolvidas, o que também ocorre na postagem 3. A postagem 4 expõe uma

⁷¹ <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601405-dem-declara-apoio-a-manifestacoes-de-domingo-contradilma.shtml>

⁷² <https://www.youtube.com/watch?v=W45xyv5qLmE>

⁷³ <https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capaintercept-moro-dallagnol/>

⁷⁴ <https://veja.abril.com.br/economia/e-pedalada-diz-autor-de-impeachment-de-dilma-sobre-rendacidade/>

detenta trans e grupos partidários de esquerda, mas de forma a mostrar as partes como problema; o grupo não dá voz às partes envolvidas. É uma postagem irônica.

IV Orientado para soluções

O jornalismo para a paz não prevê um “cessar fogo” com uma das partes saindo vitoriosa. Ele destaca iniciativas para a paz e busca prevenir outras “guerras” ou, no nosso contexto, “mais violência”, focando em uma sociedade pacífica com transformação, reconstrução e reconciliação entre as partes envolvidas. Em nenhuma de suas quatro postagens, a Mídia Ninja aborda os assuntos de forma a promover uma resolução dos conflitos ou reconciliação. Nas postagens 2, 3 e 4 o foco é dado em manifestações pacíficas e criativas, não violentas; é o que mais se aproxima do jornalismo para a paz orientado para soluções. Em nenhuma de suas quatro postagens o MBL se aproxima do jornalismo orientado para soluções.

5.6 Jornalismo de guerra/violência

A construção de nossas percepções do mundo muitas vezes é pautada pelo que a mídia divulga sobre “o outro”. Quem é esse outro, como ele vive, como é sua cultura e seu cotidiano, quais são seus sonhos? Para Galtung, “os meios de comunicação são os principais fatores que contribuem para a violência” (GALTUNG, 2000, p.162, tradução nossa), porque promovem desinformação ou distorcem as realidades sobre as pluralidades dos “outros”. “A construção do outro é: somos todos seres humanos. Significa a capacidade de vestir as roupas do outro. Você não precisa gostar dele: empatia não é simpatia, mas você deve entender a lógica intelectual e emocional dele” (GALTUNG, 2000, p.162).

Quando falamos em “guerra” não significa apenas guerra oficial (como as duas grandes guerras), mas situações de violência cotidiana, como contra as mulheres, negros e LGBTQIA+ s, pobreza, falta de emprego, etc., ou seja, violências diretas, estruturais culturais também são “guerras”. Pureza (2018) cita Betty Reardon (1995, p.10) identificando o patriarcado como “sistema de guerra”, por exemplo, porque é uma ordem social baseada em princípios autoritários que pregam valores desiguais entre seres humanos. Nesta categoria veremos se em suas postagens os grupos Mídia Ninja e MBL se enquadram nos conceitos de jornalismo para a guerra, partindo dos quatro itens

da tabela de Lynch e McGoldrick, elaborados a partir dos estudos para a paz de Galtung.

I Orientado para a guerra/violência

O jornalismo orientado para a guerra/violência foca no conflito em si. “Há duas partes e um objetivo (vencer). Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra” (LYNCH e MCGOLDRICK, 2007, p.51.). A perspectiva do jornalismo de guerra/violência foca no “nós contra eles”, com voz somente para “nós”. Lynch e McGoldrick (2007) ressaltam que “eles” são vistos como problema e desumanizados e que a prática é reativa, “espera atos violentos para reportar. Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais” (LYNCH e MCGOLDRICK, 2007, p.51).

Na postagem 1 da Mídia Ninja, o assunto não é abordado de forma aprofundada como deveria, ainda mais em uma situação na qual a parte mais vulnerável (a mulher estuprada e torturada na ditadura) perde. Na postagem 2, referente à ocupação e paralisação de mulheres em uma fábrica do Grupo Guararapes, falta uma abordagem que dê voz a todas as partes, visando empatia e entendimento. Nem os manifestantes e nem representantes do Grupo Guararapes são ouvidos, não há busca por compreensão do assunto. Nas postagens 3 e 4 faltam contextualização dos atos para que se chegue a uma compreensão dos mesmos. Na postagem 4 (manifestação em Brasília), apesar de o texto-legenda explicar o motivo do protesto (Fora Bolsonaro), a postagem não fala sobre o posicionamento do Governo quanto às pautas das mulheres e por que elas pedem “Fora Bolsonaro”, então o contexto do conflito não é transparente visando o entendimento.

Nas postagens 2 e 3 do MBL, uma parte ganha (as que são parabenizadas) e outra perde (as excluídas das felicitações). Na postagem 3 uma das mulheres retratadas é a policial à paisana que matou um assaltante em frente a uma escola. A foto mostra o momento exato dos tiros, com o homem caído ao chão, o que demonstra o interesse do grupo em expor os efeitos visíveis da violência.

II Orientado para a propaganda

O jornalismo de guerra/violência orientado para a propaganda expõe inverdades sobre “eles” e ajuda a encobrir as “nossas mentiras”. A postagem 1 do MBL é orientada para a propaganda, quando expõe uma situação questionável como sendo verdade (o impeachment de Dilma Rousseff não tratado como golpe, conforme comentamos no item II (Jornalismo para a paz-Orientado para a verdade). Nenhuma das postagens da Mídia Ninja se enquadra neste item.

III Orientado para as elites

As postagens da Mídia Ninja não se enquadram nesta categoria. O MBL, em suas postagens 1, 2 e 3 expõe personagens políticas (poder) e da elite, mas na 1 não dá voz a elas e, ao contrário, trata-as ironicamente.

IV Orientado para a vitória

No jornalismo de guerra/violência orientado para a vitória, as iniciativas de paz são ocultadas e o foco se dá em tratados, instituições e em uma sociedade controlada. Parte para outras guerras e retorna à mesma caso tenham questões pendentes.

Em suas postagens 1 e 2, a Mídia Ninja não mostra soluções para os problemas abordados, o que tem sido (ou poderia ser) feito para evitar os problemas de estupro (e da ditadura- e inclusive, em nosso governo recente, tivemos amostras de processos antidemocráticos) e de retirada de direitos dos trabalhadores. Na postagem 1, o foco é a questão judicial, o processo. São mostradas as duas faces das arenas de luta, mas sem propostas de iniciativas de resolução efetiva. As postagens 3 e 4 não se enquadram neste item. O MBL, em suas postagens 2 e 3, foca na “vitória” ou “vantagem” de algumas mulheres sobre as outras. Na postagem 3, o grupo oculta o fato de o porquê da detenta trans Suzy ter sido entrevistada no Fantástico (na pauta, o foco é a vida das mulheres trans nos presídios e não os crimes que cometeram) e o assunto tão complexo é tratado de forma cômica. A iniciativa de humanização da matéria é anulada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos Mídia Ninja e MBL, que possuem milhões de seguidores em suas páginas no Facebook, são bem distintos em suas abordagens sobre o 8M/Dia Internacional da Mulher, mas há alguns pontos em comum entre eles quando visualizamos e interpretamos suas mensagens sob as perspectivas do jornalismo para a paz. São dois grupos originados de movimentos sociais, de rua e que, na internet, propõem-se a cobrir e reportar acontecimentos gerais, inclusive de outros movimentos sociais como o 8M. Têm, entre seus colaboradores, jornalistas e outros profissionais; se geram comunicação, geram também interesse em avaliar como é feita esta comunicação.

Nosso receio, no início deste trabalho, era quanto à questão: se esses dois grupos usam o Facebook como veículo midiático para divulgar suas ações e ideologias, estão produzindo comunicação. E se é comunicação, enquadra-se nos parâmetros do jornalismo? Sim, até porque agora, quando todos podem produzir e reproduzir informação no mundo online, novas formas de se fazer comunicação (e jornalismo) se configuram. Cabe a nós, pesquisadores de comunicação, analisar e interpretar de que forma essa comunicação, que muitas vezes não tem filtros, contribui ou não para uma sociedade mais humanizada, compreensiva e integradora.

Se o 8M/Dia Internacional das Mulheres é um movimento social nascido nesse formato de greve geral/parada internacional a partir de 2017, mas com pautas trazidas desde os primórdios dos feminismos e, se é no mundo online que ele reverbera chamando as mulheres para irem às ruas, compreendemos, então, a importância que ainda têm os movimentos sociais para o chamamento à mudança e como a Internet pode ser uma ferramenta primordial para que isto ocorra.

Se os movimentos sociais não encontram nas mídias hegemônicas o espaço que precisam para divulgar suas estratégias, ganham-no no universo online e via grupos que utilizam as mídias digitais independentes em sua comunicação de linha de frente, como a Mídia Ninja e o MBL. O que interpretamos neste estudo, porém, é que nem sempre estes grupos abraçam os ideais dos movimentos de rua. No caso da Mídia Ninja e do MBL, este segundo invisibiliza os atos ocorridos em todo o mundo, focando inclusive em temas que vão contra os ideais do movimento. Segundo Jasper (2016, p. 104): “[...] você pode precisar de um aliado poderoso em função de recursos ou conexões, mas é provável que ele o use, tanto quanto você, para os seus próprios fins”.

Nas práticas do jornalismo para a paz, Shinar (2008) defende que as mídias independentes podem ajudar a consolidar a democracia e o desenvolvimento, contribuindo para abordagens diversificadas com envolvimento da sociedade civil. Contudo, a partir da nossa pesquisa, identificamos muitos desafios para este objetivo. Temos dois grupos (um mais que o outro) que em suas perspectivas comunicacionais não conseguem alcançar os caminhos de uma comunicação mais humanizada, seja por estratégia de não dar voz às lutas feministas (no caso do MBL) ou por falta de investimentos técnicos e humanos (no caso da Mídia Ninja).

Apesar de as mídias digitais independentes conseguirem produzir e difundir informação com poucos recursos (celular e acesso à internet) - comparativamente às mídias hegemônicas - elas precisariam, para a produção de um jornalismo mais aprofundado, inclusivo e contextualizado, de pessoas que estivessem nos lugares onde as notícias acontecem, fazendo entrevistas, checagens etc. Poderiam dar a notícia em tempo real ao mesmo tempo em que coletassem, in loco, dados culturais, históricos, políticos e econômicos que levaram ao fato e, assim, irem tecendo um panorama atual e sólido da notícia. Nem sempre essas mídias dão conta disso, pois trabalham, em grande parte, em sistemas colaborativos e de compartilhamento.

Lembramos que os grupos Mídia Ninja e MBL se configuram como antagônicos ideologicamente; o contraste entre as estratégias comunicacionais utilizadas por ambos, nas perspectivas do jornalismo para paz, é bem evidente.

A Mídia Ninja, apesar das falhas, é o grupo que mais se aproxima da prática: explora, em suas postagens, a pluralidade de pautas do 8M////, faz cobertura (própria ou reprodução) do ato em todo o mundo e dá voz a quem não a tem (imagens das multidões, das mulheres nas ruas). Mas falha em não realizar uma abordagem mais profunda, com entrevistas e expondo o contexto das lutas feministas desde suas origens até o momento atual, o que poderia gerar uma melhor compreensão do movimento.

Já o MBL invisibiliza a realização do ato em todas as postagens analisadas e foca em outros assuntos referentes ao universo das mulheres, mas de forma irônica ou segregadora. Quando opta por expor, em suas postagens, imagens de mulher portando arma ou mulher que representa o poder político instituído e das elites, acaba por favorecer uma comunicação violenta e excludente, que não contempla as diversidades e não gera compreensão e diálogo. O MBL, assim como a Mídia Ninja, não contextualiza os assuntos das postagens, então fica difícil, para o público receptor, compor um entendimento embasado sobre o que é retratado.

Um dos contrastes mais importantes verificados nas abordagens dos dois grupos é em relação à quantidade de material publicado sobre o 8M/Dia Internacional da Mulher. Ao verificarmos somente o dia 8 de março, nos quatro anos abordados, temos, em 2017, 82 postagens da Mídia Ninja e três do MBL; em 2018, 169 da Mídia Ninja e quatro do MBL; em 2019, 205 da Mídia Ninja e quatro do MBL e, em 2020, 119 da Mídia Ninja e uma do MBL. Essa escassez de conteúdo demonstra que não há interesse, por parte do MBL, em defender e dar voz ao 8m/Dia Internacional da Mulher.

Também interpretamos que a polarização política verificada no Brasil tem reflexos nos grupos em suas abordagens sobre o 8M/Dia Internacional da Mulher. É forte, nas publicações, principalmente nas do MBL, a dualidade de “esquerda x direita”. Falta a promoção do diálogo sobre “nós”, uma abordagem que não seja excludente.

Utilizar estratégias para silenciar as pautas e a trajetória das mulheres ao longo da história se caracteriza como uma comunicação violenta. É a voz das ruas, a voz dos mais vulneráveis não sendo levada em consideração. Pensar em um jornalismo para a paz, principalmente nessas novas formas de se comunicar via Internet, é pensar em incluir, em agregar, e não segregar. Mas como fazer isto? Pensamos que um observatório de mídia voltado ao que é publicado sobre mulheres, partindo do micro para o macro, com suporte de mulheres jornalistas e parcerias com órgãos públicos e privados, pode ser um passo inicial interessante, partindo da nossa realidade. É possível iniciarmos esse trabalho com a Rede Panapanã de Mulheres do Noroeste Paulista, que é constituída, inclusive, por diversas mulheres da área de comunicação. Esperamos que essa discussão possa ter seus desdobramentos em linhas futuras de investigação.

REFERÊNCIAS

ABERCROMBIE, N. & LONGHURST, B. **Dictionary of Media Studies**. Londres: Penguin, 2008

ASSIS, Evandro de Assis; CAMASÃO, Leonel; SILVA, Mariana da Rosa; CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea**. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9899> . Acesso em 25 jan. 2020

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARROS, Laan Mendes de e CASTRO, Rodrigo Galvão de. **Mobgrafia: experiência estética expandida em tempos de pós-fotografia**. Razón y Palabra, vol. 23, nº 106, 2019: Disponível em: <file:///C:/Users/Ester/Desktop/1495-Texto%20del%20art%C3%ADculo-5201-3-10-20200206.pdf> Acesso em 06 jul. 2020

BARTHES, Roland. BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970

BUTLER, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões**. Ecompós, Brasília, v. 20, 2017. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371> Acesso em 25 fev.2020

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança-Movimentos sociais na era da internet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017

. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CHANDLER, D. & MUNDAY, R. **Dictionary of Media and Communication**. Oxford: OUP, 2010

CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. São Paulo: Editora Contetxo, 2013. Disponível em: <https://cadernoselivros.files.wordpress.com/2018/08/charaudeau-patrick-discurso-das-mc3addias.pdf> Acesso em 20 jul. 2020

COOK-HUFFMAN, Celia. Paths for peace studies. *Peace Review*, Abingdon, v.14, n.1, pp.41-47, 2002

CORRÊA, Sonia; ÁVILA, Maria Betânia. **Direitos sexuais e reprodutivos: pauta global e percursos brasileiros**. In: BERQUÓ, Elza (Org.). *Sexo & Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 17-78. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1830090/mod_resource/content/1/15081600.PDF Acesso em 05 mai.2020

CUTRUFELLI, Maria Rosa. La ciudadanía. Olympe de Gouges. **La mujer que vivió por um seuño**. Barcelona: Aribau, 2007, p.127 in: GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 3ª edição, 2015.

DEUZE, Mark. **O jornalismo e os novos meios de comunicação social**. Comunicação e Sociedade, v. 9, n. 10, p. 15-37, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312410464_O_jornalismo_e_os_novos_meios_de_comunicacao_social Acesso em 05 mai.2020

FLEW, T. **New media: an introduction**. Oxford: OUP, 2008

GALTUNG, J ; RUGE, M. (1965). **The Structure of Foreign News: The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises in Four Norwegian Newspapers**. In: *Journal of Peace Research*, Vol.2, No.1, Sage, p.64-91.

GALTUNG, J. **Cultural violence**. Journal of Peace Research. Manoa, v.27, n.3, p.291-305, ago, 1990.

_____. **The task of peace journalism**. Ethical perspectives, n. 7, 2000
Disponível em: <http://www.ethical-perspectives.be/viewpic.php?LAN=E&TABLE=EP&ID=141> Acesso em 02 abr.2020
task of Peace Journalism

_____. **Violência cultural**. Gernika Gogoratuz, documento nº 14. Bizkaia, 2003.
Disponível em: <http://fliphtml5.com/smln/vffm/basic>

_____. **Três formas de violência, três formas de paz. A paz, a guerra e a formação social indo-europeia**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, v.71, p.63-75, 2005, trad. João Paulo Moreira. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549> Acesso em 05/02/2020

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Editora Claridade, 3ª edição, 2015.

GANE, N. & BEER, D. **New Media: The Key Concepts**. Londres: Bloomsbury, 2008

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Teoria dos movimentos sócias: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2007.

HANITZSCH, T. (2004a). **Journalists as peacekeeping force? Peace Journalism and Mass Communication Theory**. Journalism Studies, Vol. 5, No.4. p.483-495. Disponível em: <http://docshare01.docshare.tips/files/23346/233469846.pdf> Acesso em 10 abr.2020

HOLLANDA, Heloisa B (org). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

JASPER, James M. **Uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

HOUTART, François. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico**. *En publicacion: A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. 2007. TRadução de Simone Rezende da Silva. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap. 20.doc> Acesso em 10 fev.2020

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Tradução: Suzana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

LYNCH, J.; McGOLDRICK, A. **Peace Journalism**. In: WEBEL, C.; GALTUNG, J. (Orgs.). *Handbook of Peace and Conflict Studies*. Nova York: Routledge, 2007. p. 248-264.

MARTÍNEZ GUZMÁN, V.; MUÑOZ, F. A. **Investigación para la Paz**. In: MARTÍNEZ, M. L. (Dir.) **Enciclopedia de Paz y Conflictos**: A-K. Granada: Editorial Universidade de Granada, 2004

MARTINO, L. M. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Prefácio. In: COGGIOLA, Osvaldo. **150 anos do Manifesto Comunista**. Boitempo. São Paulo: 1998.

McCANN, Hannah , *et al.* **O livro do feminismo - As grandes ideias de todos os tempos**, 1. ed., tradução de Ana Rodrigues . Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019

McGOLDRICK, A.; LYNCH, J. Peace Journalism – **What is it? How to do it?** 2000. Disponível em: https://www.transcend.org/tri/downloads/McGoldrick_Lynch_Peace-Journalism.pdf (acesso em 25/6/2019)

MOREIRA, Carlos Diogo (2007), **Teoria e Práticas de Investigação**, Lisboa, UTL, ISCSP.

MÜLLER, Cíntia B.. **Teoria dos Movimentos Sociais**. In: Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). (Org.). ULBRA (Org.). Ibplex, 2008

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio: uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro** (3ª ed.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

NOS ALDÁS, E. IUDESP y la comunicación para la paz. Entrevista concedida a Jorge Salhani. Castellón de la Plana, maio 2016.

_____. **Repensar e reaprender a comunicação para uma cidadania cosmopolita**, in: JALAL, Vahideh, R.R. (org.). **Estudos para a Paz**. Aracaju: Editora Criação, 2010, págs. 113-125.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. revista e atualizada. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba: v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003 Acesso em: 11 dez 2019.

PORTO, Mauro. "**Muito além da informação: mídia, cidadania e o dilema democrático**", São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação Seade, Comunicação & Informação, v. 12, n. 4, 1998, pp. 17-25. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2014/07/v12n4.pdf> Acesso em 08 out.2020

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a paz e cultura da paz**. In: Revista Nação e Defesa, nº 95,96, 2ª série. Lisboa: Editora Europress, 2000. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD95-96.pdf> Acesso em 05/02/2020

_____. **O desafio crítico dos estudos para a paz**. *Organicom*, ano 15 n. 28, pág. 74-89, 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/150549> Acesso em 05/02/2020

PRÁ, Jussara Reis. **Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil**. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001. p. 173-208.

PUREZA, José Manuel, CRAVO, Teresa. **Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais (online), nº 71, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Ester/Downloads/rccs-1011.pdf> Acesso em 02 abr.2020

PUREZA, José Manuel e Ferrándiz, Francisco (coords.). **Fogo sobre os media**. Coimbra, Andaimos do Mundo, 2003.

REGUANT, Dolores. **La mujer no existe**. Bilbao: Maite Canal, 1996, p. 20. In: Victoria Sau. *Diccionario ideológico feminista*, vol. III. Barcelona: Icaria, 2001.

SALINAS, Alex Iván Arévalo. **Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatorio**. Revista Comunicación y Ciudadanía Digital – COMMONS, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014. Disponível em <https://revistas.uca.es/index.php/cayp/article/view/3075/2856> . Acesso em: 10 abr. 2020

SATUF, Ivan. **O discurso da mídia independente como prática metajornalística**. Em: Revista Comunicando, Vol. 5, Nº 1, 2016. Disponível em: <http://www.revistacomunicando.sopcom.pt/ficheiros/20160706-artigo1.pdf> Acesso em 02/02/2020

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação**. Editora Senac, 3ª edição. São Paulo: 2005.

SHINAR, Dov. **Mídia democrática e jornalismo voltado para a paz**. Líbero, ano XI, n. 21, p. 39-48, 2008. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/M%C3%ADdia-democr%C3%A1tica-e-jornalismo.pdf>
Acesso em 18 mai.2020

SILVA, Jacilene M. **Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda**. Independently Published. Recife: 2019. Disponível em: [https://www.academia.edu/43200250/Feminismo na atualidade a forma%C3%A7%C3%A3o da quarta onda](https://www.academia.edu/43200250/Feminismo_na_atualidade_a_forma%C3%A7%C3%A3o_da_quarta_onda) Acesso em 05 out.2020

SOARES, Ismar de O; Motta, João Manoel (org). **A Comunicação na construção da paz**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

STEPHENSON, Carolyn M. **Peace studies, overview**. In: *Encyclopedia of violence, peace & conflict*, vol.2, p.809-820. New York: Academic Press, 1999. Disponível em: <http://1.droppdf.com/files/vZvRJ/encyclopedia-of-violence-peace-and-conflict.pdf>
Acesso em 02 abr.2020

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/8nxcv> Acesso em 08 out.2020

THOMPSON, B. John, **Ideologia e cultura moderna**. 4ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1995.

WIBERG, Hakan. **Investigação para a paz: pasado, presente e futuro**. *Organicom*, ano 15 n. 28, 2018, pág. 57-73. Disponível em: [file:///C:/Users/Ester/Downloads/150547-Texto%20do%20artigo-312299-1-10-20180924%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ester/Downloads/150547-Texto%20do%20artigo-312299-1-10-20180924%20(2).pdf). Acesso em 02 abr.2020

WOLFSFELD, Gadi. **Media and Political Conflict: News From the Middle East**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (acessado em 23/6/2019).

NA WEB

AÇÃO E CIDADANIA: **Nossa história** <https://www.acaodacidadania.com.br/nossa-historia> Acesso em 26 de fev. 2020

ARQUIVO NACIONAL-MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA:
CARDIA, Miriam L.: **Mulheres na história: Bertha Lutz**
<http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/908-mulheres-na-historia-bertha-lutz.html> Acesso em 12 dez. 2019

BBC NEWS BRASIL: **Steven Levitsky: Por que este professor de Harvard acredita que a democracia brasileira está em risco**
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45829323>. Acesso em 24 jun. 2019

CÂMARA DOS DEPUTADOS: **A representação feminina e os avanços na legislação**
<https://www.camara.leg.br/noticias/546180-a-representacao-feminina-e-os-avancos-na-legislacao/> Acesso em 05 out. 2020

CÂMARA DOS DEPUTADOS **Legislação Informatizada - LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015 - Publicação Original**
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html> Acesso em 08 out.2020

CNN: **National presidente:** <https://edition.cnn.com/election/2016/results/exit-polls>
Acesso em 25 fev. 2020

CAMBRIDGE DICTIONARY:
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/queer>

EL PAÍS-BRASIL: “Absoluto desastre”: Bolsonaro libera porte de armas para mais de 19 milhões de pessoas

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/politica/1557344559_959983.html?rel

Acesso em 24 jun.2019.

EL PAÍS-BRASIL: O paradoxo da Suécia, um paraíso da igualdade com uma enorme taxa de violência machista

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/09/eps/1489066869_454079.html

Acesso em 14 nov. 2019

EL PAÍS BRASIL: Acusações de agressão sexual desestabilizam campanha de Trump

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/13/internacional/1476383824_182385.html

[Acesso em 24 fev.2020](#)

ESQUERDA DIÁRIO: SOS Mulher e a luta contra a violência à mulher no Brasil dos anos 1980

<http://www.esquerdadiario.com.br/Notas-sobre-Eliane-de-Grammont-SOS-Mulher-e-a-luta-a-contr-a-violencia-a-mulher-no-Brasil-dos-anos>

Acesso em 12 dez.2019

ESTADÃO: COI define regras para protestos políticos de atletas em Tóquio 2020

<https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,coi-define-regras-para-protestos-politicos-de-atletas-em-toquio-2020,70003150682>

Acesso em 9 jan. 2020

ESTADÃO: Bolsonaro também ganhou entre as mulheres, diz Ibope

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,bolsonaro-tambem-ganhou-entre-as-mulheres-diz-ibope,70002588225>

[Acesso em 25 f](#)

[ev.2020](#)

ESTADÃO: **Medida de Bolsonaro contra lei de acesso ataca um dos pilares da democracia, diz ong de direitos humanos** <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/medida-de-bolsonaro-contra-lei-de-acesso-ataca-um-dos-pilares-da-democracia-diz-ong-de-direitos-humanos/> Acesso em 18 mai. 2020

ESTADÃO: **A marcha em Washington e a quarta onda do feminismo** <https://economia.estadao.com.br/blogs/adriana-salles-gomes/amarcha-emwashington-eaquarta-ondado-feminismo/> Acesso em 05 out 2020

FACEBOOK 8M BRASIL: <https://www.facebook.com/GrevedeMulheres/> Acesso em 20 dez.2019

FOLHA DE S. PAULO: **MBL, ruralistas e evangélicos se unem por agenda liberal .** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766785-mbl-ruralistas-e-evangelicos-se-unem-por-agenda-liberal.shtml> Acesso em 02 de fev. 2020

FOLHA DE S. PAULO: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/maia-pede-paciencia-com-pedidos-de-impeachment-de-bolsonaro.shtml> Acesso em 12 out. 2020

FOLHA DE S. PALO: **DEM declara apoio a manifestações de domingo contra Dilma** <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1601405-dem-declara-apoio-a-manifestacoes-de-domingo-contra-dilma.shtml> Acesso em 26 out.2020

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ): **Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de ilegalidade.** Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/977/aborto-e-sade-no-brasil-desafios-para-a-pesquisa-sobre-o-tema-em-um-contexto-de-ilegalidade> Acesso em 05 mai. 2020

G1-GLOBO: **Brasil piora em ranking de percepção de corrupção em 2018** <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/29/brasil-fica-cai-para-105o-lugar-em-ranking-de-2018-dos-paises-menos-corruptos.ghtml> Acesso em 18 mai.2020

G1 GLOBO: Donald Trump anuncia cancelamento do acordo com Cuba
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/donald-trump-anuncia-cancelamento-do-acordo-com-cuba.ghtml> Acesso em 25 fev.2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Estatísticas de gênero-Indicadores sociais das mulheres no Brasil.**
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso em 02 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ANÁLISE DE DADOS: **Análise de redes do #8M no Twitter** <https://www.ibpad.com.br/blog/comunicacao-digital/analise-de-redes-do-8m-no-twitter/> Acesso em 18 mai.2020

IPEA: **Atlas da violência 2019 Disponível em:**
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em 10 dez.2019

JORNAL DE BRASÍLIA: **Bolsonaro sobre número de mortos no Brasil ser maior que o da China: “E daí?”** <https://jornaldebrasil.com.br/politica-e-poder/bolsonaro-sobre-numero-de-mortos-no-brasil-ser-maior-que-o-da-china-e-dai/> Acesso em 05 mai.2020

JORNAL GGN: **Joice Hasselmann acusa governo Bolsonaro de gastar meio milhão em fake news** Disponível em: <https://jornalggn.com.br/partidos/joyce-hasselmann-acusa-governo-bolsonaro-de-gastar-meio-milhao-em-fake-news/> Acesso em 18 mai. 2020

JUSTIFICANDO: **O que pede a terceira onda feminista.** Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/09/15/o-que-pede-terceira-onda-feminista/> Acesso em 20 dez. 2019

JUSTIFICANDO: **Juiz rejeita denúncia do MPF contra estupro da única sobrevivente da casa da morte** <http://www.justificando.com/2017/03/08/juiz-rejeita->

[denuncia-do-mpf-contr-estupro-da-unica-sobrevivente-da-casa-da-morte/](#) Acesso em 08 out. 2020

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: **O embrião do MST** <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/> Acesso em 25 jan.2020

NAÇÕES UNIDAS BRASIL: **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**
Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> Acesso em 18 mai.2020

NAÇÕES UNIDAS BRASIL: **Brasil fica em 167º lugar em ranking de participação de mulheres no Executivo.** <https://nacoesunidas.org/brasil-fica-em-167o-lugar-em-ranking-de-participacao-de-mulheres-no-executivo-alerta-onu/> Acesso em 05 mai. 2020

NI UNA MENOS ARGENTINA: <https://www.facebook.com/NUMArgentina> Acesso em 19 dez. 2019

NOTÍCIAS UOL: **Rede de fake news com robôs pró-Bolsonaro mantém 80% das contas ativas** <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/19/fake-news-pro-bolsonaro-whatsapp-eleicoes-robos-disparo-em-massa.htm> Acesso em 18 mai.2020

O GLOBO BRASIL: **MBL usa aplicativo irregular para compartilhar conteúdo no Facebook** <https://oglobo.globo.com/brasil/mbi-usa-aplicativo-irregular-para-compartilhar-conteudo-no-facebook-22540709> Acesso em 08 out.2020

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD: **Funciones del personal sanitario en la atención para un aborto sin riesgos y los métodos anticonceptivos después del aborto.**
Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/204374/9789243549262_spa.pdf?sequence=1 Acesso em 05 mai.2020

PORTAL TERRA: **Ativismo digital e a nova onda do feminismo**

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo,9ef990f8c0e1eedbd8ec3be2ccfdf1dxc9pxyg.html> Acesso em 3 jul.2019

PREZI: Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua
<https://prezi.com/88dvpvx9s5fy/movimento-brasil-livre-e-vem-pra-rua/> Acesso em 08 out. 2020

REVISTA FORUM: A ação de automação do MBL e a revolução para as mídias livres, por Ivana Bentes. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/midia/a-acao-de-automacao-do-mbl-e-a-revolucao-para-as-midias-livres-por-ivana-bentes/> Acesso em 02 fev. 2020

REVISTA IHU ON-LINE: Para entender a crise da democracia, é preciso compreender o senso comum do cidadão médio. Entrevista especial com Henrique Abel, concedida a Victor Necchi

Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/584534-para-entender-a-cri-se-da-democracia-e-preciso-compreender-o-senso-comum-do-cidadao-medio-entrevista-especial-com-henrique-abel> Acesso em 3 jul.2019

SENADO FEDERAL: Estatuto do Desarmamento
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70307/696171.pdf?sequence=2&isAllowed=y> Acesso em 02 fev. 2020

SITE 8M BRASIL: <https://www.8mbrasil.com> Acesso em 20 dez. 2019

STATISTA: Most popular social networks worldwide as of October 2019, ranked by number of active users <https://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/> Acesso em 26 de nov.2019

TERRA: Ativismo digital e a nova onda do feminismo. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/ativismo-digital-e-a-nova-onda-do-feminismo,9ef990f8c0e1eedbd8ec3be2ccfdf1dxc9pxyg.html> Acesso em 24 jun.2019

TERRA: **Bolsonaro defende corte de verba para proteção das mulheres.**
<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/bolsonaro-defende-corte-de-verba-para-protecao-das-mulheres,cd45ac6cf99faf26aeb1ad6760081017z50tdo1q.html> Acesso em 25 fev.2020

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: **Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52% em relação a 2014.** <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>
 Acesso em 05 mai.2020

TWITTER 8M BRASIL: <https://twitter.com/GrevedeMulheres> Acesso em 19 dez.2019

UOL NOTÍCIAS: **França: sindicatos organizam quarta greve geral desde o início dos protestos** <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/01/09/franca-sindicatos-organizam-quarta-greve-geral-desde-o-inicio-dos-protestos.htm> Acesso em 9 jan. 2020

UOL NOTÍCIAS: **Conselho reconhece Facebook e Google como veículos de mídia**
<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/22/conselho-reconhece-facebook-e-google-como-veiculos-de-midia-o-que-muda.htm> Acesso em 26 fev.2020

VEJA ABRIL: **Novos diálogos revelam que Moro orientava ilegalmente ações da Lava Jato** <https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capa-intercept-moro-dallagnol/https://veja.abril.com.br/politica/dialogos-veja-capa-intercept-moro-dallagnol/>
 Acess em 26 out.2020

VEJA ABRIL: **‘É pedalada’, diz autor de impeachment de Dilma, sobre Renda Cidadã**
<https://veja.abril.com.br/economia/e-pedalada-diz-autor-de-impeachment-de-dilma-sobre-renda-cidada/https://veja.abril.com.br/economia/e-pedalada-diz-autor-de-impeachment-de-dilma-sobre-renda-cidada/> Acesso em 27 out. 2020

WE ARE SOCIAL: *Read our global insights and regional reports:*
wearesocial.com/global-digital-report-2019

YOUTUBE MBL: **Chega de impunidade! Conheça o pacote anticrime MBL**
<https://www.youtube.com/watch?v=gMLn4VveVNM&t=17s> Acesso em 06 fev.2020

YOUTUBE GLOBO BRASIL: **Bolsonaro faz piada: ter filha mulher é fraquejada**
<https://www.youtube.com/watch?v=dIfcdfDUNZ8> Acesso em 10 mai.2020

YOUTUBE RODA VIVA: **Michel Temer fala sobre impeachment de Dilma Rousseff**
<https://www.youtube.com/watch?v=W45xyv5qLmE> Acesso em 26 out.2020